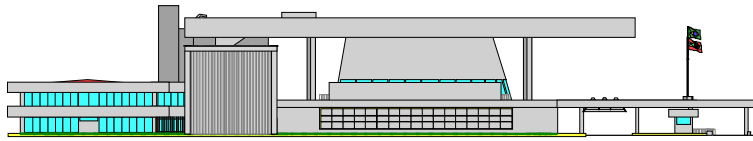


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 5 DE MAIO DE 2011

NÚMERO 6.280

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt
Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Chereim
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2280 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 035ª Sessão Ordinária realizada em 03/05/2011 2 Ata da 036ª Sessão Ordinária realizada em 04/05/2011 16 Ata da 006ª Sessão Especial realizada em 04/05/2011 30</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL..... 33</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Licitação 33 Aviso de Resultado 33 Atas de Comissões Permanentes..... 33 Ofícios..... 34 Portarias..... 39 Projetos de Lei 42 Requerimento..... 44</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Divulga as comemorações alusivas aos 50 anos de Guaraciaba.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se aos 100 anos de Canoinhas.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta-se a respeito de obras nas rodovias catarinenses; registra o 29º Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora, em Camboriú; justifica sua saída do Democratas.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se ao PSD.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Apoia as reivindicações dos funcionários da Fatma e da Educação.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Solidariza-se com as reivindicações dos funcionários da Fatma e da Saúde; presta homenagem ao policial militar Claudir Silvério Schmidt.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Elói Quege, de Três Barras

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discorre sobre a audiência pública de Chapecó, para debater a situação da Saúde na região.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Solidariza-se com as reivindicações dos funcionários da Fatma; analisa o roteiro do governo pelo estado; reporta-se à importância da barragem do rio do Salto.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Cumprimenta o vereador Paulo Henrique Brolini Glinski, de Canoinhas, o vereador Miguel Gonarek Neto e o prefeito Elói José Quege, de Três Barras; reporta-se à aprovação do Enunciado n. 0001/2011.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Registra a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, Silvio José Althoff, e da presidente da Câmara de Vereadores de Bom Retiro, Laurita Emilia Besen; parabeniza o Colégio Stella Maris, de Laguna, pelos 100 anos de história; tece considerações a respeito do transporte marítimo na capital.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Solidariza com a deputada Dirce Heiderscheidt.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Solidariza-se com a deputada Dirce Heiderscheidt.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se a favor do governo do estado.

DEPUTADO DADO CHEREM - Manifesta-se a respeito da falta de acessibilidade do deficiente visual.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Cumprimenta a deputada Ada De Luca pela posse como secretária de estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Parabeniza as taquígrafas pelo seu dia; cumprimenta a Furb.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Parabeniza a Escola de Cães Guia Helen Keller.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a favor do transporte marítimo em Fpolis; homenageia o soldado Claudir Silvério Schmidt; aborda a questão das autoescolas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com o deputado Sargento Amauri Soares.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Analisa o sistema modal brasileiro; registra a presença de lideranças de Urussanga e de Pedras Grandes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Critica o governo municipal de Joinville.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cobra o cumprimento do compromisso do governo com a Educação; cumprimenta os trabalhadores pelo 1º de Maio; reporta-se ao novo Código Florestal Brasileiro; reforça a necessidade de uma reforma política no país.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Dirceu Dresch; registra a presença de lideranças de Otacílio Costa.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Tece considerações a respeito da decisão judicial de cancelar a multa que o Procon aplicou à TIM; elogia a postura do deputado Elizeu Mattos; faz o contraponto ao PL apresentado pelo deputado Dado Cherm.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se a respeito da Segurança Pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discorre sobre a audiência promovida pela comissão de Saúde no oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveite o espaço das Breves Comunicações para divulgar as atividades que vão ocorrer no município de Guaraciaba, nos dias 7 e 8 de maio, em comemoração aos 50 anos de emancipação político-administrativa daquele município.

Nesse jubileu de ouro o município dará um destaque especial à feira com a exposição de produtos da agricultura familiar, camponesa, como a pipoca, o feijão, o arroz colonial e demais produtos agroecológicos.

Acreditamos que se torna a mais importante alternativa, deputado Neodi Saretta, a alimentação de qualidade, produzida pelas mãos dos nossos pequenos agricultores e agricultoras, mas de maneira muito especial livre de agrotóxicos, da transgenia, para que possamos colocar na mesa dos nossos trabalhadores, do nosso povo, produtos de alta qualidade. E claro que nessa feira, nesses dois dias, ocorrerão grandes debates, entre eles, e talvez o mais importante, a segurança alimentar, o autoconsumo, porque se fala da questão da autossustentabilidade, que é

importante hoje, seja na nossa agricultura familiar, camponesa ou ainda em outras atividades. O debate acerca da segurança alimentar, sem dúvida nenhuma, vai engrandecer o evento, bem como a questão do leite a pasto, através de orientação para o caminho do leite ecológico.

Então, serão debates extremamente importantes, principalmente na sociedade em que vivemos, pois os alimentos estão sobrecarregados de química, de agrotóxicos.

Existe também a questão do resgate da agricultura pioneira, para que possamos trazer presente implementos e ferramentas que historicamente têm sido utilizadas para desenvolver aquele modelo de agricultura, ou seja, mostrar a cultura, a memória, que é extremamente positiva. Pretendemos, também, claro, além da feira e desse debate, trazer um pouquinho de outras questões culturais, como o primeiro encontro da viola, do violão, da música sertaneja de raiz, que me parece está muito impregnada na cultura daquele povo, daquela região.

Gostaria, portanto, de fazer esse resgate, porque cultivar esse tipo de apresentação é extremamente salutar. Contamos também com a presença de muitos expositores, além daqueles de matérias primas, com produtos que são de valores agregados, de várias iniciativas, comunitárias e familiares, que lá existem e que estão gerando renda e mais qualidade de vida ao povo de Guaraciaba.

Então, deixo aqui o convite a todos os catarinenses, especialmente aos nossos parlamentares, para nos dias 7 e 8 de maio comemorarmos os 50 anos de história do município de Guaraciaba, onde acontecerão uma festa e uma feira: a 1ª Feira Estadual da Pipoca, Feijão e Arroz Colonial e a 3ª Festa dos Produtos da Roça.

Quero, ainda, aproveitar para dar destaque a outro trabalho que fizemos neste final de semana, qual seja, um grande seminário no extremo oeste, onde reunimos lideranças de mais de 30 municípios para fazer um debate, uma discussão sobre a questão da moralidade pública. E lá se fez presente um dos grandes promotores do debate sobre a questão da corrupção, dr. Affonso Ghizzo Neto, promotor do Ministério Público de Santa Catarina, que tornou possível um aprofundamento da campanha "O que você tem a ver com a Corrupção", dando destaque a algumas prioridades do nosso mandato, como por exemplo a questão do subsídio vitalício dos ex-governadores, uma peleia de vários anos, que além de salientar a questão da inconstitucionalidade destaca também a questão da impessoalidade e da imoralidade. Portanto, é um debate extremamente acalorado em que a participação da comunidade é extremamente importante.

Além disso, há a questão dos percentuais obrigatórios em relação à Educação, à Saúde, ou seja, os 25% da Educação e os 12% da Saúde que o Fundo Social, na forma como está constituído, encontra-se desobrigado a fazer esses investimentos. E apenas para que tenhamos uma ideia, de 2005 a 2009, somente na Educação foram R\$ 235 milhões que deixaram de ser investidos; e na Saúde, em apenas quatro anos, foram R\$ 110 milhões.

Portanto, eram esses os registros que gostaria de fazer, neste momento, neste Parlamento catarinense.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, gostaria de, na data de hoje, reportar-me a Canoinhas, que neste dia 3 de maio de 2011 completa 100 anos. Durante esses 100 anos de luta, de história, contamos com momentos políticos importantes, como a Guerra do Contestado e também a indústria extrativa da imbuia, do pinheiro, da erva-mate, que fizeram com que aquela região começasse o seu desenvolvimento.

Comemoramos, sim, 100 anos de história. E temos certeza de que o planalto norte, principalmente o município de Canoinhas, nesses 100 de emancipação fez história.

Hoje é feriado no município de Canoinhas e comemora-se a Santa Cruz de Canoinhas. Na colina de Santa Cruz fica a nossa igreja; Santa Cruz é o nome do nosso colégio.

Gostaria de parabenizar o prefeito Leoberto Weinert, que comanda tão bem o município de Canoinhas, o secretário de Desenvolvimento Regional, Argus Burgardt, o secretário de Desenvolvimento Regional de Mafra, Wellington Bielecki, que tão bem representa o planalto norte, e o gerente de Desenvolvimento Ambiental da Fatma, Ivo Dolinski.

Quero dizer-lhes da satisfação de tê-los hoje no plenário, porque representam o planalto norte e ajudam o desenvolvimento e o crescimento da região com o seu trabalho, com a sua dedicação, com os entendimentos políticos que costuram, porque hoje o nosso futuro está mudando. Por quê? Porque hoje temos um novo partido político, o PSD, que deve ser inserido também na poliança, do qual já fazem parte o PMDB, o PSDB, o PDT, PTB e o PPS. Temos que ter paciência e juízo neste momento, para que essa coligação esteja presente nas eleições do ano que vem.

Gostaria de dizer à comunidade catarinense que Canoinhas tornou-se município em 1911, por decisão própria, decisão que está expressa na sua bandeira: "Catarinense sempre". Foi um dos únicos municípios do estado de Santa Catarina que pôde escolher entre pertencer ao estado do Paraná ou a Santa Catarina. E os canoinhenses escolheram Santa Catarina.

Por isso, temos certeza de que nos corações dos canoinhenses ecoará o baurrismo, a vontade de dedicar-se a este estado pujante, um estado que se encontra em franco desenvolvimento.

A nossa saudação à comunidade de Canoinhas, aos vereadores, aos trabalhadores, aos empresários, aos funcionários públicos, a todos aqueles aos quais represento nesta Assembleia Legislativa. Faço questão de parabenizar todos e desejar um futuro profícuo, neste momento em que comemoramos 100 anos de emancipação política. Que aquele município continue pujante, trabalhador, hospitaleiro, porque somos extremamente acolhedores. Canoinhas mudou, mudou para melhor, porque agora é uma cidade centenária!

Um abraço a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado!

Gostaria de registrar a presença dos funcionários da Fatma que, com faixas, reivindicam a gratificação ambiental: "Servidores da Fatma em luta pela isonomia, contra a perda de direitos - estado de greve".

Isso faz parte da luta democrática. Sejam bem-vindos à Casa do Povo.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero cumprimentar os nossos telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, aqueles que acompanham os trabalhos da Casa, em especial os servidores da Fatma, que certamente vêm aqui com legitimidade buscar os seus direitos.

Ao falar na Fatma, quero dizer que participamos, na última quinta-feira, de uma audiência pública em Blumenau, promovida pelo Ibama, referente à licença ambiental para a duplicação da BR-470. Foi uma audiência muito concorrida, com a presença de inúmeros prefeitos, vereadores e deputados.

O Ibama nos apresentou o projeto do ponto de vista da fauna e da flora, mas também do ponto de vista de toda a arquitetura da rodovia, principalmente os primeiros 78km, entre Navegantes e Rodeio, onde haverá pelo menos 21 viadutos. Essa obra deverá custar em torno de R\$ 1 bilhão, ou seja, R\$ 12 milhões por quilômetro, pois se trata de um terreno difícil, principalmente entre Navegantes e Blumenau. Fiquei feliz e extasiado, deputado Silvio Dreveck, com o projeto, pois é muito bonito e bem elaborado.

Por outro lado, de forma paradoxal, deputado Jailson Lima, ficamos tristes com o anúncio por parte do DNIT de que essa obra só ocorrerá no segundo semestre de 2012. Portanto, vamos ficar mais um ano no aguardo, e não se cumprirá a promessa da presidenta Dilma Rousseff, feita logo que assumiu a Presidência do país, no sentido de que no segundo semestre de 2011 as máquinas estariam roncando na BR-470. Infelizmente, estarão roncando adormecidas, porque o sonho não se concretizará em 2011.

De qualquer maneira, assim como na BR-101, vamos duplicar a pressão e acompanhar de perto o cronograma de liberação de todas as licenças para que, efetivamente, no segundo semestre de 2012 as obras tenham início na BR-470, tornando realidade o tão sonhado projeto de ligar o oeste ao litoral catarinense.

Tenho dito e insisto em cada intervenção de que a BR-470, que foi projetada, há 40 anos, para dez mil veículos/dia e que hoje recebe até 35 mil veículos/dia, representa 40% da economia catarinense. São quatro mil contêineres por dia na BR-470, além da questão de mortes e de vidas que são ceifadas, uma centena de vidas por ano.

Por isso, a nossa pressão para que de fato o governo federal faça acontecer o seu compromisso de iniciar a duplicação da BR-470 pelo menos nesse primeiro trecho de Navegantes a Rodeio, aproximadamente 78 km. E estaremos atentos a toda essa caminhada.

Quero também, nesta tarde, fazer uma homenagem especial ao 29º Congresso dos Gideões Missionários da Última Hora, em Camboriú. Tivemos no sábado à noite a

presença do senador Magno Malta, representando a presidente da República, a presença de deputados federais de outros estados, como o deputado Marco Feliciano, de São Paulo, a deputada Lauriete Rodrigues de Almeida, de Espírito Santo, a deputada estadual paranaense Mara Lima, o deputado Kennedy Nunes, que esteve acompanhando toda essa festividade, a prefeita Luísa, e quero parabenizá-la pela organização da festa. E no domingo à tarde, acompanhamos sua excelência, o sr. governador Raimundo Colombo, nos dois pavilhões de eventos em Camboriú.

Segundo as estimativas, mais de 100 mil pessoas passaram por aquela pequena cidade, que se torna o centro de todo um projeto de missões, pois são mais de 500 famílias mantidas pelos gideões em várias cidades do país, inclusive no exterior, centenas ou dezenas de países que se fazem representar pelo trabalho dos missionários.

Também fica o nosso abraço ao pastor Cesino Bernardino e ao pastor Reuel Bernardino, pela organização deste 29º Congresso dos Gideões da Última Hora.

Preciso, no tempo que ainda me resta, não só fazer a comunicação oficial, mas também justificar aos nossos eleitores todo esse processo de saída do Democratas. Estivemos, no último domingo, reunidos com o governador Raimundo Colombo, com a presença do prefeito Gilberto Kassab, de São Paulo, e tenho dito aos eleitores que nos indagam diariamente o porquê da saída. Seria muito mais tranquilo, muito mais sereno, permanecer no Democratas, pois estamos muito bem em Santa Catarina com o governador, com os sete deputados, mas ficou impossível a relação com a executiva nacional, que, inclusive, ameaçou com represálias. Assim, não teríamos como sustentar qualquer projeto para 2012, muito menos para 2014.

Buscamos também a possibilidade de uma aglutinação, de uma fusão com o PSDB, mas não houve interesse do PSDB nacional e assim restou o terceiro caminho, que é o Partido Social Democrático, o PSD, que já nasce grande, com três governadores, cinco vice-governadores, 40 deputados federais, mais de uma centena de deputados estaduais, centenas de prefeitos - somente em São Paulo 100 prefeitos já aderiram -, milhares de vereadores.

Acabo de receber a informação que o deputado Kennedy Nunes já assinou a sua adesão ao PSD, e permita-me, deputado, declinar isso aqui, porque já está no seu *Twitter*, e dizer que vamos para esse novo partido com uma perspectiva muito boa, a partir de um *slogan* elegante e propositivo, ou seja, a favor do Brasil! Essa é a nossa proposta, esse é o nosso desafio, pois queremos de fato cumprir uma nova caminhada com o PSD, sempre buscando preservar o que plantamos ao longo de 15 anos de vida pública.

Tenho dito que mudamos de sigla partidária, mas não mudamos os nossos princípios, os nossos valores, as nossas convicções. E estamos, sim, capitaneados pelo governador Raimundo Colombo, animados com essa nova empreitada, com esse novo desafio. Disse, hoje pela manhã, na imprensa e repito aqui: certamente estamos saindo maior do que chegamos ao Democratas, pois o PSD é um partido que por certo será grande no estado de Santa Catarina. Nos próximos meses, tenho absoluta convicção, já seremos o terceiro partido do país em número de filiados com mandato.

Portanto, fica aqui a nossa convicção de que o governador Raimundo Colombo tomou uma decisão madura, uma decisão responsável e, diante de todas as circunstâncias e do cenário, uma decisão perfeitamente legítima para conduzir o nosso estado e capitanear os municípios.

Catarinenses, estamos aqui declarando oficialmente, juntamente com toda a nossa bancada, a nossa nova opção por uma caminhada político-partidária sintonizada com o clamor e com os desafios da sociedade contemporânea, o PSD.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Ismael dos Santos.

Meus cumprimentos aos funcionários da Fatma que se fazem presentes neste plenário. A bancada do Partido dos Trabalhadores apóia a luta de todos vocês.

Quero cumprimentar também, srs. deputados, o Fórum Catarinense de Entidades dos Trabalhadores da Área da Saúde, que se faz presente nesta Casa para debater um projeto de lei que está sendo analisado na comissão de Constituição e Justiça.

Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, também quero fazer o registro que hoje esteve no almoço da nossa bancada o pessoal do sindicato dos professores, onde nos foi mostrado que o salário do professor estadual, deputado Moacir Sopelsa, no final de carreira, com pós-graduação, é de pouco mais de R\$ 1.700,00, não chega a R\$ 1.800,00. Eles estão discutindo com o governo para conseguir que o piso nacional de salário seja pago.

Enquanto isso, vemos nesta Casa, deputado Moacir Sopelsa, essa questão das incorporações absurdas que estão em discussão novamente, o que será motivo de tema de debate mais tarde.

Sobre o nascimento do PSD em Santa Catarina, quero dizer que como é a favor de um novo Brasil e como se está consolidando, até com a liderança do deputado Kennedy Nunes em Joinville, será a favor, por certo, do piso nacional de salário e a favor do pessoal da Fatma, que está aqui com suas justas reivindicações.

O tema das matérias dos jornais de hoje é a ida do governador e de todo o *staff* do Democratas para o PSD, com alguns outros deputados desta Casa. Com isso, possivelmente, o PSD ficará equipado em número de deputados com o PMDB. E quero dizer o seguinte: sejam bem-vindos à base do governo federal.

Srs. deputados, em homenagem aos pessedistas de Santa Catarina, quero pedir à assessoria que coloque para tocar o hino do PSD, para que todos o conheçam.

(Procede-se à execução do hino.)

Para nós do PT, secretária Ada De Luca - e quero parabenizá-la pela posse, pois não pudemos estar presente -, que elegemos uma ex-guerrilheira presidente da República, deputado Volnei Morastoni, o PSD está transformando voto em arma e fuzil. Sejam bem-vindos, deputados pessedistas.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado, v.exa. é um deputado que admiro muito. A sua presença de espírito fez-me lembrar do meu pai que era da UDN. Pena que v.exa. não tenha o hino da UDN, mas a deputada Ada de Luca pode matar a saudade e lembrar do seu avô, pois ela teve que decorar o hino.

Desejo aos deputados do ex-DEM e futuro PSD que possam construir um grande partido, que atenda aos anseios da população. Eu vejo com justiça a questão da Fatma, que tem uma importância enorme. Por isso, acho justo o pleito que vocês estão aqui fazendo.

Com relação ao piso nacional da Educação, tenho certeza de que é meritório. Tenho certeza de que o governador vai buscar a possibilidade de adequar às despesas do estado e vai poder dar aos professores o salário do piso nacional. Eu fico feliz de ser um deputado da base e de sentir essa sensibilidade do governador em encontrar a solução para a questão do piso base dos professores.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Como o PSD não tem líder ainda nesta Casa, tomo a liberdade de agradecer a homenagem e de dizer que fiquei satisfeito em ouvir pela primeira vez o hino do PSD.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Trago isso à tona porque a política tem os seus ciclos, e vemos no Democratas um partido de oposição sistemática ao governo federal que nós, do Partido dos Trabalhadores, elegemos, protagonizando a Presidência da República, neste momento, e principalmente em Santa Catarina, onde a estrutura, o DNA do Democratas, ex-PFL, é mais sólida no país, na realidade está a se desmilinguir.

O presidente Lula, quando esteve em Joinville, assinalou corretamente quando disse que o partido estaria rumo ao extermínio. E na realidade não errou, só disse na hora, no dia errado e no local errado. Porém a vida pública nos remete a essa questão.

Desejo felicidades ao PSD. Com muita tranquilidade o governo federal terá na sua estrutura também essa base de apoio, porque essa história de dizer que irão lá fazer oposição é só para quem quiser acreditar, pois essa não será a prática, já sabemos disso.

Fiquei meio triste quando vi no jornal que o ex-senador Jorge Bornhausen parece que ficará desalojado, porque não irá para o PSD. Vou então pedir licença aos companheiros do PT para oficialmente fazer-lhe um convite para encerrar sua carreira pública filiando-se ao Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

Não estando o deputado do PPS presente, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital ou presentes aqui nesta tarde.

Quero, de forma especial, cumprimentar os servidores e servidoras da Fatma. Parece que agora estamos num país e também num estado de partido único. É possível que a demanda de vocês seja encaminhada, diante das tantas promessas que já se alongam desde o ano passado. Esperamos que o projeto chegue a esta Casa e que seja efetivamente discutido com os servidores e as servidoras para que não haja prejuízo, mas avanço. Nós, que não fizemos parte do partido único, apoiamos incondicionalmente a demanda dos trabalhadores da Fatma.

Da mesma forma, quero dizer aos trabalhadores da Saúde do estado de Santa Catarina que somos a favor de qualquer política de fortalecimento à saúde pública desde que contemple o conjunto dos servidores, ou seja, a mesma posição, evidentemente, que nós temos com relação a todas as secretarias, a todos os segmentos do serviço público. Estamos torcendo para que haja um acordo entre as lideranças políticas, os trabalhadores, as entidades, o sindicato para que possa haver o fortalecimento da saúde pública no estado de Santa Catarina.

Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer uma homenagem ao policial militar Claudir Silvério Schmidt, soldado da Polícia Militar assassinado na cidade de Chapecó, na madrugada da última sexta-feira. O soldado tinha 36 anos de idade, 16 anos na Polícia Militar, casado, pai de três filhos com 13, 11 e oito anos de idade. Foi companheiro de primeira linha na Aprasc, esteve em todas as lutas junto conosco nos últimos dez anos, inclusive esteve em Brasília, em janeiro do ano passado, quando foi assinada a lei de anistia aos policiais e bombeiros militares punidos por terem reivindicado o cumprimento da Lei n. 254.

O soldado Schmidt e outros dois policiais estavam num clube em Chapecó, na madrugada de quinta-feira para sexta-feira da semana passada, no momento em que houve um assalto naquele estabelecimento, realizado por seis marginais. Assim que os marginais entraram e reconheceram o Schmidt e o outro policial começaram o tiroteio, deputado Padre Pedro Baldissera, dentro mesmo do clube. O soldado Schmidt, na sua forma de ser sempre despojada, saiu de dentro do clube em direção à porta, em perseguição aos marginais. Evidentemente havia um esperando atrás da porta. E o soldado foi alvejado por três tiros, dois no tórax e um na cabeça, que foi o tiro fatal.

O soldado Schmidt estava com 16 anos na Polícia Militar e uma ficha imensa de serviços prestados à Segurança Pública na defesa da sociedade catarinense. Eu quero ler apenas uma parte dos elogios prestados a ele:

(Passa a ler.)

“Em 1996, por prender em flagrante dois ladrões de carro; em 1998, por ter trabalhado na captura de homicidas na cidade de Chapecó; em 1999, por ter prendido em flagrante um elemento que havia estuprado menor; em 2000, por ter recapturado um foragido da penitenciária de Chapecó; em 2000, por ter recapturado um veículo furtado.”

Bom, essa foi parte dos elogios ao soldado Schmidt. Nós estivemos em Chapecó.

O enterro foi acompanhado no último sábado por centenas de policiais, bombeiros e pessoas da sociedade da cidade de Chapecó, numa última homenagem a esse grande irmão de farda.

O soldado Schmidt, como havia falado, estava entre os 22 excluídos da Polícia Militar, por decisão do ex-governador Luiz Henrique e do ex-comandante geral coronel Eliésio Rodrigues. Havia retornado por decisão judicial, em caráter liminar, no mês de agosto do ano passado. E a prova de que era um excepcional policial militar é que mesmo de folga foi atuar na condição de policial e acabou perdendo a vida.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. Presidente, que apenas registrar a presença do prefeito Elói Quege, do município de Três Barras, que se encontra na capital tratando de assuntos de interesse do seu município.

Obrigado pela presença, sr. prefeito.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sra. presidente, deputada Ana Paula, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, preciso falar da audiência pública que realizamos ontem em Chapecó, no grande oeste catarinense, para debater a situação da Saúde naquela região.

Foi uma audiência pública muito participativa. Pessoas de 46 municípios participaram. Recebemos uma grande quantidade de documentos que tenho aqui em mãos. São 26 documentos elaborados previamente quando os municípios da região oeste tomaram conhecimento da audiência pública, chamada pela comissão de Saúde para debater a descentralização dos serviços de saúde de alta complexidade em pediatria e também toda a situação da Saúde na região oeste.

Foi tanta a importância dada a esse chamamento da comissão de Saúde que, em muitos municípios, a Câmara de Vereadores chegou a realizar audiência pública prévia debatendo a Saúde no município, na microrregião, juntamente com diversas outras entidades. Isso tudo resultou num conjunto importante de documentos que retratam com fidelidade a verdadeira situação da Saúde no oeste catarinense.

A audiência contou com a presença de prefeitos, vereadores, secretários municipais de Saúde, de muitos usuários e de representantes dos setores sociais, dos movimentos sociais. Mas também quero destacar a importante participação dos deputados que puderam estar presentes: Dado Cherem, Mauro de Nadal, Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Luciane Carminatti, cujo apoio foi decisivo, fundamental, na organização, na mobilização. Também pudemos contar com a presença do deputado federal Pedro Uczai e do nosso líder, deputado Dirceu Dresch.

Então, a participação dos deputados foi muito importante, valorizando essa

audiência pública para debater os problemas da Saúde do oeste. Se há problemas na Saúde em todo o estado, imaginem no distante oeste catarinense. Se para os adultos já conseguimos avançar em parte na descentralização dos serviços especializados em várias regiões do estado, na área da pediatria ainda há muito a fazer. Imaginemos uma criança portadora de câncer que precise deslocar-se do extremo oeste para se submeter a uma sessão de quimioterapia em Florianópolis, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, e que depois tenha que retornar à sua cidade de origem, fazendo uma viagem longa e sofrida. Não precisamos descrever muito essa situação para entender o quão rapidamente precisamos caminhar para, efetivamente, fazer a descentralização dos serviços de saúde de alta complexidade, levando especialistas para todas as regiões do estado, principalmente para o oeste catarinense.

Deputado Valmir Comin, como há necessidade de levarmos a descentralização desses serviços também para o sul e para o extremo sul de Santa Catarina, para a região de Araranguá e de Criciúma, imaginemos como no oeste catarinense, região tão distante da capital, isso é muito mais necessário.

Essa audiência pública foi tão importante que antes dela fizemos reuniões de preparação. Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que faz parte da nossa comissão sabe que temos a responsabilidade de, perante a população catarinense, perante a população das cidades e regiões que visitamos, transformar os documentos de descrevem a realidade da Saúde, tanto na atenção básica quanto no setor hospitalar, em ações concretas do governo do estado.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, somos os portadores oficiais dessas reivindicações junto ao secretário de estado da Saúde, junto ao governador Raimundo Colombo, que tantas vezes já declarou que a Saúde é sua prioridade um, dois e três e que as pessoas estão em primeiro lugar.

Nessa conjugação das pessoas em primeiro lugar e a Saúde como prioridade, precisamos dar consequência para o que nos foi colocado nas audiências públicas, concretizando a maioria das reivindicações. Sabemos que algumas são de curto e outras de médio e longo prazo, mas precisamos, repito, dar consequência às reivindicações que nos foram feitas.

A comissão de Saúde aproveitou a oportunidade para visitar o Hospital Materno Infantil de Chapecó, construído há seis anos, um hospital moderno, bonito, arejado, com corredores largos e iluminados. Fiquei impressionado com a arquitetura do hospital. Haviam-me dito que era um hospital com corredores estreitos, escuros, mas isso não é verdade. É uma construção belíssima e moderna e está totalmente equipada, muitíssimo bem equipada. Há, inclusive, equipamentos importados, mas há seis anos o hospital não funciona.

Precisamos colocar em funcionamento aquele hospital imediatamente, porque além de atender ao município de Chapecó deveria atender a toda a região, transformando-se num hospital regional de referência na área da pediatria.

Visitamos também o Hospital Regional de Chapecó. Mais uma visita de extrema importância que precedeu a nossa audiência pública, porque nos ajudou a conhecer a realidade local. Somente com

relação a esse hospital poderia falar durante todo o meu tempo na tribuna, mostrando dificuldades e reiterando reivindicações, que são basicamente as mesmas dos demais hospitais deste estado.

Mas o que nós percebemos como uma necessidade mais sentida, deputada Ana Paula Lima?

Há poucos instantes v.exa. e eu participamos de uma reunião na sala da Presidência, com diversas entidades de conselhos regionais e sindicatos da Saúde, em função de uma proposta de emenda constitucional que tramita nesta Casa, que propõe a carreira de estado para o médico. É importante essa proposta porque ela abrirá um debate na Saúde. Mas quero já adiantar, e todos sabemos disso, que a saúde é um trabalho de equipe, é um trabalho do médico, como também é do enfermeiro, do farmacêutico, do bioquímico, do fisioterapeuta, do psicólogo, enfim, de todas as especialidades.

Então, será uma preciosa oportunidade para debatermos a importância, o reconhecimento, a valorização dos profissionais da saúde na Saúde.

Nenhuma outra medida obterá sucesso nos debates que estamos fazendo. Nenhuma entrega de hospitais para organizações será milagrosa, se não resolvermos outros problemas e o verdadeiro debate da própria gestão dos hospitais.

Srs. deputados, pela exiguidade do tempo, eu abordarei os demais temas ainda a respeito dessa audiência em outra oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento gostaria de saudar os funcionários da Fundação do Meio Ambiente - Fatma -, que estão na luta reivindicando uma gratificação que lhes foi dada e depois tirada, uma gratificação justa, no nosso entender. Esses funcionários já fizeram os seus planejamentos, a sua programação e de uma hora para outra ficaram a ver navios.

A deputada Angela Albino, que está bem inteirada do assunto, falou-me que o líder do governo comprometeu-se em estabelecer um diálogo com o governador Raimundo Colombo a respeito do assunto, pois essa situação tem que ser esclarecida e resolvida.

Em uma audiência que foi realizada nesta Casa, na comissão de Meio Ambiente, com a presença do presidente da Fatma, Murilo Flores, e os seus diretores, nas suas respectivas funções, foi feito o comparativo do estado de Santa Catarina com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul com relação ao efetivo dessas fundações. Nesses últimos estados há uma demanda de aproximadamente 1.400, 1.500 funcionários, sendo que aqui em nosso estado não há mais do que 300 funcionários. Quer dizer, além dessa defasagem, dessa sobrecarga imputada em cima desses funcionários, há essa questão financeira que faz realmente a diferença no salário de cada um dos senhores e senhoras.

Por isso vocês têm a nossa aquiescência e o nosso apoio no sentido de buscarmos, juntos, um encaminhamento para uma solução prática e objetiva, a fim de resolvermos de vez esse problema.

Sr. presidente, eu tive a oportunidade de participar do roteiro do governo do estado, que se iniciou no extremo sul, na região de Amesc, no vale do Araranguá, posteriormente na região carbonífera de Criciúma e, na sequência, na região da Amurel, em Tubarão, onde presenciamos, em paralelo à atuação do governo, a visita de todos os secretários nas suas respectivas pastas e de todos os segmentos do governo, buscando levantar as demandas, as necessidades. E ao final de cada dia foi feito um seminário para acareação, ocasião em que todos os secretários puderam fazer uma explanação das suas pastas.

Eu entendo que isso é salutar e importante porque não basta tão somente checar os dados, é preciso verificar *in loco* as necessidades e as dificuldades que a comunidade catarinense passa nas suas regiões.

Também coloquei que já se passaram quatro meses, ou seja, 120 dias de governo e há necessidade de uma ação prática, objetiva e forte por parte do governo do estado, mesmo porque reprimiu as despesas e acabou fazendo com que os cofres da Fazenda se elevassem ultrapassando a casa de R\$ 1 bilhão. Eu espero que maio seja o mês do início dos acontecimentos efetivos por parte do governo do estado.

Srs. deputados, foi com satisfação que pude presenciar, na condição de presidente da Comissão Especial Externa - o deputado Manoel Mota é o vice-presidente - que acompanha os procedimentos para a elaboração e a execução da obra da barragem do rio do Salto, em Timbé do Sul, na comunidade de Areia Branca, a determinação do governador de estabelecer que neste mês de maio fará a desapropriação definitiva dos 54 moradores que ainda estão esperando por uma decisão governamental.

Essa reivindicação vem sendo acalentada por mais de duas décadas, uma obra que, além de garantir o abastecimento de água à população, à rizicultura, à piscicultura e ao potencial turístico daquela região, vai também promover um *start* sem precedentes ao turismo. E a providência divina nos concedeu a região sul de uma beleza imensurável, singular, incontestável.

Foi determinado à Casan e ao secretário da Fazenda que promovessem um cronograma para a efetivação desses pagamentos às 54 famílias já agora no mês de maio. E com essa manifestação, com essa posição do governo, vamos conseguir garantir os recursos que já estão consignados no PAC.

Então, o governo precisa fazer a sua parte, que é a desapropriação efetiva dos moradores da comunidade de Areia Branca. Em contrapartida, o governo federal vai enviar os recursos, a exemplo do que fez na barragem do rio São Bento, deputado Volnei Morastoni, à região carbonífera que abastece, aproximadamente, 370 mil habitantes e que tem um reservatório com capacidade de abastecer 1,3 milhão de habitantes.

Além disso, também está garantido o abastecimento de água, na concepção do projeto, para 2.500ha de arroz irrigado, mas que por falta de um planejamento efetivo, preciso, determinado, por parte do estado, que não fiscalizou com segurança a demanda de

arroz irrigado, já ultrapassa de 6.700ha. Então, não é preciso ser um *expert*, um bruxo, para adivinhar que, num curto espaço de tempo, teremos um grande conflito social, mesmo porque muitos proprietários de terras irrigáveis estão-se desfazendo de outros bens para adquirir mais áreas contando com essa demanda de abastecimento de água por parte da barragem do rio São Bento, pois provavelmente não teremos água na próxima década.

Mas o exemplo dado pelo governo do estado simboliza, com certeza, um credenciamento com aqueles moradores da comunidade do sul. E essa obra, como eu disse, além de todos esses ingredientes que vão promover o desenvolvimento da economia e a qualidade de vida do extremo sul catarinense, vai regularizar a vazão dos níveis de água em época de cheia que tem promovido a inundação de centenas de moradias, inclusive com vítimas fatais, e também garantir água para o consumo humano, para a rizicultura, para a piscicultura e para o potencial turístico.

É com satisfação que faço uso desta tribuna para fazer este registro e espero que agora, no mês de maio, esse recurso seja destinado de uma vez por todas e essas desapropriações sejam feitas na prática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, inicialmente gostaria de saudar o vereador Paulo Henrique Brolini Glinski, de Canoinhas, o vereador Miguel Gonarek Neto e o prefeito Elói José Quege, de Três Barras.

Sr. presidente, vou tratar de um assunto um pouco delicado, mas da maior importância para o Parlamento catarinense. Hoje, pela manhã, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o Enunciado n. 0001/2011, que no meu entendimento tira uma prerrogativa dos deputados catarinenses. Esse enunciado, deputado Nilson Gonçalves, cerceia e tira as poucas prerrogativas que os deputados, no Brasil, possuem. Espero, deputado Volnei Morastoni, e digo isso aos membros da comissão de Constituição e Justiça, que esse enunciado siga os ritos normais do Parlamento catarinense e seja apreciado pelo Plenário.

Não é possível, deputada Angela Albino, que esse enunciado, que já foi aprovado pela comissão de Constituição e Justiça, passe a valer a partir de hoje e constitua-se frontalmente contra o Regimento desta Casa. Nós não podemos permitir que um projeto de lei não seja tramitado na comissão de Constituição e Justiça, deputado Nilson Gonçalves. Esse é um direito sagrado do parlamentar. Então, que o nosso projeto possa ser protocolado e possa, no mínimo, tramitar na referida comissão, que tem a prerrogativa de votar contra e de arquivá-lo. Mas temos, deputada Angela Albino, outra prerrogativa: se eu não estiver satisfeito, deputado Nilson Gonçalves, com o arquivamento do meu projeto, por exemplo, na comissão de Constituição e Justiça - nunca fiz isso -, tenho a prerrogativa de trazer o projeto para ser

apreciado pelo Plenário, que é soberano. Essas prerrogativas não podem ser tiradas por ninguém, muito menos por uma comissão composta por parlamentares.

Quem faz o controle, deputadas Dirce Heiderscheidt e Angela Albino? Qual é o papel da comissão de Constituição e Justiça? Fazer o controle político da constitucionalidade. Quem faz o controle técnico? O Tribunal de Justiça.

Nós podemos, deputado Valmir Comin, aprovar o projeto na comissão de Constituição e Justiça, esse projeto pode ir a plenário, ser aprovado, ser sancionado pelo governador e pode ser declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça, que faz o controle técnico. Nós fazemos o controle político da constitucionalidade. O que é isso? O debate, a discussão de um projeto, deputado Nilson Gonçalves, o calor do debate e da discussão traz uma contribuição para a sociedade e força a mobilização popular, para que possamos transformar aquilo que é inconstitucional em constitucional. Por exemplo, deputado Moacir Sopelsa, há 50 anos o nosso avô caçava com legalidade. Através de anos de debate, de discussão, foi criada uma lei, com razão, que proibiu a caça.

Tínhamos convicção, quando aprovamos o Código Ambiental, deputado Dado Cherem, de que ele era inconstitucional? Não!

Deputado Nilson Gonçalves, nós aprovamos o Código Ambiental sem termos a convicção da sua constitucionalidade. Inclusive a comissão de Justiça! Tanto é que não era constitucional, pois não está sendo aplicado nem sequer pela Fatma, que é um órgão do governo, e está sendo discutido pela Justiça. Mas nós aprovamos. Por que aprovamos, deputado Moacir Sopelsa? Porque queríamos criar um fato político no Brasil. E criamos, deputado Volnei Morastoni! Aprovamos um projeto inconstitucional que não está sendo aplicado, que está sendo questionado no Tribunal de Justiça, mas provocamos um fato político em Santa Catarina, porque aqui, no dia em que votamos o Código Ambiental, havia dez mil pessoas. Provocamos um fato político no Brasil e uma rediscussão do Código Ambiental Brasileiro.

Ora, o projeto era inconstitucional, mas o caldo do debate, da discussão, da interação com a sociedade catarinense, provocou um avanço que será a modernização do Código Florestal, que deverá ser aprovado daqui a alguns dias com muitos fundamentos daqueles que constam no Código Ambiental. Esse é um grande exemplo prático.

Portanto, se o meu projeto é inconstitucional, se o meu projeto é autorizativo, tem que tramitar na comissão de Constituição e Justiça. Eu tenho esse direito que não pode ser tirado por fórum algum. Por quê? Porque o debate de projetos autorizativos ou ditos como inconstitucionais traz uma riqueza, uma contribuição e ajudam na mobilização da sociedade. E o Direito, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que é advogado sabe que é abstrato. Nós vivemos um conflito constitucional.

O ex-ministro Bernardo Cabral foi o relator da Constituição e, ato contínuo, foi ministro, e algumas ações daquele governo foram declaradas inconstitucionais. Quer dizer, vivemos um conflito constitucional no país. Por isso os advogados inteligentes estão ficando ricos, e com razão.

Então, o que é inconstitucional para a comissão de Legislação e Justiça ou para um parlamentar pode ser considerado cons-

titucional para outro parlamentar. Ninguém tem uma decisão final, definitiva, estanque.

Não vou conformar-me quando houver um parecer contrário aos meus projetos na comissão de Constituição e Justiça. Quero, no mínimo, debater, trazer o projeto para o debate no plenário, pois essa é uma prerrogativa que tenho. Porque se todos nos calarmos diante do argumento da inconstitucionalidade, não avançaremos. E cito como exemplo o Código Ambiental, deputado Dado Cherem. Tínhamos dúvidas da sua constitucionalidade, mas o aprovamos porque queríamos provocar um fato político no Brasil, e provocamos. E agora está sendo discutido e votado o novo Código Florestal Brasileiro.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Darci de Matos, também considero inoportuna a aprovação desse enunciado na comissão de Constituição e Justiça, que na verdade elimina prerrogativas antecipadamente e dificulta toda a tramitação de uma matéria que pode no seu curso vir a sofrer adaptações, inclusive na legalidade, na constitucionalidade. Porque da forma que o enunciado foi aprovado qualquer matéria que tiver essa interpretação estará natimorta na própria comissão, já que sequer tramitará na comissão de mérito.

Então, acho que devemos, através do Regimento Interno, encaminhar os recursos necessários à comissão de Constituição e Justiça para inverter essa decisão.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Darci de Matos, quero parabenizar v.exa. por trazer esse debate.

Eu não pude estar presente hoje, pela parte da manhã, porque o avião, lá em Chapecó, não desceu essa noite e eu tive que vir de carro. Mas quero discutir a possibilidade de fazer um recurso no plenário e rediscutir esse tema, porque entendo - e a nossa bancada tem essa avaliação - que não se pode fechar as portas para a discussão de o deputado, o parlamentar, ter a sua autonomia e discutir se é ou não constitucional.

Então, queremos rediscutir esse tema. E concordo com v.exa. que o deputado precisa, sim, ter um espaço. Muitos projetos que vieram do Executivo, e que eram tidos como inconstitucionais, hoje viraram lei, como no caso o art. 170 das bolsas de estudo, que beneficia tanto a juventude, hoje, no nosso estado.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado Darci de Matos, como o seu tempo já se está findando, quero apenas parabenizar v.exa. e dizer que também é entendimento do PCdoB que suprimimos instâncias de debate na hora em que, preliminarmente... Nós temos parlamentares na comissão de Justiça que passam a ser superdeputados que dizem o que pode e o que não se pode fazer. É prerrogativa dos deputados decidirem a apresentação da matéria. Concordo com v.exa. e estaremos juntos também nessa discussão!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, agradeço o aparte dos deputados. Vamos verificar quais são os caminhos, mas vamos requerer à comissão de Justiça que esse tema possa ser apreciado pelo Plenário.

Concluo, presidente, fazendo a seguinte afirmação, que é conhecida de todos: a essência do Poder Legislativo é a interação com a comunidade e o debate à exaustão. Não podemos cercear o debate no Parlamento!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darcy de Matos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Dirce Heiderscheidt, que dividirá o seu tempo com o deputado Manoel Mota.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - A minha saudação ao sr. presidente, aos demais colegas deputados, aos servidores desta Casa, aos visitantes, aos servidores da Fatma, que estão aqui reivindicando melhoria salarial, e aos telespectadores da TVAL.

Quero, neste momento, fazer também uma saudação ao presidente da Câmara de Vereadores de Alfredo Wagner, Silvio José Althoff, que se faz presente nesta Casa, e à presidente da Câmara de Vereadores de Bom Retiro, vereadora Laurita Emilia Besen, que se encontra também na Casa fazendo-nos uma visita.

Gostaria de parabenizar o Colégio Stella Maris, da cidade de Laguna, que no dia de hoje, 3 de maio, está completando 100 anos de história.

Então, parabéns à irmã Benvenuta. O colégio é dirigido hoje pela irmã Bernadete Rech. Portanto, parabéns aos lagunenses por terem em sua cidade um colégio tão especial como o Stella Maris.

Quero também, neste momento, apresentar um vídeo aos meus colegas deputados que não tiveram a oportunidade de desfrutar de um passeio belíssimo que fizemos, a travessia com a embarcação catamarã, bandeira que levantamos na Assembleia para o transporte marítimo.

No dia 29, às 14h30, ele se deslocou do Veleiros da Ilha e fez uma pequena demonstração do que será o transporte marítimo na Grande Florianópolis. Fizemos um passeio até São José e levamos sete minutos. Provavelmente até Palhoça levará 15 minutos. Enfim, o transporte marítimo tem uma bela estrutura.

Peço que a assessoria coloque na tela um vídeo para que todos possam ver como foi o passeio.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Eu, que enfrento a dificuldade do trânsito vindo de Palhoça diariamente para Florianópolis, levando cerca de 1h40 ou 1h50, acho que temos que nos unir politicamente, o Executivo e o Legislativo, para que possamos, num breve período, transformar Florianópolis numa cidade ainda mais turística, recebendo mais prêmios do que já recebeu até agora.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Sra. deputada Dirce Heiderscheidt, quero aqui parabenizá-la.

Eu não assisti ao vídeo desde o início, mas me parece que é uma iniciativa das prefeituras de Palhoça, São José, Florianópolis, Biguaçu e Governador Celso Ramos.

Então, quero aqui externar a minha alegria de ver a materialização desse projeto que é de muita importância para a mobilidade urbana. Esse é um projeto que atinge a coletividade dos nossos passageiros, sejam de ônibus ou de barco, como foi mostrado aqui, o catamarã.

Quero dizer que sou entusiasta dessa ideia e gostaria de pedir que v.exa. levasse ao prefeito Ronério Heiderscheidt a minha manifestação de apreço e consideração por essa iniciativa. Acredito que exista apenas um impedimento cultural, não pode ser um impedimento estrutural, ao dizer que não dá para fazer. É uma questão de cultura. A partir do momento em que é ofertado o serviço e que as pessoas tenham qualidade nesse serviço, elas passarão a usá-lo.

Não tenho dúvida de que temos um vasto litoral e que esse seja um exemplo para os demais municípios, com relação à criatividade do transporte urbano coletivo.

Então, parabéns aos prefeitos e, em nome do prefeito Ronério Heiderscheidt, quero fazer a minha manifestação, considerando de extrema importância esse transporte.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Muito obrigada, deputado, pela sua contribuição.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputada Dirce Heiderscheidt, quero, neste aparte, parabenizá-la pela iniciativa da defesa do transporte aquaviário, no momento em que a mobilidade urbana torna-se o grande desafio das administrações públicas por toda Santa Catarina, todo o Brasil e talvez todo mundo. Com a ascensão econômica, a maior quantidade de automóveis, de motocicletas e tudo mais, nós precisamos buscar vias alternativas, como a questão do transporte aquaviário, que é possível, é palpável e já é real na Grande Florianópolis.

Então, sou também um defensor desse modal e entendo a importância da sua aplicação no dia a dia do cidadão, melhorando, assim, o transporte coletivo.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Muito obrigada, deputado Carlos Chiodini.

Assim, eu termino esse pronunciamento, até porque eu dividirei o tempo com o deputado Manoel Mota. Agradeço a todos e peço novamente o apoio para que possamos implantar, o mais breve possível, o transporte marítimo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje, trabalhadores da Fatma que tinham um direito assegurado, perderam e agora estão lutando para tê-lo novamente - e com certeza o

Parlamento tem que olhar essa questão com muito carinho -, gostaria de falar sobre uma questão importante.

Santa Catarina viveu praticamente oito anos do governo da descentralização e agora foi eleito um governador da polialiança que, além da descentralização, está aperfeiçoando cada vez mais esse trabalho.

Nós vivemos, na última terça-feira, dia 27 de abril, em Araranguá, um momento histórico, em que o governo, com toda a sua equipe, instalou-se naquela região e ouviu todas as áreas: a segurança pública, o Deinfra - percorreu todas as rodovias -, a educação - o governador sentou e conversou com o pessoal da educação. Todo o governo instalou-se em Araranguá, sendo que foi feito um trabalho de qualidade. E com certeza vamos colher muitos frutos, porque entendemos que este é o caminho: um governo cada vez mais perto do povo. E o governador Raimundo Colombo, que coloca o cidadão em primeiro lugar, está mais do que nunca nesse caminho, ouvindo a base e a sociedade e buscando o caminho para uma grande administração que, com certeza, vai ser realizada.

No dia 28 de abril, quarta-feira, o governo foi a Criciúma e percorreu toda a região, ouvindo a base e todos os segmentos. Portanto, foi um trabalho extraordinário, que durou o dia inteiro. Lá se colheu informações, colheu-se aquilo que é importante e fundamental para desenvolver um grande trabalho no estado.

Na quinta-feira, foi o momento de Tubarão, que recebeu o governador com todos os secretários e com toda a equipe de trabalho. Lá visitaram toda a base. Eu vi que há poucos instantes entrou nesta Casa o secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, um grande secretário e amigo, e com certeza está contribuindo para que este governo consiga fazer um grande trabalho - e nós temos a convicção de que ele fará um excelente trabalho!

Por isso, quero registrar o trabalho extraordinário que Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira fizeram nesses últimos três dias da semana passada, instalando o governo em toda a região do sul do estado, ouvindo o sul e trazendo o clamor da população para cumprir os seus compromissos de campanha, e que com certeza será cumprido.

Quero parabenizar o governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira e dizer que, com certeza, vão-se preparar para fazer um grande governo. E como se prepara para realizar um grande governo? Ouvindo a sociedade, a associação comercial, a CDL, os segmentos da sociedade. E foi com esse trabalho, com essa luta e com esse espírito que Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira estiveram, durante três dias, nas regiões da Amesc, da Amrec e da Amurel, construindo um caminho...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Ana

Paula Lima, venho à tribuna, na tarde de hoje, para falar sobre um problema que todos poderemos ter que enfrentar um dia: a falta de acessibilidade do deficiente visual.

Trago, hoje, sr. presidente e srs. deputados, um exemplo de perseverança a ser seguido de uma escola de formação de cães guias, animais que estão dando dignidade e qualidade de vida àquelas pessoas que perderam a visão. Trago, hoje, a esta tribuna, mais tarde, na Explicação Pessoal, pessoas que passaram o drama de ter um ente querido que, num acidente, perdeu a visão. E elas farão, desta tribuna, um relato de superação de um obstáculo tão difícil, que é uma cegueira traumática.

Hoje, srs. deputados e sras. deputadas, trago a história de Figue, um jovem que, com certa idade, perdeu a visão, mas que nem por isso começou a olhar para traz. Ele seguiu em frente e hoje é surfista, montanhista e professor de ioga. E, junto com o seu pai e amigos que acreditaram nesse projeto de vida, trouxe para Balneário Camboriú a escola de cães guias, escola essa que dá qualidade de vida ao cego.

Quero que esse exemplo seja espalhado por toda Santa Catarina. Gostaria de fazer um apelo aos deputados para tentarem sensibilizar o governo do estado para que seja parceiro nesse projeto. Vejam que essa é a única escola do Brasil. Não existe outra escola oficial para cães guias em todo o país! Aquela é a única! E desde o momento em que nasce um cachorro desses até ele estar apto a conduzir um cego, leva em torno de dois anos. Então, vejam o drama dessas famílias que não têm essa oportunidade.

Peço à assessoria que proceda à exibição de um vídeo que vai mostrar a luz no fim do túnel. E depois, no horário de Explicação Pessoal, o sr. João, o Figue e mais um companheiro nosso irão usar esta tribuna para expor a solução - e não quero falar em problema - para aqueles que, hoje, não têm acessibilidade por falta de visão.

Então, quero fazer um agradecimento pela vinda deles aqui. Sei que não foi fácil, mas foi por uma causa meritória, justa e que todos nós, com certeza, depois de ver esse vídeo, vamos abraçar.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Sr. presidente, agradeço o tempo que v.ex.a. me concedeu e aproveito a oportunidade para dizer que daqui a pouco, no horário de Explicação Pessoal, por dez minutos, o Figue e seu pai explicarão o trabalho desenvolvido pela Escola de Cães Guias Helen Keller, de Balneário Camboriú, e a sua importância para quem não enxerga e não tem perspectiva sequer de ter alguém que lhe auxilie a caminhar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a compreensão dos srs. deputados, vou suspender a sessão para conceder a palavra à sra. deputada Ada De Luca, que assumiu ontem a secretaria de Justiça e Cidadania, para que ela faça seu discurso de despedida deste Parlamento.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Agradecemos à colega Ada De Luca, pois aqui ela continua sendo deputada, apenas acumulando o cargo de secretária de estado.

V.Ex.a., com certeza, terá toda a solidariedade dos seus colegas, independentemente de cor partidária, até porque a causa que a leva ao Poder Executivo é uma causa nobre e extremamente importante para a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - A deputada Ada De Luca tinha dez minutos, mas usou somente três. De qualquer forma, como líder do governo, quero desejar à deputada felicidade na nova empreitada, até porque a sua nova missão não é das mais fáceis, pois lidará com um problema crucial em nossos dias, que é a questão dos presídios, da recuperação dos apenados, do menor infrator.

Queremos, deputada Ada De Luca, que os nossos presídios não sejam depósitos de gente, mas um local onde o apenado pague sua dívida com a sociedade e recupere-se para o retorno ao convívio social. E temos certeza de que v.ex.a. e sua equipe terão grande sucesso nessa nova e difícil empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, a Presidência comunica aos srs. deputados o seguinte ato da Mesa Diretora:

(Passa a ler.)

“ATO DA MESA Nº 019-DL, de 2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão **Ciro Marçal Roza**, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento da Deputada **Ada Faraco De Luca**, indicada para o cargo de Secretária de Estado da Justiça e Cidadania.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, Florianópolis, 3 de maio de 2011.

(a)Deputado Gelson Merisio

Presidente

(a) Deputado Jailson Lima (a) Deputado Antônio Aguiar

1º Secretário 3º Secretário”[sic]

O deputado **Ciro Roza** deverá tomar posse na próxima terça-feira, mas hoje está sendo feita a sua convocação porque regimentalmente temos 48 horas para tanto.

Consulto os srs. deputados, especialmente os srs. líderes, que postura vamos assumir com relação aos vetos.

Precisamos resolver, deputado **Dado Cherem**, a questão dos vetos, pois não é possível ficarmos mais uma semana sem votá-los. Hoje é terça-feira, amanhã é quarta-feira, e faço um apelo aos srs. líderes, especialmente àqueles dos partidos plurais, que entendam a necessidade da deliberação sobre esses vetos. Então, apelo a todos os srs. deputados, de todas as bancadas, para que amanhã, de fato, possamos deliberar.

Essa transferência consecutiva atrapalha os trabalhos e, por uma questão regimental, os vetos precisam fazer parte da pauta, porque há matérias importantes, algumas, inclusive, em que é necessária a derrubada do veto. Não gosto de ver uma matéria que trata de temas importantes parada.

E tenho certeza de que nenhum dos deputados gosta dessa situação, em que pese a frequente falta de quórum.

Quanto ao mérito, cada um vota conforme o seu entendimento, mas temos que ter um quórum de, no mínimo, 35 deputados, para que possamos, de fato, deliberar os vetos com a maioria dos deputados da Casa.

O Sr. Deputado **Manoel Mota - Peço a palavra**, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado **Manoel Mota**.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, apenas gostaria de apelar que aqueles deputados que se encontram em seus gabinetes desçam para que possamos dar andamento à pauta. Temos apenas 20 deputados neste plenário e com esse número não podemos deliberar sobre os vetos.

Assim, solicito que os deputados que estão em seus gabinetes desçam para que continuemos a Ordem do Dia e votemos as matérias constantes da pauta, cumprindo a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado **Manoel Mota**, hoje não vamos deliberar os vetos porque é evidente que estamos com um quórum reduzido e não teremos tempo para que isso mude.

Amanhã farei um comunicado aos srs. líderes para deliberarmos os vetos. Por isso, aqueles que quiserem discutir as matérias, façam um esforço para estar aqui, para que não tenhamos um desgaste desnecessário. O desejo de cada um vai ser expresso através do voto. No caso da derrubada de veto são necessários 21 votos. Precisamos, pois, ter quórum qualificado para que possamos deliberar.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0092/2010, de autoria do deputado **Joares Ponticelli**, que altera a Lei n. 7.543, de 1988, que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global já aprovada em primeiro turno.

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por unanimidade em segundo turno.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0231/2011, de autoria do deputado **Marcos Vieira**; 0232/2011, 0233/2011, 0234/2011 e 0235/2011, de autoria do deputado **Kennedy Nunes**; 0236/2011, 0237/2011 e 0238/2011, de autoria do deputado **Darci de Matos**; 0239/2011, 0240/2011, 0241/2011 e 0242/2011, de autoria do deputado **Neodi Saretta** e 0243/2011, de autoria do deputado **José Milton Scheffer**, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0443/2011, de autoria do deputado **Marcos Vieira**; 0444/2011, de autoria do deputado **Padre**

Pedro Baldissera; 0445/2011, de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural; 0446/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0447/2011, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0448/2011, 0449/2011, 0450/2011 e 0451/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0452/2011 e 0453/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0454/2011, 0455/2011 e 0456/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0457/2011, 0458/2011, 0459/2011, 0460/2011, 0461/2011, 0462/2011, 0463/2011, 0464/2011, 0465/2011, 0466/2011, 0467/2011 e 0468/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0469/2011, 0470/2011, 0471/2011, 0472/2011 e 0473/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0474/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0475/2011 e 0476/2011, de autoria do deputado Reno Caramori.

Fim das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Primeiramente gostaria de parabenizar os taquígrafos que comemoram, no dia de hoje, o Dia do Taquígrafo, em especial as nossas taquígrafas e taquígrafos que são profissionais dedicados e que no dia a dia, neste plenário, nas comissões, nas sessões especiais, solenes e na audiências públicas registram todo o nosso trabalho e a história desta Casa.

Também parabenizo a Universidade de Blumenau, a nossa Furb, que completou 47 anos no dia de ontem, considerada uma das universidades mais importantes de Santa Catarina, pois já formou, sr. presidente, cerca de 40 mil profissionais.

Então, parabéns às taquígrafas, aos taquígrafos e também à Universidade de Blumenau, a Furb, que completou, ontem, 47 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Atendendo ao requerimento de todos os srs. deputados, conforme determina o Regimento Interno, a sessão será suspensa por dez minutos para que o sr. Paulo Bernardes, secretário executivo, e também o sr. Elias Ricardo Diel, o Figue, possam fazer considerações sobre a Escola de Cães Guia Helen Keller, de Balneário Camboriú, atendendo ao pedido do deputado Dado Cherem.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - (Faz soar a campanha) - Está reaberta a sessão. O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas para fechar este momento, quero parabenizar a Escola de Cães Guia Helen Keller, primeiramente, pelo nome da escola, o de uma escritora e conferencista que mesmo tendo essa deficiência física fez sucesso com seus escritos. Também parabenizo o ineditismo da escola, que é a primeira escola de cães guias para cegos no Brasil.

Muitos nascem, infelizmente, cegos e outros se tornam cegos por um acidente, como foi o caso de Elias Ricardo Diel. E vivemos uma época, deputada Ana Paula Lima, nossa presidente neste momento, infelizmente, em que centenas de jovens ficam cegos precocemente devido ao uso do crack, o que é mais um desafio para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o deputado Dado Cherem, pela iniciativa de ter trazido a Escola de Cães Guia Helen Keller, um assunto de interesse público. Quicá possamos fazer crescer essa atividade no estado de Santa Catarina, para que mais pessoas com deficiência visual tenham acesso à cidadania, através desse serviço.

Quero referir-me ao pronunciamento da deputada Dirce Heiderscheidt, quando falou do transporte marítimo, apresentando aspectos do passeio de catamarã no último dia 29.

Deputada, não pude participar em virtude de ter-me deslocado à cidade de Chapecó, pela morte do companheiro policial militar daquela cidade, mas era meu interesse, como havíamos conversado antes, participar desse evento. Quero parabenizar v.exa. por ter trazido esse tema para cá de forma mais concreta, através da atuação, da intervenção afirmativa, vamos dizer assim, positiva, do prefeito de Palhoça. E também por esse motivo queremos parabenizá-lo, como já o fizemos, em virtude da existência da universidade pública e gratuita da cidade de Palhoça e pela iniciativa dessa questão do transporte marítimo.

São quinze minutos daqui até Palhoça, e costumamos demorar uma hora ou mais de deslocamento; são talvez sete minutos até a Serraria, trajeto que algumas vezes demoro uma hora ou mais, dependendo do horário, evidentemente.

Creio e defendo que pensemos nessa possibilidade como mecanismo de transporte, uma modalidade de transporte de massa para a região da Grande Florianópolis. E aí precisaríamos ver a forma de obtermos um custo mais baixo, se possível mais baixo do que o transporte de ônibus e de automóvel, até porque o transporte coletivo na Grande Florianópolis, como temos falado tantas vezes desta tribuna, é mais caro do que o transporte particular.

Então, é preciso pensar no transporte marítimo como uma mobilidade de transporte de massa, ou seja, com um preço acessível à população. Mas de qualquer forma saindo e transportando pessoas pelo mar, com certeza nós passaremos a termos uma diminuição do uso de veículos e uma diminuição dos engarrafamentos na nossa região, o que é importante econômica, social e ambientalmente.

Portanto, é preciso pensar no plano global do transporte, e o marítimo para quem mora numa ilha é uma necessidade. Não é luxo, não é para ser bonito, não é para turismo, é para transportar as pessoas e melhorar a qualidade de vida do conjunto das pessoas desta região.

Parabenizo, portanto, o prefeito Ronério Heiderscheidt, de Palhoça, por essa

iniciativa, e as demais autoridades que estão somando-se para participar desse processo. Somos entusiastas da possibilidade de vivermos numa região litorânea, cuja capital fica dentro de uma ilha. Assim, que possamos ter o mar para que as pessoas possam fazer uso dele.

Mais uma vez quero registrar que tive muito pouco tempo, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e sras. deputadas, na fala de cinco minutos no horário dos Partidos Políticos, para homenagear o soldado Claudir Silvério Schmidt, assassinado em Chapecó na última sexta-feira.

Sentimos sempre a necessidade de dizer mais coisas sobre um policial que morreu em função de sua profissão, um trabalhador que morreu em função da sua profissão. E essa é uma categoria que tem essa particularidade de as pessoas estarem dispostas, não com vontade, evidentemente, a morrer pela sua profissão. Foi o que aconteceu com o soldado Schmidt, de Chapecó, um dos 22 excluídos por haver participado do movimento reivindicatório da Lei n. 254.

Ele era um companheiro para quem não tinha tempo ruim; a qualquer circunstância, a qualquer desânimo na jornada, o Schmidt aparecia dizendo "Está ruim, mas faremos melhorar", bem como, dizia: "Vamos por aqui, o que é preciso fazer é pra lá". E talvez em virtude da sua forma de ser, desse seu arrojo, é que acabou tomando a dianteira, tomando a frente naquela situação do assalto lá em Chapecó. E foi alvejado na testa, acabando por falecer.

A comoção entre os praças da Polícia Militar, do Corpo dos Bombeiros, dos policiais civis, do conjunto da Segurança Pública do oeste, do comando do 2º Batalhão e da Região Militar foi enorme. Ele recebeu a merecida honra militar pelo seu passamento.

Gostaríamos, pelo menos, que ele tivesse visto a anistia ser assinada e esperamos do fundo do nosso coração e da nossa convicção, da justiça que é, da necessidade que é a anistia para os outros 21.

Já pensou o desespero para cada um de nós, ou para ele próprio, a ideia de morrer sem ter conquistado a anistia, sem ter o direito de usar a farda, que seja na última hora, na hora do seu sepultamento? Isso é uma coisa que está na nossa moral de militar, na nossa forma de pensar. É uma coisa inaceitável a possibilidade da perda da farda e, por isso, a necessidade da anistia.

Deputado Maurício Eskudlark, o último assunto para tratar ainda nesta tarde de hoje é o trabalho de v.exa. e também do deputado Aldo Schneider, que eu tive uma modesta possibilidade de participação, discutindo essas questões do Centro de Formação de Condutores, das autoescolas, problema que vem se alongando no estado de Santa Catarina há diversos anos e nunca tem solução.

Tivemos na tarde de ontem mais uma reunião na Procuradoria-Geral do Estado, coordenada pelo procurador-geral Nelson Serpa, com a presença do secretário da Segurança Pública, dr. César Grubba, do promotor de Justiça Defesa da Moralidade Administrativa, dr. Aor Steffens Miranda, do diretor do Detran, dr. Vanderlei Rosso, e da Assembleia Legislativa, com três deputados, um trabalho de articulação feito especialmente pelo deputado Aldo Schneider, pelo deputado Maurício Eskudlark e a nossa possibilidade de participação.

A decisão tomada na tarde de ontem é um termo de ajustamento de conduta, a ser assinado até dia 13 de maio, sexta-feira da semana que vem, garantindo o funcionamento, mesmo que precário, de todas as autoescolas até que se realize a licitação definida pela legislação aprovada neste Poder e até hoje não colocada em prática.

Então, quero agradecer a essas autoridades do Poder Executivo e do Ministério Público, pela clareza e importância para o interesse público, que é garantir o direito dessas autoescolas trabalharem e atenderem à população que precisa cada vez mais ser qualificada.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Ouço primeiramente v.exa. e depois o deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Sargento Amauri Soares, quero parabenizá-lo na questão do pronunciamento. Eu estive em Chapecó, no último final de semana, inclusive no domingo, antes do jogo Chapecoense e Avaí, quando foi respeitado um minuto de silêncio pelo policial morto no assalto. E algumas pessoas me disseram que ele era um cidadão, um profissional da segurança, da justiça. Parece que é mais um caso corriqueiro, em que seis marginais encapuzados reconheceram o policial e executaram-no. Vejam o desrespeito com a sociedade e com a Justiça.

Na ocasião, houve reação dos colegas policiais, e dois marginais foram mortos. Quanto aos outros marginais, foram identificados, como se diz na gíria policial, como ladrões pés-de-chinelo que com uma arma na cinta sai matando sem respeito pelas pessoas.

Estou inscrito no último horário, mas como estava dizendo, a Polícia é a última barreira, porque o marginal hoje não respeita decisão judicial, não respeita Ministério Público, mas ainda está respeitando o policial, porque ele vai lá enfrenta e faz cumprir a lei.

Então, infelizmente, tivemos esse fato lamentável e temos que reconhecer a bravura dos nossos policiais. E as famílias muitas vezes acabam perdendo um grande pai.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados, vou tecer meu comentário hoje na linha do sistema modal.

Gostaria de registrar com satisfação a presença do prefeito de Pedras Grandes, sr. Antônio Felipe Sobrinho, do presidente da Câmara Municipal, João Felipi, e dos vereadores Gilmar José Rodrigues e Sidney. Também registro a presença do vice-prefeito de Urussanga, sr. José Rogério Francisco dos Santos, popular Zelo, do presidente da Câmara de Vereadores, vereador Paulo Cesar Barrichello, do Epagriano e do Emílio Della Bruna, que vêm participar de uma reunião na tarde de hoje, às 18h, na Comissão de Transportes, quando teremos a presença do secretário de Transportes e Obras, Valdir

Cobalchini, e do presidente do Deinfra, Paulo Meller, para fazerem uma explanação de como anda todo o sistema e o programa rodoviário no estado de Santa Catarina, as condições das nossas rodovias, oportunizando a condição dessa comissão fazer a reivindicação da execução do projeto que liga a rota dos Imigrantes, Pedras Grandes, ao município de Urussanga, passando pela comunidade de São Pedro.

Sra. presidente, tive a oportunidade de participar, juntamente com o deputado Dirceu Dresch e a deputada Luciane Carminatti, com o deputado federal Pedro Uczai, que também já foi deputado desta Casa, da formação da Frente Parlamentar das Ferrovias.

É impressionante o disparate e a desproporção do sistema de cargas rodoviário, ferroviário e hidroviário.

A extensão da malha ferroviária no Brasil, hoje, compreende uma dimensão de 28.476km. Matriz de transportes: rodoviárias 58%, ferrovias 25% e hidroviárias 13%. Realmente está havendo uma inversão. Projeção da Matriz para 2025: no sistema modal a participação no sistema rodoviário é de 58%, uma redução de 30% para 2025. No setor ferroviário é de 25% em 2005, com uma redução de 35% para 2025. E no sistema aquaviário, de 13%, em 2005, para 29% em 2025.

No cenário ferroviário anterior, em 1996, a única operadora é a rede Ferroviária Federal S.A.; a malha ferroviária compreendia uma extensão de 22 mil km de linhas; 44 mil empregados; uma produção de 66 milhões (TU/ano); uma receita de R\$ 662,3 milhões/ano; acidentes, 75.5 (acidentes por milhão de trem Km). O dado serve como referência.

Passivo da extinta Rede Ferroviária Federal: déficit operacional de R\$ 17,6 bilhões e ações trabalhistas numa monta de R\$ 8 bilhões.

O cenário ferroviário atual, em 2010, compreende as seguintes concessionárias:

ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A (Feronorte);

ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A (Novoeste);

ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (Ferroban);

ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.;

Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA (Vale);

Ferrovia Tereza Cristina S.A. - FTC;

Ferrovia Tereza Cristina S.A.;

MRS Logística S.A.;

Transnordestina Logística S.A.;

Vale S.A. - Concessionária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, Estrada de Ferro Carajás e trecho da Ferrovia Norte Sul.

Esse é o cenário ferroviário atual, em 2010. O modelo de concessão é arrendamento dos bens operacionais, com prazo de 30 anos renováveis. A malha de 22.000km passou para 28.228km, com 38.595 mil empregados, com uma produção de 471 milhões de toneladas e uma receita de R\$ 14 bilhões. O número de acidentes teve redução de 79,7%.

Os ativos operacionais foram transferidos para o DNIT. Os ativos não operacionais foram transferidos para a SPU e os passivos foram assumidos pela União.

Quanto aos benefícios financeiros, em 2010, o valor da arrecadação de impostos, arrendamento e Cide pagos pelas

concessionárias foi de R\$ 13,8 bilhões.

Sobre os investimentos nas malhas concedidas à iniciativa privada, para a União o acumulado foi de R\$ 1,140 bilhões e para o setor privado o acumulado foi de R\$ 24,023 bilhões."

Isso representa dizer que um é um sistema falido. Com a abertura das parcerias, da privatização, as ferrovias se expandiram evidentemente muito aquém ainda do que os estados e a Federação necessitam.

O diretor da rede ferroviária Tereza Cristina, o engenheiro Benoni, na comitiva do governo do estado, no município de Tubarão, na semana próxima passada, na sua exposição, fazia um comparativo, mostrando que hoje o custo Brasil está em torno de R\$ 110,00 por tonelada enquanto o custo da rede ferroviária está em torno de R\$ 75,00.

Realmente houve uma inversão à manifestação e à posição norte-americana no Congresso Nacional, no Senado da República, anos atrás. Mudou completamente o cenário do sistema modal no país, retrocedendo no seu desenvolvimento, pois, em 1980, por exemplo, nós tínhamos o PIB parecido, quase idêntico ao da China e hoje há uma desproporção.

Sabendo que eles são *experts* em produção de médio e longo prazo e que se o país continuasse investindo na malha ferroviária, certamente, seria um grande concorrente, até pela extensão territorial... Logo um país de dimensão continental, com uma terra produtiva e um povo trabalhador, certamente seria o gigante da produção e dominaria o mundo.

Por isso, a política equivocada naquela ocasião fez com que houvesse um retrocesso no desenvolvimento do país, que está sendo retomado. Por isso, precisamos enaltecê-la posição e a frente do governo federal, já iniciada no governo Lula, agora tendo continuidade no governo Dilma Rousseff.

Mas a participação efetiva e a abertura da parceria pública privada são essenciais para o macrodesenvolvimento de todas as regiões compreendidas e em todos os estados da federação deste país. Não diferente é a luta incansável deste Parlamento e também do governo do estado pela translitorânea.

A bancada federal catarinense quer integrar os portos de Santa Catarina do sul até o norte e também a construção da Ferroeste para o escoamento dos produtos agrícolas e da produção de frango e de suínos que se destaca agressivamente no oeste de Santa Catarina.

Por isso, é sempre um prazer usar a tribuna e fazer uma manifestação sobre um tema tão importante, tão pertinente, pois certamente vai haver uma inversão do sistema modal não somente de Santa Catarina, mas do Brasil. E um estado como o nosso, exportador, necessita de uma logística facilitada, flexibilizada, para poder competir num mercado globalizado.

Era isso, sra. presidente, o que tínhamos para hoje.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Valmir Comin.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pela internet, venho hoje falar, deputado Ismael dos Santos, sobre algo que é

de extrema importância para a nossa região, a região de Joinville.

Quando a imprensa divulgou os valores orçamentários destinados às regiões houve, por parte da imprensa e da sociedade joinvilense, uma cobrança muito grande sobre o governo e os próprios deputados da cidade: eu e os colegas Darci de Matos e Nilson Gonçalves. Todos perguntavam por que a divisão de valores era tão diferenciada entre Florianópolis e Joinville, a maior cidade do estado. Isso tudo aconteceu, na verdade, por conta do valor destinado à recuperação da ponte Hercílio Luz, na capital.

Preocupe-me, sra. presidente, com esse assunto, mas não vim dar uma resposta baseado em "achismos". Fiz uma pesquisa, deputada Angela Albino, antes de falar alguma coisa, porque realmente precisamos ter mais dados para conseguir justificar por que Florianópolis recebeu "x" milhões e Joinville recebeu "x-y" milhões.

Catarinenses, achei duas justificativas. A primeira é que muitas das vias públicas da capital que ligam os bairros com o centro são rodovias estaduais! Por conta disso, deputado José Milton Scheffer, o governo do estado tem que alocar no Orçamento valores destinados à sua manutenção. Assim, a prefeitura de Florianópolis não investe nada nessas rodovias e sim o governo do estado.

Em Joinville, de estradas estaduais temos somente a Rodovia do Arroz, que passa na Vila Nova, na região oeste da cidade, e a Rodovia Edgar Meister, que liga a BR-101 ao distrito industrial. As ruas Tuiuti, Santos Dumont, Minas Gerais, Getúlio Vargas, Santa Catarina, Helmuth Falgatter e Iririri são vias que fazem a ligação interbairros, mas não são rodovias estaduais. Portanto, não existe a condição de o governo estadual alocar no seu Orçamento recursos para a manutenção e a recuperação de vias que são da responsabilidade de governo municipal.

Assim, deputada Ana Paula Lima, por conta desse fator é que se dá a grande diferença nos valores orçamentários destinados a Florianópolis e a Joinville. Na capital, quase todas as vias que ligam os bairros ao centro são rodovias estaduais. Por exemplo: a ligação entre o centro da cidade e a Lagoa da Conceição, a estrada que liga o norte da ilha ao centro e a que dá acesso ao sul da ilha.

Quando citei esse fato, retrucaram dizendo que os deputados da cidade deveriam levar mais recursos para Joinville. Então, tomei o cuidado de fazer uma pesquisa junto à SDR de Joinville, que é a única porta de entrada de todos os prefeitos quando fazem uma solicitação para o governo do estado, porque é preciso passar pelo crivo do Conselho de Desenvolvimento Regional, e colhi um dado, deputada Luciane Carminatti, muito preocupante.

Hoje em dia acabou aquele discurso do deputado, seja em Brasília, em Florianópolis ou em qualquer lugar, no sentido de conseguir dinheiro sem ter o projeto - o projeto hoje é tudo! Os prefeitos que estão tendo investimentos do governo federal ou estadual apresentaram bons projetos. Lembro, inclusive, que em São Francisco do Sul o prefeito apresentou um projeto de R\$ 40 milhões e os vereadores não aprovaram, mas isso ocorreu não por conta da falta de projeto do PAC Saneamento, foi por conta de uma briga interna. Não deu certo, e São Francisco do Sul perdeu.

Quem tem bons projetos, deputado Ismael dos Santos, consegue recursos. Precisa haver um bom projeto. Não adianta a falácia. Não adianta ir a Brasília. Não adianta o prefeito vir a Florianópolis, com um envelopeinho embaixo do braço dizendo que quer dinheiro para isso ou para aquilo, se não tiver um projeto técnico que dê, na verdade, uma boa justificativa ao dinheiro que vai ser empregado.

Eu fiz uma análise, através de um documento da secretaria do Desenvolvimento Regional, dos projetos apresentados pela prefeitura de Joinville de 2009 a 2010, portanto, do atual governo que lá está. E pasme, deputado Neodi Saretta, v.exa. que já foi um excelente prefeito de Concórdia! Dos projetos de saúde, educação, cultura e infraestrutura, deputado Ismael dos Santos, que a prefeitura de Joinville apresentou ao governo do estado, de 2009 e 2010, 80% deles estão parados por falta de documentos. Os outros 20% foram pagos porque a prefeitura apresentou todos os documentos.

Não dá para ser feliz dessa forma. Um governo que não consegue sequer apresentar os documentos para que possa receber os investimentos na cidade?! Fazer o quê, deputado? O prefeito pode reclamar que o governo do estado não está investindo dinheiro em Joinville? O prefeito pode reclamar que o estado está abandonando o município, quando 80% dos projetos estão parados por falta de documentos que a prefeitura não encaminha para a secretaria do Desenvolvimento Regional para dar prosseguimento?

Esse é o governo que temos em Joinville, um governo incompetente que sequer sabe fazer um projeto, um governo que convoca a imprensa para anunciar um pacote de 60 maldades, entre elas: o aumento do IPTU para imóveis acima de R\$ 100 mil, por conta da criação de um fundo para a Defesa Civil; a antecipação do fluxo orçamentário do IPTU de 2012 para 2011, o que é inconstitucional; zero por cento de aumento no salário do servidor público municipal; e mais, a diminuição das secretarias para enxugar a máquina pública, quando sequer o texto de lei está pronto!

Um dos itens, dos 60 que o prefeito Carlito Merz apresentou para a grande gerência administrativa em Joinville, é economizar papel higiênico. Aí não dá! Sinceramente, isso é brincar com a cara dos joinvilenses. Não há compromisso com a gestão, pois ainda pensa que está em campanha, esquece que já faz quase três anos que está no comando da cidade e faz brincadeira com a cara das pessoas, através dessa falácia que é o pacote de maldades.

Um governo que não consegue fazer um projeto digno de ser aprovado tecnicamente para que haja investimento na cidade, porque 80% deles estão parados, agora vem afirmar que não dará aumento ao funcionalismo público, mas aumentará o IPTU, e antecipará o fluxo orçamentário da receita de 2012!? O deputado José Milton Scheffer sabe que isso é inconstitucional. Como é que ele vai antecipar a cobrança do IPTU do exercício de 2012? Mas é isso que ele quer fazer lá!

Não posso romper de novo com o prefeito Carlito Merz, pois já rompi no dia 13 de maio de 2009, quando ele quebrou uma promessa e aumentou a passagem de ônibus não concedendo subsídio. Mas como o meu partido continua lá, como não posso romper de novo com o prefeito por ter vergonha na cara, por acreditar que a palavra de um político é o seu maior patrimônio, anuncio que estou

rompendo com o PP local. Não posso conviver com um partido que está sendo conivente com isso, que é sócio desse desgoverno de desmando em Joinville.

Portanto, respeito todos os amigos progressistas que estão aqui, que nos acompanham, mas tenho palavra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero no início da minha fala chamar a atenção do secretário de estado da Educação e também do governador Raimundo Colombo para um compromisso.

O sindicato dos professores tem prazo até o dia 11 de maio, que vence na semana que vem, para uma conversa, um diálogo no sentido de obter uma proposta concreta para o setor da Educação, quanto à questão do piso nacional e outros temas relacionados, mas principalmente com relação a esse pagamento. Até agora não há resposta, deputado Neodi Saretta, e o dia 11 é na semana que vem.

O governo, nesta semana, precisa apresentar concretamente uma proposta, caso contrário, corremos novamente o risco - e não sei se não é isso que o governador quer - de que os funcionários da Educação entrem em greve.

Então, estamos fazendo um apelo ao secretário da Educação, Marco Tebaldi, ao governador Raimundo Colombo, para que apresentem até o final de semana uma proposta concreta, no mais tardar até dia 11, porque neste dia haverá a assembleia dos servidores da Educação, e se não houver respeito aos trabalhadores catarinenses quanto à questão salarial, eles vão entrar em greve novamente.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Dirceu Dresch, rapidamente quero apenas me solidarizar com as suas colocações e também anunciar com muita satisfação a presença do prefeito Denílson Luiz Padilha, de Otacílio Costa, acompanhado do vereador Edson Pasold, líder do governo, e também das rainhas e dos assessores.

Haverá um evento grande nos dias 6, 7 e 8 de maio no Parque de Exposição Cambará, em Otacílio Costa que comemora 29 anos. Desculpe por ter interrompendo v.exa., mas achei importante fazer esse registro.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero cumprimentar também o prefeito, as rainhas, as princesas e toda a equipe de Otacílio Costa.

Tenham uma grande festa nesse município, porque o povo merece.

Quero também dizer da alegria de ter participado de vários atos nesse final de semana, no dia 1º de maio. Quero cumprimentar as centrais sindicais, principalmente aquela à qual sou filiado, e a CUT, pelos eventos do Dia do Trabalho. Amanhã estarei apresentando algumas moções

cumprimentando as entidades pelas atividades realizadas em todas as regiões do estado.

Quero cumprimentar os trabalhadores catarinenses e brasileiros, porque de fato é um momento para comemorar. Os trabalhadores brasileiros têm muito a comemorar pelos oito anos de governo do trabalhador, metalúrgico, presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que valorizou os salários, o poder aquisitivo, e é isso que está movendo este país para o fortalecimento, para uma nova perspectiva de desenvolvimento com distribuição de renda.

Os trabalhadores, neste 1º de maio, têm muito a comemorar, e a presidente Dilma Rousseff tem assumido muitos compromissos e vai continuar nessa perspectiva de fortalecer a luta dos trabalhadores brasileiros e o respeito às pessoas que produzem a riqueza deste país, que trabalham nas indústrias, no comércio, nos serviços, enfim, nas mais diversas áreas.

Então, o dia 1º de maio de 2011 é, com certeza, um dia especial tanto de conquistas como de novos desafios para os trabalhadores brasileiros.

Parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras neste 1º de maio!

Quero falar também do encontro que foi realizado em Concórdia, na última sexta-feira. Na ocasião foi realizado um grande evento da agricultura familiar da região sul, em que estavam presentes muitos deputados, como o deputado Neodi Saretta e a deputada Luciane Carminatti, evento esse em comemoração à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul e à Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar pelos seus dez anos de fundação.

Tive o privilégio e o prazer de ter sido o primeiro coordenador dessa entidade, a Fetraf/Sul, que constrói história, conquistas e transforma sonhos, transforma projetos em leis e em política pública no país e no estado. Foi um encontro extraordinário, com a presença fantástica de quase dez mil agricultores familiares.

Naquela ocasião também foi realizado o encontro da juventude da agricultura familiar, que contou com a presença da ministra Ideli Salvatti, representando a presidente Dilma Rousseff, com a presença do presidente nacional da Câmara dos Deputados, deputado federal Marco Maia, que teve como eixo central do seu discurso o compromisso do governo de construir um Código Florestal sério, que respeite as diferenças, que respeite os desafios das pequenas propriedades da agricultura familiar, como também valorize e construa uma perspectiva de preservação ambiental neste país.

O deputado tranquilizou os agricultores e disse que o compromisso do Congresso Nacional é aprovar uma lei justa e séria na perspectiva do país e da agricultura, principalmente a agricultura familiar, para continuar produzindo alimentos, tendo cuidado com a questão ambiental. É muito importante a questão ambiental para as futuras gerações.

Então, foi muito positivo esse debate. E hoje, inclusive, quero comentar os pontos que estão em discussão, com vistas ao grande acordo que está sendo construído com o governo federal, através de cinco ministérios coordenados pela presidente Dilma Rousseff, com o Congresso Nacional, para aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, que deve ir à votação hoje ou amanhã.

A pequena propriedade, hoje, pode ficar, com certeza, tranquila quanto à averbação ambiental gratuita, quanto à metragem (serão

respeitadas as diferenças existentes no país), quanto à agricultura familiar e também quanto ao pagamento dos serviços ambientais. Deveremos, portanto, ter uma legislação que respeite de fato as diferenças regionais e valorize a agricultura familiar.

Por último, gostaria de falar a respeito do que a imprensa catarinense e nacional tem veiculado notícias sobre a criação de um novo partido, o PSD.

Em primeiro lugar, lamento tudo isso que está acontecendo na política brasileira. Em segundo lugar, quero dizer que enquanto as lideranças políticas não se preocuparem com uma reforma política profunda, a situação ficará muito difícil, ou seja, lideranças sairão de um partido para ingressar em outro.

Na minha avaliação, isso demonstra que não há um projeto político para o país, um projeto ideológico, um projeto estratégico, mostrando que tipo de estado se quer, se o estado mínimo ou o estado forte.

Há brigas internas dentro dos partidos. Se uma figura não está sendo respeitada pelas lideranças do partido, ela sai e cria outra agremiação. Mas não pode ser assim. A minha visão é totalmente diferente. Precisamos ter partidos com projetos políticos de nação e não projetos de pessoas.

Mais uma vez uma figura chamada Gilberto Kassab sai de um partido por interesse próprio e cria um novo partido, levando muita gente pelo Brasil afora. E o que me preocupa é a fala do nosso governador, que disse que terminou a era de projetos ideológicos. Um governador de estado não pode dizer que não há mais ideologia, que não há mais direita ou esquerda, nem situação e oposição! Que posição é essa? Que liderança é essa?

É preciso, sim, pensar um projeto político para este estado, para este país. É preciso, sim, pensar um projeto ideológico, em que tipo de saúde quer-se para Santa Catarina. Privatiza-se tudo ou o estado deve intervir?

Então, devemos fazer um debate ideológico de fundo, que deve ser construído a partir dos partidos políticos. Se não houver projetos ideológicos, o que existirá? Projetos filosóficos? Projetos individuais?

Acredito na democracia, no futuro do nosso país, mas para isso precisamos ter partidos fortes, com projetos, não partidos que vão para qualquer lado, porque senão fica a mesma coisa, como muitos partidos por aí.

Portanto, essa é a minha preocupação...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Gostaria de cumprimentar o prefeito de Otacílio Costa, Denilson Luiz Padilha, a rainha e as princesas da 3ª Festa da Madeira e do 4º Rodeio Crioulo da Integração e dizer que, após o pronunciamento da deputada Angela Albino, o prefeito fará um convite a todos os srs. deputados para participarem das festas do referido município.

Conheço o seu grande trabalho, prefeito, e o desenvolvimento do seu município. Então, parabéns ao senhor, à sua administração, à rainha e às princesas.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Eu assomo à tribuna para tratar de mais de um assunto e o primeiro deles diz respeito à decisão da Justiça, ainda da tarde de ontem, de cancelar a multa que o Procon de Florianópolis havia aplicado à TIM. Decisão judicial não se discute, cumpre-se. Mas como isso não me cabe, permitam-me apenas divagar filosoficamente sobre o assunto.

O Procon municipal, nas mãos do grande servidor público Tiago Silva, recebeu 233 reclamações sobre a TIM; a empresa, instada pelo órgão, simplesmente não respondeu. Oito multas foram aplicadas e não pagas e, em função disso, no dia 18 de abril, durante 48 horas, a TIM foi proibida de vender chips e planos de internet.

O que a empresa fez? Simulou que teria cumprido os termos da punição, mas na verdade, de forma sub-reptícia, continuou fazendo vendas. E o Procon de Florianópolis, numa das atuações mais corajosas, agiu prontamente, aplicou a multa correspondente e, inclusive, foi, pela primeira vez na sua história, notícia neste país. O Procon sempre foi um asilo de quem não precisava estar mais em lugar nenhum. Contudo, o Procon agora tem voz, a voz de quem foi prejudicado no seu direito de consumidor.

O Procon multou a TIM em R\$ 1 milhão, e o juiz da comarca da Fazenda da capital entendeu que não cabia a medida, que era para ser meramente educativa e teriam sido extrapolados os limites do órgão. Embora sendo bacharel em Direito, não sou especialista em direito do consumidor, obviamente prevalece aqui o entendimento do juiz, até que nova decisão seja pronunciada. Mas quero dizer que nós, consumidores, temos, sim, no Procon de Florianópolis uma novidade nesse campo, uma novidade neste país: o Procon defendendo os direitos do consumidor.

Vimos o nascimento, no Brasil, das agências reguladoras que pretendiam desempenhar o papel de intermediar os conflitos entre quem consome e quem produz determinado serviço que tenha caráter coletivo, mas na verdade o que vimos foram todas as agências reguladoras cumprindo o papel de defender apenas o mercado, como, por exemplo, a Anatel, a Anac, que durante o caos aéreo que se instalou no país defendeu as empresas aéreas e não os consumidores.

O Procon de Florianópolis, nas mãos de Tiago Silva, mostrou que de fato temos direitos como consumidores. A TIM da capital foi multada, bagunçando o país inteiro, mas foi aqui que um corajoso homem de periferia, pobre, negro, vítima de preconceito, foi lá e disse: "Aqui em Florianópolis não vai ser desse jeito". Mas o brado do Procon, infelizmente, não ecoou no Judiciário de Santa Catarina, numa primeira decisão, mas queremos reafirmar que entendemos que é um caminho importante para fazer uma reflexão quanto à prestação desses serviços que foram privatizados, que foram estendidos ao coletivo, à grande parte da população brasileira, mas que padecem de miserabilidade.

Eu sou moradora do sul da Ilha e hoje, pela manhã, aquela região ficou sem telefone e ninguém sabe dizer exatamente o que aconteceu. Portanto, quero reafirmar o meu mais profundo afeto e admiração a Tiago Silva, que teve a coragem de fazer do Procon um instrumento de verdade, de defesa do consumidor de Florianópolis. Oxalá a sua

experiência transcenda aos limites da capital dos catarinenses e também que a nossa Justiça, que muitas vezes é cega, não seja surda e ouça qualquer um, em qualquer lugar da nossa cidade, em qualquer lugar do nosso país, porque ele representa a constante violação dos direitos dos consumidores.

Eu quero também elogiar, curiosamente, a postura do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, que tem intermediado o conflito entre os servidores da Fatma e o governo, levando ao governador do estado a nossa preocupação em virtude do papel estratégico que esse órgão desempenha no desenvolvimento de Santa Catarina.

Aqueles servidores, aqueles profissionais precisam ser remunerados de acordo com o seu papel estratégico, mas vêm perdendo gradualmente a sua gratificação, sendo que o seu salário base é pouco mais de R\$ 1.000,00. Não é por acaso que centenas de servidores prestaram concurso público, foram aprovados, mas não quiseram assumir.

O deputado Elizeu Mattos, líder do governo, reafirmou o compromisso que havia sido assumido nesta Casa de que os servidores da Fatma seriam ouvidos na elaboração de um novo projeto de lei que virá para a Assembleia Legislativa, para debatermos e aprovarmos uma gratificação a esses funcionários.

Por último, quero dizer que lamento não poder dialogar diretamente com o proponente, que não está presente no plenário neste momento, mas quero fazer um contraponto a um projeto de lei que foi apresentado pelo deputado Dado Cherem pedindo a inclusão dos médicos como carreira de estado.

Sabemos que os médicos desempenham um papel importante, principalmente neste momento em que o Brasil inteiro vem ampliando a sua discussão sobre a saúde como um direito essencial, que não podemos ter acesso a outros direitos se não tivermos saúde. Mas há muito tempo avançou-se no sentido de compreender que atenção à saúde não envolve apenas o médico, ela é feita por equipe, e essa visão que expressa o projeto de emenda constitucional apresentado pelo deputado Dado Cherem, de incluir apenas os médicos como cargo de carreira de estado, vem na contramão, inclusive, do caráter do SUS, que é multidisciplinar e que compreende a saúde como uma coisa muito mais ampla do que apenas a atuação do médico.

Reafirmo a compreensão do grande papel dos médicos. O meu filho, aliás, para alegria de toda a família, é aluno, hoje, da Universidade Federal de Santa Catarina no curso de Medicina. Então, o trabalho em Saúde é um trabalho multiprofissional e não pode ser concentrado num único profissional. Dessa forma, mudar o modelo de atenção significa mudar da doença para a saúde, do hospital para a comunidade e do médico para a equipe.

Quem de nós vai dizer, deputada Ana Paula Lima, que as enfermeiras e os enfermeiros não são necessários à saúde? Quem dirá que eles são diferentes dos médicos na concepção de uma carreira típica de estado ou que os nossos farmacêuticos ou outros integrantes da carreira da enfermagem, como os técnicos, por exemplo, não são também tão fundamentais quanto os médicos?

Quem vive o dia-a-dia dos hospitais sabe que aquele servidor que dá banho no paciente no seu próprio leito, aquele servidor do posto de saúde, o profissional de Psicologia,

por exemplo, em função da multidisciplinaridade que há hoje em dia, é muito importante.

Portanto, pedimos ao deputado Dado Cherem, que é odontólogo e também integrante das equipes da Saúde, mas que não é médico, tenha a sensibilidade de aproveitar esse grande projeto que fez de tornar a Saúde uma carreira de estado e não utilizar o termo médico e sim os profissionais de Saúde, para que possamos de fato reconhecer uma situação que no cotidiano já se realiza.

A saúde é promovida por vários profissionais e não apenas pelo médico. Centralizar na figura do médico a atuação da Saúde é remontar a um período anterior ao SUS, e o que queremos é exatamente a reafirmação dos princípios do SUS.

Dessa forma, gerenciaremos junto ao referido deputado para que esteja conosco. Tenho certeza de que ele será sensível a esse pedido, que em nada afeta a sua proposição, dizendo aos profissionais da Saúde que eles serão englobados e que se terá uma visão mais ampla com relação ao atendimento à saúde.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo deputado inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar este momento para registrar que juntamente com o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, recebemos das entidades empresariais do município de Maravilha um documento, o Manifesto pela Paz e Segurança.

Sabemos que a segurança pública é um pleito de todos os municípios de Santa Catarina e do Brasil, os quais se estão mobilizando juntamente com a deputada Luciane Carminatti. Já programamos e aprovamos, na comissão de Segurança Pública, a realização de uma audiência pública em Chapecó. A referida deputada pediu, inclusive, que essa audiência seja realizada no bairro Efapi, onde, no ano passado, foi implantado mais um distrito policial. Claro que sabemos também da preocupação do governador Raimundo Colombo, do secretário César Grubba e das autoridades policiais em melhorar a segurança.

Queremos registrar a presença, nesta Casa, do vereador Janir Signor, presidente da Câmara Municipal de Maravilha, que veio fazer, juntamente com Sandro Donati, secretário de Desenvolvimento Regional, e com o prefeito Orli Berger, a entrega desse manifesto, dessa documentação. As entidades empresariais e as demais entidades do município que assinaram esse documento, como o Rotary, o Lions, as associações de bairros, os Consegs, estão pedindo o que todos pedem, que é mais segurança, o aumento do efetivo, de viaturas, enfim, o aumento do trabalho policial.

Sr. presidente, anteriormente tomei a liberdade de dar um aparte ao nobre deputado Amauri Soares, mas não foi possível concluir o meu pronunciamento porque já estava no final do seu horário. Mas falava o deputado Sargento Amauri Soares a respeito da morte de um policial militar lá em Chapecó. E nós vemos aí, deputada Luciane Carminatti, como a criminalidade, hoje, não respeita ninguém. Dois

menores, juntamente com outros já adultos, e sendo que todos estavam encapuzados, praticaram um assalto. Mas um policial militar, ao ser reconhecido, foi sumariamente executado por um dos marginais. Estavam em três os policiais militares, houve troca de tiros, dois marginais vieram a falecer e os outros quatro já foram identificados. Até domingo três já estavam presos.

Eu tenho dito que temos que dar guarida, dar prestígio, dar respeito às instituições e a esses bravos policiais. O policial ainda é a maior barreira contra o crime, porque o marginal, hoje, não está respeitando a lei, a autoridade, a decisão judicial, o Ministério Público, enfim, não respeita ninguém. Ele ainda está respeitando o policial, que vai lá cumprir a lei. Porque não adianta nada uma sentença de 20 anos de prisão, ou de um mês ou de cinco anos, se não há quem vá lá cumprir a lei. Se nós desacreditarmos na segurança pública, que é a barreira que controla, ainda, o crescimento da criminalidade, aí, sim, teremos o caos total, o caos social.

O bandido tem medo do seu companheiro de tráfico, do líder da quadrilha, do preso que está no presídio, recolhido. O bandido tem mais medo desse preso do que de uma decisão judicial, de uma decisão de Ministério Público, de uma decisão do delegado de Polícia e das autoridades, porque se o marginal que está no presídio determina que um preso saia de lá e mate alguém ou atire contra uma delegacia, contra um fórum, contra uma autoridade, ele acaba praticando esse crime porque, no máximo, a lei vai condená-lo à prisão. E o bandido diz: "Ou você faz isso ou, quando voltar para o presídio, será morto lá dentro".

Tivemos, durante este ano, nove crimes dentro do presídio de São Pedro de Alcântara, com execução, porque a lei da marginalidade é a lei da morte. No Brasil já existe a pena de morte. Para o cidadão de bem, que quer trabalhar, que respeita a lei, a lei não está valendo nada. Portanto, temos uma lei que para o cidadão de bem é desnecessária e para o bandido não resolve nada, porque ela não é cumprida.

Portanto, a sociedade tem que, através das autoridades, dos seus representantes, acordar para essa grave situação: os marginais estão condenando a sociedade a ser vítima dessa marginalidade e dessa onda de criminalidade.

Então, é mais um manifesto do desarmamento. Nós sempre soubemos que a situação da segurança pública, principalmente pela impunidade, está cada vez mais preocupante.

Assim, gostaria de fazer esse registro e de solidarizar-me com os policiais, tendo em vista aquele fato ocorrido em Chapecó, em que um policial foi sumariamente executado por um marginal, e depois houve troca de tiros. E todos eram ladrões, como nós chamamos na gíria policial, pés-de-chinelo. Não eram quadrilheiros, não eram do PCC. E o que está acontecendo? Como o pé-de-chinelo está vindo que a lei não é cumprida, ele acha que pode fazer o que quer. Hoje ele mata, rouba, vai para a cadeia, sai em 15 dias e continua praticando crimes.

Então, não foi nenhuma quadrilha organizada, mas, sim, ladrões que estão agindo no dia a dia e que já têm várias passagens policiais. Infelizmente, eles não estão respeitando a sociedade, o pessoal que trabalha e que quer o bem do Brasil. Então, medidas enérgicas têm que ser adotadas.

Na última sessão, eu havia falado de um documento que recebi de um conselheiro tutelar do município de Brusque, Paulo Vendelino Kons, em que ele faz um manifesto: responsabilização, sim, rebaixamento da maioria penal, não! Ele é a favor de responsabilizar, como sou também sou, o menor que pratica crime.

O nosso Código é de 1940, e nessa época o jovem de 18 anos tinha medo de pegar na mão da namorada na frente dos pais. Então, o conhecimento da lei do que era certo ou errado chegava mais tarde. Hoje, o nosso jovem com 12 ou 14 anos, com a internet, a imprensa, tem mais conhecimento do que um jovem de 18 anos em 1940. Então, o nosso Código está antiquado e tem que ser reformulado.

Concordo que o Estatuto da Criança e do Adolescente é importante. Quando se fala em adolescente, na nossa cabeça é um jovem de bem, que trabalha como *office boy*, que ajuda a família, mas esses que estão praticando crimes, se formos enfrentá-los devidamente armados, já será complicado, porque são marginais. Mas eu também concordo que, se aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente, se houver para onde recolher, se cumprir a lei, não precisará reduzir a maioria penal. Desde que se cumpra a lei, o nosso Estatuto é muito bom.

Inclusive, outro assunto que quero falar, hoje, e também na questão da segurança pública, é com relação a um documento - e recebemos um convite, através da comissão de Constituição e Justiça - do Pronasci sobre o desarmamento. E irei comentar sobre isso na nossa próxima reunião.

Hoje, parece que o governo está acertando e vai fazer campanha de desarmamento. E não irá mais querer fazer plebiscito, porque a população já decidiu que não o quer.

Finalizando, quero registrar a presença do amigo José Carlos Menegasso, de Guarujá do Sul, que hoje nos prestigia participando da nossa sessão.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

A próxima oradora inscrita, em Explicação Pessoal, é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente e todo o público que acompanha esta sessão através da Rádio Aleisc Digital e da TVAL.

Gostaria de fazer uma manifestação com relação ao tema segurança pública. Conforme o deputado Maurício Eskudlark afirmou anteriormente, nós temos uma preocupação muito grande com relação ao sentido e à concepção do que se entende por segurança pública. Nesse sentido, é importante registrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem cerca de seis medidas que responsabilizam o adolescente infrator. No entanto, infelizmente, nas palavras do próprio procurador Gercino Gomes Neto aqui nesta tribuna, Santa Catarina, se não é o pior estado, é um dos piores na aplicação dessas medidas aos adolescentes que cometem atos infracionais.

Então, vale este registro apenas para dizer que precisamos fazer com que as leis sejam cumpridas. E o Estatuto ainda é uma bonita lei, mas são letras mortas. Na verdade, nós precisamos avançar nesse sentido.

Quero registrar, também, o grande sucesso da audiência promovida pela comissão

de Saúde, da Assembleia Legislativa - e a nosso pedido e também a pedido do deputado Dado Cherem -, que aconteceu no dia de ontem, com a participação aproximada de 400 pessoas oriundas de 46 municípios do grande oeste catarinense, sendo que foram entregues 26 documentos.

Então, foi uma audiência que apontou os problemas, hoje, da Saúde no estado de Santa Catarina. E quero elencar três problemas identificados para sintetizar esse conjunto de demandas que surgiram nessa audiência muito produtiva, muito proveitosa, que iniciou às 10h e terminou às 13h30. Digo isso para que todos tenham uma ideia da riqueza que foram os debates.

Eu sistematizaria em três pontos: problemas dos hospitais municipais e a relação com os hospitais regionais e também a relação com a iniciativa privada. Ou seja, qual é o papel dos hospitais municipais que estão próximos do cidadão? Qual a relação do ministério da Saúde e do governo do estado no sentido de garantir, nesses hospitais municipais, novos procedimentos, cirurgias eletivas, serviços que possibilitem que a população não necessite deslocar-se para os grandes centros.

Nós também temos necessidades no oeste: a ampliação do Hospital Regional do Oeste, em Chapecó, e o pleno funcionamento do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste e do Hospital de Maravilha.

Então, o primeiro ponto são os hospitais como um todo. Segundo ponto: a Constituição prevê a descentralização dos serviços de saúde e o tratamento justo e igualitário aos usuários. No entanto, temos, em Santa Catarina, mais de 50% dos profissionais contratados pelo estado concentrados na região metropolitana de Florianópolis e 15% na região de Joinville. Ou seja, sobram para o restante das demais regiões menos de 30% dos profissionais.

Além disso, nós temos a "ambulacioterapia" percorrendo todo o estado para chegar aqui, e não só causando problema aos pacientes, que têm que se deslocar do grande oeste até a região de Florianópolis, mas também para quem aqui reside, porque são pessoas que vêm de lá utilizar os serviços daqui, deixando a população com menos acesso aos equipamentos e serviços.

Então, temos que inverter essa lógica, garantindo uma distribuição dos recursos, procedimentos e equipamentos nas diferentes regiões.

Eu diria que uma terceira questão fundamental que precisamos trabalhar é a valorização dos profissionais da Saúde, da equipe como um todo, com remuneração, com 30 horas, uma bandeira dos profissionais da Enfermagem, e também com capacitação permanente.

Então, a audiência apontou um leque de demandas, e a partir desse diagnóstico a comissão, juntamente conosco, fará o debate nas diferentes regiões.

Por último, quero dizer que, com relação a esse novo partido, deputado Neodi Saretta, que está sendo criado, o PSD, nós, do PT, não podemos esquecer a famosa frase preconceituosa, e eu diria discriminatória de classe, que foi proferida nos últimos anos: "Vamos acabar com essa raça". Pois bem, essa raça, que se chama Partido dos Trabalhadores, elegeu a presidente Dilma Rousseff e possui um projeto para o país que distribui renda, que garante um estado mais público e que faz com que o Brasil possa despontar no cenário nacional e hoje ser essa

grande potência que cresce, desenvolve-se com um estado forte, público, com políticas públicas e que distribui renda.

Essa raça continua, e o DEM não continua. E por que ele não continua? Talvez porque faltou ao DEM dizer qual é o seu projeto para o povo brasileiro. E talvez porque faltou ao DEM coragem para dizer qual é esse projeto. Ou será que não tem projeto? Essa é a grande pergunta: existe projeto? Não tem? Ou se tem, não tem coragem de explicitar. Talvez esse projeto seja o de concentrar renda, de privatização, de acumular cada vez mais para poucos. Qual é esse projeto?

Então, o grande debate que precisamos fazer no país é este: O DEM tinha projeto ou não tinha? E se tinha, qual era esse projeto?

Portanto, cabe aqui uma grande reflexão. Eu tenho orgulho de dizer que o PT tem projeto, reelegeu a Presidência da República com um projeto de nação e um projeto que não causa ódio entre as pessoas. Nós não queremos acabar com a raça de ninguém! Queremos que as pessoas se assumam e digam para que estão na política e quais são os projetos que têm. E aí, sim, de forma muita tranquila, que cada um, com sua capacidade e massa crítica, assumam o partido, os políticos e possa seguir aquele com o qual se identifica. Este é o grande desafio: permitir o debate e as diferenças. Ao contrário de extirpar, nós queremos que elas estejam à tona para que apareçam e que a população possa, de forma consciente, fazer as suas opções.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

Eu vou suspender a sessão por dez minutos para que o ex-prefeito Altamir José Paes possa apresentar as rainhas e as princesas e também fazer o convite para a festa do município de Otacílio Costa.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Muito obrigado, prefeito Denilson Luiz Padilha. Desejo que a festa em seu município seja um sucesso! Tenho muito orgulho de ter o título de filho de Otacílio Costa.

Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 36ª Sessão Ordinária de 04/05/2011:

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0092/2011;

Discussão e votação em turno único da Admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0005/2011;

Discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s.: 0005/2011; 0012/2011; 0013/2011; 0016/2011; 0018/2011; 0019/2011; 0021/2011; 0024/2011; 0026/2011; 0054/2011; 0059/2011; 1844/2010 e 1886/2010."

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherm - Darci de Matos - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO VALMIR COMIN - Faz um apelo para que haja um esforço concentrado em prol do Hospital Santa Catarina, de Criciúma.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Sugere ao prefeito de Criciúma que o Hospital Santa Catarina atenda as pessoas que possuem convênio.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Destaca a presença de estudantes do curso de Jornalismo da UFSC.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Comenta o caso do Hospital Materno Infantil de Chapecó, que está pronto e equipado desde 2005 sem funcionar.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Ressalta a colocação da reforma tributária em pauta pela presidente Dilma Rousseff.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Critica a política de concessão de incentivos fiscais pelo governo do estado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Elogia a evolução do projeto que altera o Código Florestal Brasileiro.

Partidos Políticos

DEPUTADO NEODI SARETTA - Homenageia as mães, defende o parto natural humanizado e o cumprimento da legislação que assegura à parturiente acompanhamento de familiar durante internação hospitalar.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Refere-se ao projeto de sua autoria que deu à parturiente direito a acompanhante.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Lamenta que o Hospital Materno Infantil de Chapecó esteja fechado.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Repercute o julgamento do STF sobre a legalidade das uniões homoafetivas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Enumera as obras necessárias ao pleno desenvolvimento de Joinville e região.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Tece considerações sobre a audiência pública realizada em Palmitos, para debater a possível retirada do curso de Enfermagem da Udesc do município.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Fala sobre o processo de entendimento para garantir o funcionamento dos centros de formação de condutores de veículos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia o trabalho realizado pelo deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Parabeniza a ação do deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Reafirma a necessidade de licitação para funcionamento das autoescolas.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Defende que cada município tenha um CFC, conforme as regras de livre mercado, respeitada a qualidade do serviço; aborda sua participação no seminário sobre piscicultura, em Camboriú.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Afirma que as regras do livre mercado devem nortear a atuação das autoescolas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Informa que o Denatran dispõe que a livre iniciativa deve ser observada e que SC tem legislação própria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Pondera que os CFCs precisam ter segurança jurídica para garantir qualidade de formação.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - afirmando que a lei estadual aprovada na Alesc nunca foi cumprida.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Condena o gesto do comando-geral da PM de preterir o coronel Edivar Bedin.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Explana sua participação num congresso sobre *bullying* em São Paulo.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Anuncia a presença do coordenador, da rainha e das princesas da Festa do Leite, em Presidente Getúlio.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Critica a postura do deputado Ronaldo Benedet em relação ao *bullying*.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0380/2009, de sua autoria.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação ao veto ao PL 0382/2009, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação ao veto ao PL 0382/2009.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Encaminha a votação ao veto ao PL 0135/2010, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação ao veto ao PL 0135/2010.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0233/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO JAISON LIMA (pela ordem) - Declara o voto ao veto oposto ao PL 0233/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0209/2010, de sua autoria.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0209/2010.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0519/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0112/2010, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0084/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do veto ao PL 0110/2010, de autoria do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Opina pela retirada da pauta da MV 0026/2011 ao PL 0343/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Considera que o PL 0343/2010 precisa de correções.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Sugere a adequação do PL 0343/2010 na diretoria de Saúde do Servidor da secretaria da Administração.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Concorda com a retirada do PL 0343/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Pede que a Alesc se posicione com relação ao PL 0343/2010.

DEPUTADA ANGELA ALBINO (pela ordem) - Defende a derrubada do veto ao PL 0343/2010.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Defende o Enunciado 0001/2011, da CCJ.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0245/2011, de sua autoria.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Defende projetos de sua autoria; tece comentários sobre o Pronatec, do governo federal.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre suas visitas ao planalto norte, onde foi homenageado.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Anuncia a apresentação do PL 0135/2011; registra a inauguração da ponte da Dignidade, em São Miguel d'Oeste.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Parabeniza a Polícia Militar pelos seus 176 anos; cumprimenta os policiais promovidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, meu conterrâneo sideropolitano, deputado Jailson Lima, sras. deputadas, srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira para falar sobre a Saúde.

A coluna política de hoje de Adelor Lessa, de Criciúma - inclusive hoje fiz menção a essa coluna na comissão de Saúde -, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"No dia 24 de setembro de 2010, o paciente Edelci Resende Rodrigues, de Criciúma, foi encaminhado pelo médico Ronaldo Costa para fazer exame de videolaringoscopia. Resultado: foi constatada a presença de lesão de aspecto polipóide em prega vocal direta. O paciente teria que fazer um procedimento cirúrgico. Ele agiu rápido. Precisava resolver logo. O problema estava comprometendo a sua fala. Foi direto ao Hospital São José, em Criciúma, mas a máquina usada para esse tipo de procedimento estava quebrada. Foi dito que teria que esperar alguns dias. Como demorou demais e o problema foi se agravando, ele pediu uma segunda opção. Foi, então, encaminhado para Florianópolis. Marcou o dia, esperou na fila, mas quando chegou lá outra surpresa, pois o médico que o atendeu, que deveria fazer o procedimento, riu e perguntou: 'O que tu estás fazendo aqui? Eu trato problemas de ouvido, garganta não é comigo!' O paciente voltou e está até hoje esperando que a máquina seja consertada.

Ele é trabalhador da construção civil e como precisa sustentar a família, voltou à ativa. Mesmo com a voz muito rouca, baixa, e sem quase se fazer ouvir. Nesta semana, voltou ao consultório do médico e ao hospital, mas ainda não há previsão para o conserto da máquina nem para o procedimento.

São casos como esse, que o secretário de Saúde do estado, Dalmo de Oliveira, não conhece ou não considera, quando diz que em Criciúma não há crise na saúde pública."

Isso foi dito na passagem da comitiva do governo pela região carbonífera.

Realmente é uma situação de calamidade. Você imagina que o paciente espera seis meses e, de repente, apavorado com a situação e querendo resolver seu problema, busca uma alternativa e pede encarecidamente uma segunda opção. É encaminhado a Florianópolis, trafega pela BR-101, correndo risco sério de vida e quando chega aqui é ironizado?

Que sistema é esse, afinal de contas? Qual é o direito do cidadão comum de obter assistência médica pelo Sistema Único de Saúde, considerado o maior programa do mundo, mas que, infelizmente, por essa dissociação, por essa falta de interação do sistema, acaba sobrando sempre para o mais necessitado, para o mais carente, para o trabalhador simples, humilde, pai de família e pagador de impostos?!

(Continua lendo.)

"O Hospital São José vinha sinalizando desde a semana passada que iria jogar a toalha. Fez uma reunião derradeira na segunda-feira e, como nada mudou, protocolizou o pedido de cancelamento do contrato. Uma das avaliações é que o hospital e a congregação religiosa que o dirige, antes do prejuízo financeiro, estavam contabilizando abalo de imagem."[sic]

Realmente é uma situação que, juntamente com a comissão de Saúde,

presenciamos em Criciúma, em nossas reuniões itinerantes, deputados Jorge Teixeira e Volnei Morastoni, onde ficaram muito claras as manifestações e a preocupação daquela cidade em continuar dando suporte para que aconteça naturalmente a manutenção do hospital.

Para que v.exas. tenham uma ideia, aquele hospital é municipal, mas tem um caráter regional, assim como o anel de contorno viário de Criciúma, que está dentro do município, deputado Altair Guidi, v.exa. que foi prefeito, é arquiteto e conhece muito bem toda essa situação, tem um caráter, uma dimensão regional, em que pese 30% da demanda no pronto-socorro ser dirigida a municípios que ficam no entorno de Criciúma.

Pegando agora alguns dados repassados pelo secretário Sílvio Ávila, dos dez leitos de UTI existentes no Hospital Santa Catarina, oito estão atendendo a crianças que moram no entorno de Criciúma. Ou seja, 20% dos leitos da UTI atendem a crianças nascidas em Criciúma e 80% atendem a pessoas do entorno da cidade, oriundas de dez municípios.

A situação de Rio do Sul, deputado Jorge Teixeira, não é diferente. E faço um apelo, um chamamento à unidade política do sul, onde temos um vice-governador, que antes de ser um homem público é médico, conhecedor da área, para que juntos façamos um grande esforço, a fim de que o estado venha realmente a assumir essa bandeira, porque esse hospital tem um caráter, como disse, regional.

Ademais, é responsabilidade e dever do estado promover uma ação para que situações dessa natureza não fiquem à mercê da sorte. Cito um exemplo da necessidade e da importância do atendimento neonatal na nossa região, onde, na semana próxima passada, fui procurado, por telefone, por um pai de família, esposo de uma senhora que teve a sua bolsa amniótica rompida aos seis meses e meio de gestação e não havia disponibilidade de UTI na região, apenas em Concórdia. Além disso, o deslocamento, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que é daquele município, levaria muito tempo, teria que ser de avião, teria que vir de Porto Alegre ou de São Paulo uma UTI e não havia, realmente, disponibilidade. A alternativa foi transferir a gestante para Porto Alegre, mas mesmo assim foram 3h30, quase 4h, de viagem, correndo o risco de contrair uma infecção e, sobretudo, colocando em risco a vida do bebê e da mãe.

Por isso faço um apelo ao governo estadual, ao secretário de estado da Saúde, às lideranças do sul, no sentido de que nos unamos em prol dessa causa, que é comum, é uma bandeira suprapartidária: a preservação de vidas de catarinenses.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Gostaria, nobre deputado, de sugerir ao prefeito municipal de Criciúma que o Hospital Santa Catarina atenda também ao pessoal que possui convênio. Alerto que isso não está sendo feito nesse hospital e é uma forma de conseguir aumentar receita.

O SUS é uma vergonha nacional, apesar de sempre tê-lo louvado, porque o país teve coragem de querer dar saúde para todos, o que não acontece em um país desenvolvido como os Estados Unidos. O SUS precisa da aplicação de mais recursos do governo federal,

já que o município e o estado já dão uma participação bem significativa.

Acredito que o mal da saúde está no governo federal!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço pelo aparte de v.exa., nobre deputado, e incorporo suas considerações ao meu pronunciamento.

Penso realmente que é uma das alternativas para dar sustentabilidade a esse hospital tão importante. Mas há necessidade premente de que o estado realmente assuma a sua obrigação, para que o hospital continue funcionando.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, quero destacar a presença, nesta Casa, de vários estudantes da UFSC, do curso de Jornalismo. Tive o privilégio de conversar com um deles, o Marcelo, que veio buscar esclarecimentos sobre o subsídio vitalício dos ex-governadores.

Então, quero dar-lhes as boas-vindas, esperando que consigam colher informações nesta Casa que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, mais igualitária, na qual todas as pessoas consigam viver melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera. Damos também as boas-vindas aos alunos da nossa universidade.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Angela Albino, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ontem foi o Dia do Taquígrafo e quero cumprimentar nossas funcionárias pela data. Ontem a data passou batida nas nossas manifestações, mas hoje quero desejar, acima de tudo, muita saúde a todas vocês, porque hoje esse é o grande problema para quem trabalha numa área técnica.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar também os estudantes da UFSC aqui presentes.

Quero fazer o registro de que fizemos uma visita ao Hospital Municipal Materno Infantil de Chapecó. Foi uma visita muito importante da comissão de Saúde desta Casa e eu, que resido naquela cidade, nunca tive a oportunidade, nunca me foi permitido fazer uma visita às instalações do hospital que está pronto, equipado, desde 2005, só faltando a prefeitura decidir quando começará a funcionar. Portanto, há sete anos temos esse hospital pronto, mas ainda não está prestando atendimento à população.

Srs. deputados, foram investidos no hospital R\$ 14 milhões: 64% de recursos do ministério da Saúde, 32%, do município de Chapecó e 4%, do estado. Desde o final de janeiro deste ano está funcionando apenas o ambulatório de pediatria, através do SUS, uma parceria entre a UnoChapecó, a nossa

universidade e a prefeitura, e estão sendo atendidas 1.300 pessoas por mês.

As obras físicas do hospital ocupam uma área construída de 6.400m², ele tem 54 leitos, uma sala de parto, duas salas de cirurgia, aparelhos de raios X e de ultrassom. Inclusive, quero mostrar as fotos para que as pessoas vejam que enquanto a Saúde está sendo tão questionada, muito dinheiro foi investido num hospital, com equipamentos esperando para iniciar o atendimento à população. Ouvi de profissionais da área da saúde que não sabem se temos hospitais públicos e privados tão bem equipados como aquele. São quartos com, no máximo, dois leitos, a energia funcionando, tem água à disposição, assim como toda a parte destinada à preparação de alimentos, lavanderia e assim por diante.

Depois de muita pressão e questionamento, o hospital passou a funcionar, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que é enfermeira, apenas no ano passado. Desde 2005 está pronto e apenas em 2010 o ambulatório de pediatria e o laboratório começaram a funcionar.

Vemos muitas situações em que os hospitais estão sucateados, quebrados, em más condições, os usuários sendo atendidos nos corredores, enquanto temos um hospital como aquele sem utilidade. Até brinquei dizendo que estava com vontade de ter mais um filho, porque num hospital tão bonito toda mãe gostaria de ter mais filhos.

Deputada Ana Paula Lima, sempre acusam, deputado Neodi Saretta, que o PT é um partido que se reúne muito, mas não encaminha e não decide nada. Pergunto: sete anos para colocar um hospital em funcionamento é muito? O que é isso? O que está faltando?

Então, é lamentável que tenhamos essa situação, que foi identificada pela comissão de Saúde, na pessoa do nosso presidente, deputado e médico Volnei Morastoni, que visitou o hospital juntamente com várias outras lideranças desta Casa. Todos ficaram surpresos, perplexos.

Deputado Dado Cherem, v.exa. é da área da saúde, por isso lhe pergunto: como temos em Chapecó um hospital dessa magnitude fechado, não prestando atendimento às mães e às crianças?

A audiência pública feita em Chapecó pela comissão de Saúde, deputado Dado Cherem, já surtiu efeito, pois ela ocorreu no dia 29 de abril e já no dia 2 de maio um jornal da minha cidade noticiava que no dia 16 de maio (vejam bem, depois de sete anos) ele vai funcionar. Fomos lá fazer uma audiência no dia 29 de abril, repito, e no dia 2 de maio, depois de três dias somente, os resultados apareceram.

Será que as comissões da Assembleia Legislativa têm que ir o tempo todo para as escolas, para os hospitais, para os presídios, para as unidades de saúde, para as rodovias, a fim de que as coisas aconteçam?! O que é isso?

Sr. presidente, quero registrar minha indignação porque tenho certeza de que quando esse hospital entrar em funcionamento a população ficará muito satisfeita, porque ele é maravilhoso, como já disse. É uma obra bem feita, bem pensada, com corredores largos, restaurante, espaço para estacionamento. Não há problema de energia, não há problema de água, não há problema de equipamentos, não há problema de nada. Basta uma decisão da

prefeitura para colocá-lo em funcionamento. E decisão é a seguinte, srs. deputados e quem nos acompanha: colocar dinheiro, sim! Essa é a decisão. Ou priorizamos os Orçamentos municipais naquilo que mexe com que é mais sagrado no ser humano, que é a vida, ou não se abre um hospital como esse.

Faltou decisão política, porque durante sete anos o hospital ficou fechado, quando poderia atender a toda a região e não apenas a Chapecó, fazendo com que diminuísse a demanda sobre o Hospital Regional.

Esta é a minha avaliação; foi cometido um grande crime ao não deixar esse hospital ser aberto para atender mães e crianças que merecem cuidados especiais.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, meu primeiro registro é sobre a presença dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, que estão-se qualificando para atuar no jornalismo político. Na sociedade em que vivemos, onde precisamos de discernimento e ao mesmo tempo de entendimento, somente através de ações políticas é que fazemos as coisas acontecer. É por meio de decisões políticas que o ser humano se integra à sociedade e constrói cidadania, cria espaços e consolida os diferentes projetos que tem à sua frente.

Mas gostaria de aproveitar a tarde de hoje e trazer presente à sociedade catarinense que a presidenta Dilma Rousseff fez um rápido pronunciamento, publicado pela *Folha de S.Paulo*, acerca da guerra fiscal.

É claro que há muitos anos um debate vem sendo travado no Congresso Nacional, no sentido de construir uma nova ordem fiscal no país, chegando a uma distribuição mais justa dos recursos oriundos de impostos e de tributos que a sociedade paga seja à união, aos estados ou aos municípios.

A nossa presidenta agendou para o final do mês de maio um encontro com os governadores dos diferentes estados da federação, exatamente para aprofundar a discussão sobre a reforma tributária e, ao mesmo tempo, acalmar a guerra fiscal que se instalou no país, especificamente no caso dos portos e das importações, pois sabemos que vários estados dão incentivos à importação de determinados produtos, descontando o ICMS.

O estado de Santa Catarina, entre outros, também adotou essas medidas exatamente para incentivar as empresas importadoras. Ocorre que é preciso ter a compreensão de que ao mesmo tempo em que se incentivam as empresas que importam, os municípios acabam tendo grandes perdas em função dos impostos que acabam não sendo recolhidos aos cofres do estado. Logicamente levamos em consideração os benefícios que as empresas geram, pois criam empregos, dentro do chamado Pró-Emprego.

Mas, como dizia, a nossa presidenta Dilma Rousseff quer sentar com os governadores e propor-lhes uma forma compensatória para os estados, que receberiam, quem sabe, através do Programa de Aceleração do Crescimento do governo

federal, recursos para as suas demandas, para as suas necessidades.

Parece-me extremamente importante a iniciativa da nossa presidenta, no sentido de estabelecer uma política igualitária para todos os estados e coibir a sonegação e a guerra fiscal, conseguindo, com isso, repor as perdas dos municípios, que poderão aplicar mais recursos em prol da sua população.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado, quero cumprimentar v.exa. pelo debate que faz na tarde de hoje. A nossa bancada, há quatro anos, alertando sobre o avanço tanto do déficit na balança comercial - que no ano passado foi de R\$ R\$ 4,4 bilhões e se continuar nesse ritmo neste ano passa dos R\$ 6 bilhões -, como do problema dos impostos de que o estado abre mão. Só no ano passado eles representaram 33% da receita.

Mas por que o estado abre mão desses impostos? Por questões políticas. A estratégia central seria uma reforma tributária ampla no país. Mas isso não é possível porque não há acordo nos estados, que têm interesse em dar continuidade à guerra fiscal. E, como diz o ditado popular, quem pode mais chora menos, os estados mais ricos acabam influenciando os estados mais pobres e está criada a confusão.

Parece que o novo secretário de estado da Fazenda começou a se dar conta disso tudo e começa a rediscutir a questão. E esta Casa tem justamente a função de contribuir e de propor políticas nesse sentido, porque quem mais precisa do estado acaba sofrendo.

Por isso, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento. Teremos que enfrentar essa luta.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado.

Quero ainda colocar que a presidenta da República estará propondo aos governadores que, de forma gradativa, seja reduzido o incentivo, chegando em 2014 a 2%. Nesse sentido, só para se ter uma ideia, o estado deixou de arrecadar R\$ 1,260 milhões, ao passo que os municípios tiveram uma perda de R\$ 315 mil, portanto, recursos extremamente altos.

Assim, protocolamos um projeto nesta Casa tratando exatamente desse assunto, no sentido de que haja uma compensação para os municípios pelos recursos que perderam ao longo desses anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência quer registrar, com muito prazer, a presença nesta Casa do vereador Evandro Neis, do ex-prefeito de Ouro, José Camilo Pastore, e também do vice-prefeito Danilo Deitos. Sintam-se em casa.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos prestigiam com a presença nesta Casa hoje e que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alecs Digital.

Ontem comentei rapidamente a construção do novo Código Florestal Brasileiro, que está em processo de debate no Congresso

Nacional. Há um esforço concentrado das bancadas, das lideranças dos partidos, do governo, através da comissão que foi criada para acompanhar esse tema.

Parece-me que o debate está avançando muito bem, embora, de ontem para cá, várias coisas tenham mudado. O relator Aldo Rebelo, deputada Angela Albino, reapresentou emendas no seu relatório, discutidas com o governo e com os ministérios. Nós, por estarmos acompanhando esse debate há muito tempo, em função da discussão que fizemos nesta Casa sobre o Código Ambiental de Santa Catarina, temos clareza de que o grande problema está nas pequenas propriedades. Mas também não podemos admitir que a agricultura familiar e as pequenas propriedades sejam usadas para que os grandes latifundiários deste país consigam barganhar seus objetivos.

Por isso, precisamos tratar, através de políticas públicas e de legislação, de uma forma diferenciada os agricultores. No caso de Santa Catarina, 93% deles têm até 50ha de terra. Assim, não podemos tratar esse agricultor da mesma forma que são tratados aqueles que possuem propriedades muito maiores. Por isso, defendemos, no Código Florestal Brasileiro, o corte da agricultura familiar, da pequena propriedade.

Falava, no dia de ontem, da segurança que o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia, que esteve em Concórdia, passou para os agricultores. Ele disse que teremos uma legislação ambiental que refletirá um pouco desse novo momento que o Brasil vive.

Agora, não concordo com aquela visão de que a agricultura não precisa ter regra quanto à preservação do meio ambiente. Precisa ter, sim. Por exemplo, há a obrigatoriedade de fazer a averbação da reserva legal, mas não é mais necessário que ela seja registrada em cartório, para facilitar para os agricultores.

Uma perspectiva que está-se desenhando e que ainda é conflitante na negociação é a servidão ambiental, ou seja, que o agricultor possa fazer a sua reserva legal numa outra área, não necessariamente na sua, mas dentro da bacia hidrográfica. Ontem pareceu lógica a emenda no sentido de que isso possa ser feito dentro do bioma. Essa é uma questão que entendemos importante.

A segunda questão é a metragem da mata ciliar, da APP - Área de Preservação Permanente - encostas, sangas e fontes.

O relator Aldo Rebelo voltou atrás ao que coloca o Código Florestal Brasileiro hoje, ou seja, 30m, já que a previsão inicial era de 15m. No que está reflorestado não se mexe, ficam os 30m, no que está aberto, poder-se-ia chegar a 7m, 15m. E tratando-se da agricultura familiar, se houver a comprovação da área como de interesse social, poder-se-ia fazer o uso sustentável dos 15m. Então, esse também é um dos grandes debates e uma das divergências que existem no Congresso Nacional.

A previsão era que a votação ocorresse esta semana, mas como restaram algumas divergências - muitas, grandes latifúndios e grandes agressões ambientais -, ainda não foi possível deliberação.

Outro tema ainda não definido é a metragem. Há pessoas que defendem 7m, outras defendem 30m. Assim, há esse debate a ser colocado, mas tenho acompanhado as propostas que o governo construiu como

também o seu grande esforço, através dos ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil. E a proposta que o governo tem trabalhado é justamente manter os 30m para o que ainda está na floresta, que não foi aberto, que está em mata nativa, e criar a possibilidade de 15m para o que já está consolidado. E tratando-se da agricultura familiar haveria a condição do uso sustentável para algumas atividades dentro desses 15m.

A terceira grande questão na minha avaliação é que a lei, de fato, garanta o pagamento por serviço ambiental. Isso também dá condição para que os agricultores possam, além de cuidar do meio ambiente, ter uma remuneração econômica dentro dessas áreas e junto com isso discutir políticas de renda dentro da perspectiva do pagamento por serviços ambientais.

Sempre exemplifico a produção de pinhão na região serrana de Santa Catarina, que pode ser produzido dentro da APP e gerar renda aos agricultores.

Por último, quero aproveitar, já que estamos comentando sobre legislação e política ambiental, para cobrar do governador Raimundo Colombo e de toda a equipe da secretaria da Agricultura a implementação do pagamento por serviços ambientais. Os agricultores, as organizações, as entidades de Santa Catarina estão nessa expectativa. Este Parlamento aprovou a lei e o estado ainda não a implementou.

Com certeza trata-se de uma ação importantíssima na perspectiva de combinar essa questão da preservação ambiental com o pagamento por serviços ambientais. Os agricultores, de fato, têm consciência de que precisam preservar, mas existe a dificuldade econômica, a dificuldade financeira, principalmente nas pequenas propriedades.

Poderíamos começar a implementar este ano a política do pagamento por serviços ambientais, quem sabe até na proposta da construção dos corredores ecológicos em algumas bacias hidrográficas, como as dos rios Chapecó, Timbó e outros, proposta essa que está tramitando, deputado Mauro de Nadal, nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, no próximo domingo comemora-se o Dia das Mães. As mulheres, com certeza, passam durante sua vida por vários momentos marcantes, dentre eles, sem dúvida, o mais especial é a gestação.

Hoje, meu pronunciamento é para as gestantes de nosso estado e para as mulheres que desejam engravidar. O momento da gestação é único na vida de uma mulher e gerar um filho torna a mulher ainda mais especial. No momento da gestação a mulher precisa de atenção redobrada, além de toda a expectativa do parto, há um filho sendo carregado no ventre que necessita de atenção.

Humanizar o parto não é somente tornar o momento do nascimento mais tranquilo

e menos doloroso, é criar um elo familiar que irá refletir-se em toda a vida. Sentir-se acolhida neste momento é fundamental e desde 2005, o amparo da Lei n. 11.108, as gestantes de todo o Brasil têm direito a um acompanhamento durante o parto e o pós-parto.

Necessário lembrar, srs. deputados, que Santa Catarina é pioneira na legislação sobre humanização do parto, prática já avançada nos países desenvolvidos. Há quase 15 anos o hospital da Universidade Federal de Santa Catarina permite e incentiva as gestantes a terem um acompanhante de sua escolha na hora do parto. Foi a partir dessa experiência que essa prática virou lei em todo o Brasil.

Nesta Casa, o projeto de lei teve a autoria do deputado Volnei Morastoni, que hoje preside a comissão de Saúde, e da ex-senadora e atual ministra Ideli Salvatti.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro companheiro, deputado Neodi Saretta, fiquei surpreso, mas estou gratificado com o pronunciamento que v.exa. faz ao lembrar o Dia das Mães e também o projeto de lei que se tornou lei em Santa Catarina e que serviu de modelo para o Brasil. Posso dizer ainda que foi recomendado pela Organização Mundial de Saúde aos demais países do mundo.

Foi um singelo projeto de lei que desenvolveu no meu primeiro mandato, de 1995 a 1999, com a colaboração da então deputada Ideli Salvatti e o apoio de um núcleo de estudos maternos da Universidade Federal de Santa Catarina, dentro da preocupação de humanizar o atendimento médico-hospitalar.

De minha parte, como médico pediatra, vinha de uma grande luta pela humanização da hospitalização de crianças, pelo direito de que a mãe permanecesse ao seu lado quando hospitalizadas. Essa foi uma lição que trouxe da minha residência em Pediatria no Hospital das Clínicas de Curitiba, no Paraná, e de uma visita a Cuba que fiz naquela oportunidade.

Depois de muitos anos o país havia consagrado um direito através do Estatuto da Criança e do Adolescente: o direito de a mãe permanecer ao lado do filho hospitalizado, pois a recuperação é mais rápida, o tratamento é mais rápido. Na mesma linha de pensamento, trouxemos isso para a gestante.

Portanto, a lei de Santa Catarina foi pioneira e deu o direito de que no pré-parto, no parto e no pós-parto a gestante tenha um acompanhante de sua escolha. Esse projeto foi transformado em lei nacional, levado na época pela senadora Ideli Salvatti e teve a recomendação da OMS para que se estendesse pelo mundo.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Na mesma esteira, v.exa. argumentou muito bem acerca da importância da presença do acompanhante no pré, no pós e no parto propriamente dito. Estudos científicos comprovam que a presença de um acompanhante traz inúmeros benefícios: a diminuição do tempo do trabalho de parto; a queda do número de gestantes com depressão pós-parto, que atinge, hoje, 15% das mulheres; diminuição do número de cesarianas, que além de diminuir os custos do SUS, reflete beneficia-

mente na formação psicológica do bebê, pois sabemos que crianças que nascem de parto normal têm menos chances, quando adultas, de ser cooptadas pelo mundo das drogas, tornando-se indivíduos mais calmos. Por que isso? Porque houve um amparo diferenciado na hora do parto, criando-se um vínculo afetivo.

Além de tudo isso, srs. deputados e sra. deputada, cai o tempo de permanência no hospital, já que a recuperação da parturiente é mais rápida. Isso, além de beneficiar a família, o que é realmente o mais importante, ainda diminui os custos do SUS.

No entanto, mesmo com o amparo da lei, muitas gestantes não tomam conhecimento disso e vários hospitais credenciados pelo SUS não comunicam à parturiente ou à família o direito ao acompanhante no parto.

Por isso, faço um apelo para que esse direito seja mais divulgado, que os profissionais da saúde incentivem mais o acompanhamento e que a gestante reivindique esse direito.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. não concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Faço questão de conceder um aparte a uma mãe, que também é deputada estadual, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Quero, em primeiro lugar, elogiá-lo pela sensibilidade em tratar desse assunto, deputado Neodi Saretta, já que nós, mulheres e mães, sabemos quanto esse momento é importante na nossa vida e o quanto ficamos apreensivas na hora do parto.

Mas também quero fazer uma menção rápida em relação ao que me manifestei anteriormente, que é justamente, deputado Volnei Morastoni, a visita que fizemos ao Hospital Materno Infantil de Chapecó.

Deputado Neodi Saretta, v.exa. que é de uma região próxima à nossa, sabe que há em Chapecó um hospital, com 54 leitos, para atender mães e crianças que está fechado. Então, neste Dia das Mães, o melhor presente seria ver as mães sendo atendidas naquele hospital.

Muito obrigada, deputado Neodi Saretta!

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado a v.exa. por este aparte, que enriquece o nosso discurso.

Quero aproveitar este momento para destacar um evento importante que acontece em Concórdia, que é o Encontro Anual de Confraternização e Integração, uma homenagem especial às mães que tanto fazem por nós, chamado também de Encontrão das Mães. É um nome carinhosamente dado pela importância do evento, que dedica o dia inteiro de atividades e homenagens a elas, que têm o dom de dar a luz. Esse encontro que já existe há alguns anos reúne mais de duas mil mães da cidade e do interior do município.

Para finalizar essa referência às mães e às mulheres, gostaria de saudar todas as mães catarinenses, mas especialmente uma, a mãe da Catarina, que com o seu dom de mãe e de mulher nos dá diariamente um exemplo de amor e de dedicação.

Sr. presidente e srs. deputados, para finalizar o meu pronunciamento, aproveitando os dois minutos restantes, gostaria de destacar a audiência que tivemos hoje, deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que é de Concórdia e é vice-presidente desta Casa, com o governador do

estado, Raimundo Colombo, para tratar de duas questões importantes para a comunidade do alto Uruguai catarinense.

Em primeiro lugar, obtivemos a confirmação de que o governo estadual participará da ExpoConcórdia, evento importante que acontecerá em julho. Inclusive, será realizado em junho, nesta Casa, o lançamento dessa feira. Vamos oferecer um café colonial à comunidade para o lançamento da ExpoConcórdia.

Em segundo lugar, tratamos do projeto de pavimentação asfáltica do acesso ao distrito de Presidente Kennedy, que é o único distrito de Concórdia nessas condições. Trata-se de um projeto feito em 2008 e há uma grande expectativa da comunidade no sentido de que o governador atenda essa reivindicação.

Vamos agora acompanhar a tramitação do processo e fazer as gestões necessárias para que possamos ver atendido esse pleito!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, sr. presidente.

Quero aproveitar este momento para fazer uma reflexão muito breve, nesses cinco minutos, sobre esse importante julgamento hoje, no Supremo Tribunal Federal, acerca da legalidade das uniões homoafetivas.

Ainda como vereadora já trabalhava esse tema, sempre sob a perspectiva dos direitos humanos, pois, como dizia o poeta, precisamos compreender que qualquer maneira de amor vale a pena. O amor que é tão pouco falado neste espaço, deputada Dirce Heiderscheidt, uso como argumento para reafirmar esse compromisso.

Compreendo que o reconhecimento pela lei de uma situação que já existe, uma situação de fato, permite que construamos um universo mais justo, mais fraterno. Por que digo isso? Porque pessoas são mortas em função da intolerância com as diferenças de opção sexual e precisamos construir um universo com mais tolerância, um universo em que a convivência humana seja mais tolerante.

Hoje, com alegria, vi que o deputado federal Ronaldo Benedet, do PMDB de Santa Catarina, respondeu a uma das "twitadas" sobre esse assunto, lembrando de um princípio muito simples: perante a Constituição Federal somos todos iguais, o resto é preconceito.

Compreendemos que há uma dimensão religiosa nos casamentos e essa dimensão compete apenas às religiões. Cada religião disciplina da forma como entender que deve e as pessoas devem seguir seu credo religioso à risca. Já os que entenderem de forma contrária, fazem essa opção. Mas temos que lembrar também que o estado é, acima de tudo, laico e a opção religiosa deve ficar na dimensão religiosa.

Tenho absoluta convicção disso e conheço muitos casais homossexuais que adotaram crianças, que foram trazidas para um lar amoroso em vez de ficarem abandonadas pelas ruas. São crianças que convivem muito

bem, obrigada! Esta fantasia que habita, completamente longe da ciência, a cabeça de muitos, no sentido de que crianças criadas em lares homoafetivos são crianças desequilibradas, não se sustenta na análise concreta da realidade.

O que precisamos ensinar para as nossas crianças é o afeto, é a tolerância e que as pessoas homossexuais ou heterossexuais se comportam com relação ao afeto, à tolerância de forma independente das suas opções.

Todos conhecemos pessoas que vivem dentro da norma que a sociedade estabeleceu e que são pessoas nocivas ao convívio social. Portanto, não depende da opção de quem ela ama para dizer que uma pessoa é boa ou má. O que diz se uma pessoa é boa ou má é o que ela faz de verdade, é o seu cotidiano, é a prática do cotidiano, que é o critério da verdade.

Assim, o julgamento hoje, no Supremo Tribunal Federal, tem uma simbologia muito forte. Muitos poderão dizer que tal fato acaba com a família. Ao contrário, temos que reconhecer que hoje há múltiplas famílias. As famílias que nossas avós e bisavós conheceram foram famílias de um determinado tempo. Quero ver muitas famílias amorosas criando adultos conscientes e amorosos, mas essas famílias não se constroem apenas com um homem e uma mulher.

Divorciei-me muito cedo, criei meus dois filhos praticamente sozinha, e são dois jovens extraordinários, que orgulhariam qualquer pai, qualquer mãe, como eles me orgulham e como orgulham o pai deles. Não necessariamente saem jovens e adultos saudáveis de um ambiente em que a criança tem tudo o que achamos que ela deve ter.

Por isso, reafirmamos a defesa dessa discussão do ponto de vista dos direitos humanos. Acreditamos que construir uma sociedade tolerante é parte do caminho para se construir uma sociedade com mais paz e com mais espaço para pessoas saudáveis se desenvolverem.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito à deputada Ana Paula Lima que assuma a Presidência, para que eu possa fazer uso a tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de aproveitar esses minutos que me foram concedidos para tecer alguns comentários, principalmente com relação à nossa Joinville, e deixar registrada a necessidade que temos de uma atenção toda especial a essa região tão produtiva, que é praticamente o carro-chefe de Santa Catarina. Há muitas coisas que precisam ser feitas em nosso município, principalmente na área da infraestrutura.

Temos reivindicado, temos feito reuniões com deputados estaduais e federais, com os nossos senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer, e precisamos, urgentemente, terminar alguns projetos já em andamento, como é o caso da estrada que dá acesso ao recém inaugurado porto de Itapoá. Do jeito que

está, as coisas ficarão muito difíceis até para a operacionalização do porto, se não terminarmos a estrada da Serrinha, a estrada que lhe dá acesso.

Há um problema, um gargalo incrível também relacionado ao porto de São Francisco do Sul, que hoje é o carro-chefe para as suas exportações de Santa Catarina. No entanto, o acesso ao porto ficou extremamente dificultado por conta da falta de duplicação da BR-280. É um problema que vem arrastando-se há muitos anos e cada vez que vamos conversar com as pessoas responsáveis por essa área no governo federal ou até mesmo com as pessoas responsáveis em nível estadual, sempre obtemos a resposta de que já foi licitado, que está em licitação. Sempre existe um embargo, um problema burocrático que faz com que a duplicação da estrada que dá acesso ao porto não aconteça. E o problema ficou mais grave ainda porque além de São Francisco do Sul há a praia da Enseada, a praia de Ubatuba, a praia de Capri, a praia do Forte, a praia do Ervino, o acesso à Barra do Sul, todos através da BR-280. Nos finais de semana, nos feriados, até mesmo nos dias de semana, há um problemão naquela região que dá acesso ao porto de São Francisco do Sul. Esse é um dos principais problemas da nossa região.

Outro entrave ao nosso desenvolvimento é o aeroporto de Joinville, que é uma verdadeira novela. Se o tempo está um pouquinho ruim, já não desce e não sobe avião, pois a pista é muito pequena. Até recentemente não havia possibilidade de aumentar os 500m que tanto queremos naquela pista, porque havia um tipo de caranguejo na pista que não podia ser extinto. Era uma espécie em extinção e não podiam ser retirados os caranguejos daquela região porque senão essa espécie acabaria sendo extinta de vez.

São problemas que até parecem piada, mas que existiram e continuam existindo. Estamos trabalhando para que possamos ter esses 500m tão necessários para o aumento da pista do nosso aeroporto. Mais ainda, o acesso ao aeroporto está virando um verdadeiro drama para a avenida Santos Dumont, que dá acesso ao aeroporto de Joinville, que tem pista única e está totalmente congestionada e tumultuada!

Um dia desses, até abrindo um parêntesis, para que v.exas. tenham uma ideia, foi interrompido o acesso a Curitiba, a São José dos Pinhais pela BR-376 devido à queda de barreiras.

V.Exas. precisam ir ao aeroporto de Joinville para ver o número de passageiros que embarcam em direção a Curitiba quando há condições. No entanto, em função dos problemas, pessoas de Joinville, de Jaraguá do Sul, de São Francisco do Sul, de Barra Velha, de toda a nossa região, ao invés de irem ao aeroporto de Joinville para pegar o avião para Curitiba, preferem pegar a BR-101 duplicada para, da capital paranaense, embarcarem em direção ao seu destino. Tudo por conta do problema na pista do aeroporto de Joinville, que é muito curta, por causa dos caranguejos, por causa do acesso ao aeroporto e por causa do ISL, que é um aparelho que precisa ser colocado para que as aeronaves aterrissem e decolem com qualquer tempo.

Bastou estancar o acesso a Curitiba para vemos o aeroporto de Joinville superlotado, significando que se forem resolvidos todos esses problemas de infraestrutura teremos um aeroporto, com

certeza absoluta, lotado com aeronaves decolando a todo momento para todos os cantos do Brasil, atendendo à demanda de toda a nossa região.

Preciso declinar aqui também a desapropriação de um terreno para a construção de um aeroporto no município de Araquari, que está em fase adiantada de construção. Ali teríamos um aeroporto estratégico por estar numa região menos complicada para aterrissagem de aeronaves, com um espaço muito maior e mais perto do porto de São Francisco do Sul. Seria o tipo de aeroporto para carga e descarga e, se Deus quiser, um dia teremos um aeroporto desses.

Quero dizer a v.exas. que esses são apenas alguns dos problemas que existem em nossa região e que se resolvidos propiciarão muito mais pujança, muito mais desenvolvimento para aquela região que é, não me canso de dizer, o carro-chefe deste estado.

Aproveitando o tempo de um minuto e meio que me resta, quero informar a v.exas. que encaminhei ao governo do estado uma indicação que é fruto do seminário de que participei em Santander, na Espanha. Naquele seminário, tive a oportunidade de conhecer um projeto de Santander, através do seu prefeito, que fez uma projeção para os próximos dez anos. Eles estão incrementando, para os próximos dez anos, a substituição de lâmpadas comuns de todas as vias públicas da cidade, como também da região e dos prédios públicos por lâmpadas de *led*, que geram benefícios não somente para o consumidor, como também para o meio ambiente.

Como aqui não se faz projeto para o governo do estado, porque senão ele sofre vício de origem, pelo menos uma indicação achamos que dá para fazer. Por isso fiz essa indicação sugerindo ao governo do estado que faça um planejamento de substituição das lâmpadas comuns por lâmpadas *led* nas instalações públicas e também nas vias públicas de sua responsabilidade.

Tínhamos muito mais coisas para falar, sr. presidente, mas mal começamos a discursar já acaba o nosso tempo. Então, numa próxima oportunidade voltaremos à tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero ressaltar aqui a audiência pública que houve, dias atrás, no município de Palmitos, audiência essa que foi coordenada pela comissão de Educação, sob a presidência do deputado Carlos Chiodini. Na ocasião, tivemos a oportunidade de discutir um tema que está gerando inquietude não somente na comunidade palmitense, mas também em todos os municípios do entorno de Palmitos.

No municípios de Palmitos foi instalado o curso de Enfermagem da Udesc, da mesma forma como foi instalado um curso da Udesc no município de Pinhalzinho. E a preocupação, principalmente em contato com a população que lá reside, é justamente devido a boatos que tratam da retirada da Udesc daquele município, principalmente da retirada do curso de Enfermagem que, inclusive, já formou enfermeiros.

A audiência foi muito produtiva. Tivemos a participação não só de parlamentares da comissão de Educação, mas também de deputados com afinidade com o tema e com a região, como os deputados Luciane Carminatti e Dirceu Dresch, que ouviram a população, tentando dar o melhor encaminhamento à questão. De todas as discussões, conseguimos extrair uma pauta de trabalho e a primeira meta é justamente a permanência do curso de Enfermagem da Udesc em Palmitos. Esse foi um ponto sem nenhuma contestação.

A segunda meta é buscar mais investimentos da Udesc para o município, até porque não podemos admitir que o governo estadual inicie um processo de descentralização do ensino superior, implante um curso num município do oeste e de repente ameace abandonar o projeto.

Temos que evoluir. Precisamos caminhar com os olhos voltados para o horizonte, no sentido de dar mais oportunidades às pessoas que moram no interior do estado. E a segunda meta, como disse, é justamente fazer com que a Udesc invista mais no extremo oeste catarinense, não somente no município de Palmitos, mas também em Pinhalzinho, visando oportunizar aos oestinos mais conhecimentos que os instrumentalize a enfrentar o futuro.

O terceiro encaminhamento é o acompanhamento permanente, por parte da comissão de Educação, desse tema que afeta diretamente todo o extremo oeste catarinense, especialmente a situação da Udesc no município de Palmitos.

Quero ressaltar também a presença ontem, na comissão de Transportes, do secretário de Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, e do presidente do Deinfra, Paulo Meller. Em virtude de convocação eles estiveram nesta Casa prestando alguns esclarecimentos sobre a política de trabalho da secretaria de Infraestrutura.

Temos andado por todo o estado e percebido as dificuldades, principalmente para o escoamento da produção. Até mesmo naqueles municípios em que o turismo é uma grande fonte de renda há dificuldades para que as pessoas possam transitar nas rodovias estaduais com segurança e tranquilidade.

Contudo, temos que fazer algumas considerações. A administração catarinense, no governo que antecedeu ao de Raimundo Colombo, dedicou-se exclusivamente a dar aos municípios acesso pavimentado, principalmente àqueles que ainda estavam na lama e no pó. Então, todos os investimentos da secretaria de Infraestrutura, palavras essas referendadas pelo secretário Valdir Cobalchini, foram naqueles municípios que ainda não tinham esse conforto.

Evidentemente ainda não se conseguiu atender a todos esses municípios, mas até o final deste ano basicamente todos os municípios que ainda não têm acesso pavimentado o terão. Esse foi o compromisso do nosso secretário, que aqui esteve no dia de ontem fazendo uma explanação sobre os projetos de sua pasta para os próximos quatro anos.

Cabe ressaltar, dentre os vários programas colocados por ele, o Rodovia Segura, que se destina a readequar alguns pontos críticos de rodovias estaduais, eliminando dificuldades de locais onde frequentemente vidas são ceifadas. Cito também o Conserva de Rodovias, que é um

programa que há muito tempo vem sendo desenvolvido. E dentro da conservação saiu também o nosso encaminhamento sugerindo que a secretaria de Infraestrutura estude a possibilidade, quem sabe, de transferir recursos financeiros para que os municípios façam a conservação não somente da pista, mas também das laterais, assim como recolorem as placas danificadas, agilizando ainda mais os trabalhos e oferecendo uma segurança maior para as pessoas que dependem dessas rodovias.

Descentralizando esse tipo de trabalho através de convênio, tenho certeza de que vamos conseguir conservar as estradas com mais rapidez, pois o prefeito poderá recuperar aquilo que causa danos à vida das pessoas que dependem dessas rodovias.

Sr. presidente, o restante do horário do partido será utilizado pelo nobre colega Aldo Schneider.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pelo tempo restante ao PMDB no horário destinado aos Partidos Políticos, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltar a esta tribuna para, através dela, ecoar para toda Santa Catarina um trabalho liderado por alguns deputados que compõem a Assembleia Legislativa, no tocante à regularização da lei estadual referente ao funcionamento dos Centros de Formação de Condutores - CFCs.

Existe uma ação judicial praticamente proibindo o funcionamento de quase 120 autoescolas pelo estado afora, em detrimento de uma ação judicial que autorizou o funcionamento desses empreendimentos, juntamente com a autorização do Detran.

Há três semanas fomos procurados por vários segmentos da sociedade de Santa Catarina, que nos colocaram essa grande preocupação. A partir daquele momento, eu e mais alguns colegas deputados, dentre eles Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark e Mauro de Nadal, assumimos um compromisso com esse segmento da sociedade de buscar, junto ao Detran, ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral do Estado, à secretaria de Segurança Pública e ao sr. governador, um entendimento para que haja a possibilidade de que todas essas pessoas que foram autorizadas, inicialmente por liminares judiciais e, posteriormente, por vistorias do Detran, voltem a trabalhar normalmente. Esse encaminhamento seria administrativo, junto aos órgãos estaduais, para que, até concretizar-se o edital de licitação que vai regulamentar a prestação desse serviço público, todas as pessoas que até outubro do ano passado tinham suas autoescolas em funcionamento, possam continuar o seu trabalho.

Pois bem, na última segunda-feira conseguimos reunir em torno da mesma mesa o Ministério Público Estadual, através do promotor de Justiça Aor Steffens Miranda; o secretário da Segurança Pública, César Augusto Grubba; a PGE, através da figura do eminente procurador Nelson Serpa; o diretor-geral do Detran, Vanderlei Rosso; e os deputados Maurício Eskudlark, Sargento Amauri Soares e este que lhes fala. Nesse encontro chegamos ao entendimento de que, a partir daquele momento, haveria a neces-

sidade da construção de um termo de ajustamento de conduta, para que se definam regras claras visando ao cumprimento da lei estadual através do lançamento de um edital de licitação.

Então, na última segunda-feira, firmamos esse entendimento e estou autorizado pelo Ministério Público, pela secretaria da Segurança Pública, pela PGE e pelo Detran a anunciar para toda Santa Catarina que provavelmente no dia 13 de maio o Ministério Público assinará um TAC estipulando os prazos para que o edital de licitação seja lançado, para a abertura dos envelopes e para que, após o certame licitatório, essas autoescolas possam continuar o seu trabalho por mais 60 ou 90 dias atendendo à coletividade de Santa Catarina.

Então, é isto que trago ao conhecimento desta Casa: fizemos um trabalho juntamente com todos os deputados que acreditaram no projeto que, graças a Deus, culminou com um entendimento entre todas as autoridades envolvidas.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Aldo Schneider, quero cumprimentá-lo. V.Exa., que é um deputado diligente, dedicado, trabalhador, conversou comigo uma semana antes da Páscoa, assim como conversou com vários outros deputados, liderando um processo de entendimento necessário, porque não era possível continuar esticando a corda daquele jeito. Não terminaria bem.

V.Exa. demonstra, mais uma vez, em que pese estar há pouco tempo nesta Casa, que com a sua larga experiência como prefeito, como secretário de Desenvolvimento Regional, como uma liderança expoente, expressiva, respeitada no alto vale do Itajaí, está fazendo bem para esta Assembleia. Sinto-me feliz de poder assistir a essa sua liderança crescente nesta Casa, trazendo bons resultados para o Parlamento e para Santa Catarina.

Gosto muito de participar dessas empreitadas com v.exa.!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Aldo Schneider, quero fazer minhas as palavras do nosso colega, o ilustre deputado Joares Ponticelli, ao admirar a determinação e o senso de justiça de v.exa. na busca de uma solução. Eu, que acompanhei todas essas tratativas, vejo que isso é importante para Santa Catarina, para a população e para a comunidade, que será atendida.

Então, nesses poucos dias e pela compreensão do procurador-geral, do Ministério Público, do diretor do Detran e do secretário da Segurança Pública, quero parabenizar v.exa., que agiu com desprendimento e retidão na busca de uma solução que trará benefício para a população catarinense.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado, eminente deputado Maurício Eskudlark!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Quero parabenizar v.exa. pela atitude e pelo trabalho, mas faço uma observação: o TAC é importante, mas precisamos ficar atentos e não abrir mão, de forma alguma, do processo de licitação para o funcionamento das autoescolas de Santa Catarina, porque...

(Discurso interrompido pelo término do tempo regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero dizer ao deputado Darci de Matos, que estava aduzindo sua opinião ao pronunciamento do deputado Aldo Schneider, que este deputado e o colega Maurício Eskudlark têm discutido muito a questão das autoescolas, pois diariamente recebem telefonemas de proprietários a respeito do tema.

A minha opinião é a seguinte: acho que deveríamos zerar tudo e começar um novo processo! Esse é o meu entendimento como deputado estadual e espero que o Ministério Público tenha agido de forma sábia e justa com relação aos nossos empreendedores.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, concordo com a tese de v.exa., pois acho que o livre mercado tem que regular a atividade. É claro que o estado deve ter um mínimo de participação, não pode nem prejudicar nem privilegiar. O processo tem que ser transparente e não como o que estava sendo conduzido tempos atrás - e v.exa. sabe disso porque foi contra aquele processo viciado.

Não estamos aqui, nem eu, nem o deputado Aldo Schneider, muito menos v.exa., comprometidos com "a", "b" ou "c", apenas queremos um processo limpo, transparente, através do qual seja beneficiado o cidadão. Queremos também que as pessoas que atuam nessa atividade possam trabalhar livremente, como em qualquer outro campo de atuação. Além disso, nosso desejo é que o mercado regule o melhor serviço pelo menor preço, pois é isso que interessa ao estado. O estado tem apenas que regular, deputado Ismael dos Santos, e não proteger nem um grupo, nem outro.

Cumprimentamos v.exa., porque o seu é o nosso pensamento!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado. Inclusive, conversava com o deputado Maurício Eskudlark que o ideal seria que cada município tivesse espaço para uma autoescola e não como estavam querendo conduzir o processo, concentrando-as em determinadas regiões em detrimento de outras.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, quero parabenizar o deputado Joares Ponticelli pela sugestão, porque a resolução do Denatran é no sentido da livre concorrência. Apenas Santa Catarina tem uma legislação estadual. Nos demais estados, quem preenche os requisitos instala a autoescola, solicita a vistoria do Detran e começa a trabalhar.

Estudos foram feitos para estabelecer quantos mil habitantes são necessários para justificar a instalação de uma autoescola. Contudo, esse critério é muito relativo, porque num pequeno município o cidadão talvez tenha que viajar todos os dias cerca de 50km a 100km para frequentar aulas visando a conseguir a sua habilitação, o que é um absurdo!

Em nosso entendimento, mesmo nos municípios pequenos há condições de se montar uma autoescola e abrigar até 20 alunos por mês. Esse proprietário vai conseguir manter a sua atividade. O contrário pode acontecer com uma grande autoescola, num grande centro.

Então, deputado, a livre iniciativa é o melhor caminho para o estado de Santa Catarina como o é para os demais estados. Basta que o Detran exerça uma fiscalização rigorosa.

Muito obrigado pela oportunidade!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado, acho que este Parlamento pode dar uma enorme contribuição em parceria, naturalmente, com o Ministério Público.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Concedo um aparte ao líder do governo nesta Casa, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, tenho acompanhado muito essa questão das autoescolas. Penso que o grande problema, que a causa dessa grande carnificina nas nossas estradas é a má formação dos condutores. E não haverá uma boa formação, se não existir segurança jurídica, tanto para o investidor como para o condutor. Como investir numa autoescola se não se há segurança jurídica? Não é possível que tenhamos, num município com seis mil habitantes, três autoescolas. Que tipo de formação daremos ao condutor?

Podemos escolher entre a ideia da geração de empregos, de 10 a 20 mil, ou a preservação de vidas. E fico com a vida! Defendo a urgente definição de critérios baseados na lei que aprovamos nesta Casa no ano passado, e que se faça, sim, a licitação de concessão pública, que se dê segurança jurídica para a formação do motorista, do condutor, pois viraram uma carnificina as nossas rodovias.

Não vemos aqui o lucro de "a", "b" ou "c", o que queremos é salvar vidas, porque como está não pode ficar. Há necessidade urgente de uma licitação, deputado Ismael dos Santos, não podemos brincar com isso. Vejam v.exas. que no município de Alfredo Wagner há três autoescolas! Não cabe! Se houver três autoescolas num município pequeno, alguma coisa está acontecendo, está ocorrendo má formação de condutores, não está havendo investimento, porque não existe capacidade econômica para três CFCs sobreviverem!

Portanto, defendo que seja realizada urgentemente uma licitação, pois temos que ter

critérios para dar segurança jurídica à formação do motorista no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Ismael dos Santos, agradeço a gentileza, pois não quero interromper ainda mais o seu pronunciamento, acredito que há outros assuntos que v.exa. deseje tratar.

Quanto ao assunto das autoescolas, precisamos fazer licitação, mas esta Casa mesma aprovou - e eu ainda não estava aqui - uma lei estadual que nunca foi cumprida em Santa Catarina, porque não há interesse para um grupo restrito de autoescolas. Enquanto isso, fecham-se aquelas que, supostamente, não têm direito de funcionar. Ora, se a lei estadual não está sendo cumprida, todas as autoescolas estão irregulares. Esse é o entendimento da Justiça e do Ministério Público.

Então, precisamos definir critérios, concordo, mas em condições de igualdade, para que todas as autoescolas possam fazer bem o serviço de formação dos motoristas em Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Eu que agradeço, deputado. Acho que o livre comércio tem que estar aliado à qualidade na formação, sem dúvida alguma.

Gostaria apenas de registrar a nossa participação ontem, deputado Darci de Matos, representando esta Casa, no Seminário de Piscicultura, ocorrido no Instituto Federal de Santa Catarina, em Camboriú. Estivemos lá discutindo algumas temáticas, entendendo um pouquinho melhor esse desafio do comércio em Santa Catarina. É interessante saber que o nosso estado já é o quarto em produção de peixe, deputado Padre Pedro Baldissera, que é o nosso representante na comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa.

Foram muito importantes os dados que ouvimos. Por exemplo, em 1990 o Brasil produzia 20 mil toneladas de peixes, hoje, 20 anos depois, está produzindo 270 mil toneladas de peixe. Ficamos felizes, inclusive, com a presença da ministra Ideli Salvatti, à frente do ministério da Pesca, pois Santa Catarina sai na frente.

Ontem, inclusive, fiquei até um tanto envaidecido e surpreso com a presença de vários doutores, vindos da Europa, da Argentina, de outros países, todos especialistas em jundiá. Achei extremamente importante essa perspectiva para a aquicultura. Tive que dizer, inclusive, no discurso, que não havia nenhum político especialista em jundiá, mas havia muita perspectiva na aquicultura no que diz respeito à questão do jundiá, desde a sua fisiologia, criação em diferentes sistemas de cultivo, qualidade da água, até estresse em sistema de cultivo de jundiá. Enfim, há toda uma ciência, deputado Padre Pedro Baldissera, em torno dessa perspectiva, e Santa Catarina se destaca também nessa biodiversidade, com ênfase no desenvolvimento da espécie jundiá. E foi uma satisfação, um aprendizado, ontem, esse seminário no Instituto Federal, em Camboriú.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Permite-me um aparte, deputado?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deixo o restante do tempo do partido

para sua intervenção, deputado Darci de Matos, apenas gostaria, ainda, de parabenizar todas as mães, pelo seu dia. Este é o primeiro ano que vou passar sem mamãe, ela nos deixou no ano passado, mas faço uma homenagem a todas as mães com o provérbio de Coelho Neto: "Ser mãe é desdobrar fibra por fibra o coração; ser mãe é ser anseio, é ser força que os males equilibra". Parabéns a todas as mães!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, desejo fazer uma observação a respeito do comando da Polícia Militar de Santa Catarina. A comissão de promoção de oficiais, não sei qual foi o critério - gostaria que o comandante pudesse informar os critérios de promoção -, promoveu o 15º e o 30º da lista e preteriu o coronel Edivar Bedin, um dos melhores policiais do estado de Santa Catarina, um dos poucos que conseguiu a redução da criminalidade no nosso estado, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. conhece, sabe do que estou falando.

O comando da Polícia Militar em Santa Catarina, através do comandante Nazareno Marcineiro, está devendo uma explicação para a maior cidade de Santa Catarina, que é Joinville.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Faço minhas as suas palavras, deputado Darci de Matos, em relação a esse episódio, lamento, assim como o deputado Kennedy Nunes e v.exa. A população de Joinville e da região está boquiaberta e surpresa com essa situação.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Sr. deputado, por gentileza, peço a v.exa. que solicite um aparte ao deputado Joares Ponticelli, dentro do horário dos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Gostaria de registrar na Casa do Povo de Santa Catarina a presença de Rita de Cássia Cimardi, rainha da 15ª Festa do Leite; da 1ª princesa, srta. Tainara Luana Back; da 2ª princesa, srta. Bianca Aline Moenster, e do coordenador da festa, secretário municipal da Educação, Robson Barrentin, que estão visitando todos os gabinetes convidando os parlamentares para participarem da festa, em Presidente Getúlio, entre os dias 26 e 29 de maio.

Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Aldo Schneider, acolho a manifestação de v.exa., e daqui a pouco, após a Ordem do Dia, assim que for suspensa a sessão, conforme o nosso Regimento, estaremos oportunizando que a rainha, as princesas e o coordenador da festa manifestem-se da tribuna. Aliás, acho que será o terceiro ano consecutivo que este plenário abre espaço para que a rainha e as princesas possam fazer esse convite.

Na próxima quarta-feira, deputado Elizeu Mattos, estarão aqui a rainha e as princesas da Festa do Pinhão, que tradicionalmente vêm a esta Casa, trazendo aquela bela pinha de presente e fazendo o convite para a grande em Lages.

Mas o assunto que trago à discussão neste horário, no dia de hoje, deputado Silvio Dreveck, meu líder, diz respeito ao evento de que participamos ontem, na sede do Colégio São Luis, em São Paulo, um colégio jesuíta, um dos mais tradicionais daquele estado. E participamos do evento com o deputado federal Vieira da Cunha, do PDT do Rio Grande do Sul, mais uma série de lideranças e estudiosos do fenômeno *bullying*, deputada Luciane Carminatti, em todo o Brasil, vários professores de São Paulo e de muitos estados do país participaram. Inclusive, encontrei de mais de 600 professores, um coestudando da cidade de Arvoredo, que estudou em Chapecó, um professor do estado de São Paulo, que participou do evento ontem. Tivemos a participação de diversos estudiosos desse fenômeno, uma cobertura muito grande do portal Terra e de toda imprensa de São Paulo.

Estava também a dra. Cleo Fante, que foi a nossa inspiradora na apresentação e na implementação da lei no estado de Santa Catarina, mas o que tivemos de mais interessante, uma vez que estamos debatendo desde 2007 a questão do *bullying*, foi a presença da Dra. Juliana, que representava no evento a OAB do estado de São Paulo, deputado José Nei Ascari, que apresentou uma cartilha e uma série de ações que aquela instituição está implementando nas escolas acerca dos crimes na internet, das vítimas da internet, de crianças e adolescentes alvos desses crimes difundidos e praticados pela internet.

Convidamos a dra. Juliana, que aceitou participar de um evento que vamos realizar. Inclusive, deputada Luciane Carminatti, vamos discutir com a comissão de Educação, Cultura e Desporto uma parceria, que a Dra. Cleo Fante se prontificou a ajudar, para realizarmos em Santa Catarina o III Fórum Internacional sobre *Bullying*.

Deputada Angela Albino, v.exa. tem demonstrado muita preocupação em relação a este tema e o evento de ontem foi de uma magnitude extraordinária. Eu não imaginava o envolvimento de tanta gente, de tantos pensadores nesse tema que, efetivamente, está chamando a atenção do Brasil e do mundo. Evidentemente, temos que tomar cuidado para que bobagens como aquela dita pelo senador Roberto Requião, que se manifestou como sendo uma vítima de *bullying* porque um jornalista perguntou-lhe sobre a pensão de ex-governador, não atrapalhem os nossos estudos.

Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. que luta por essa questão, não podemos permitir que bobagens desse tipo possam macular o debate de um tema tão importante, até porque até um iniciante nos estudos desse tema sabe que *bullying* é praticado entre pares, ou seja, estudantes com estudantes, professor com professor, jornalista com jornalista, nunca entre diferentes, porque aí é outro tipo de violência. Foi um grande equívoco, uma grande bobagem proferida pelo senador Roberto Requião que, aliás, foi repetida várias vezes no encontro de ontem. Esse tema não pode ser vulgarizado e estamos conseguindo fazer um debate responsável, consequente.

Lembro-me que em 2007, quando apresentamos o projeto de lei aqui, deputado Aldo Schneider, falamos de *bullying* aos pares. Para eu mesmo compreender era difícil, para a imprensa também. Aliás, ontem foi apresentado pelo dr. Lauro Monteiro, que é um pediatra estudioso do fenômeno, um estudo muito interessante.

Os grandes jornais do Brasil citaram o termo *bullying*, em 2000 e 2001, uma ou duas vezes por ano nas suas edições. Hoje, citam mais de mil, e a cada ano é crescente. Em 2010 foram mais de mil citações no estado de São Paulo, por exemplo.

Sr. presidente, acho que conseguimos, em nome desta Assembleia, e em nome dos deputados de Santa Catarina, levar a experiência do estado. Tivemos até um momento de enfrentamento, de debate, com o deputado Vieira da Cunha, quando ele disse que deveria existir uma lei nacional, porque leis estaduais e municipais são menores. Eu acho que não, mesmo existindo leis estaduais, temos que incentivar as Câmaras de Vereadores a fazerem em cada município de Santa Catarina, se possível, uma lei municipal, porque elas são complementares e não prejudicam, pois elas não se sobrepõem, complementam-se.

Temos, hoje, sobre esse tema, leis em mais de dez municípios e 40 Câmaras de Vereadores estão discutindo o assunto; se chegarmos a 100% das Câmaras Municipais melhor ainda, porque vamos colocar o assunto em pauta, repercutindo-o em cada região.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Foi muito boa a sua fala com relação a essa mistura que estão fazendo com o *bullying*, como fez o senador Roberto Requião. Hoje fui questionado por um radialista de Tubarão sobre o fato de o deputado Ronaldo Benedet dizer que o programa *CQC* fez *bullying* com ele quando colocou orelhas de burro por ele não saber responder uma pergunta.

Precisamos saber diferenciar as coisas, e é muito boa a sua fala, nobre deputado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Por isso, devemos ter cuidado na abordagem desse assunto, para não vulgarizar, ridicularizar e expor um tema tão importante. Levamos uma década para colocar esse assunto em discussão e não podemos permitir que parlamentares zombem de uma violência silenciosa, que prejudica, que reduz o aprendizado, que provoca evasão escolar, que gera sofrimento e que provoca, inclusive, a morte, em muitos casos, deputado Kennedy Nunes. Não podemos permitir que marginais se escondam atrás disso, deputado Ismael dos Santos, mas até o caso de Realengo, e ontem foi abordado muito isso, é consequência do fenômeno. Não dá mais para fazer de conta que o problema não existe.

Fiquei feliz, ontem, em ouvir que em Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, graças a parceria da nossa Assembleia com o Ministério Público, com a dra. Priscila Albino, estamos conseguindo colocar o assunto em pauta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0092/2010.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0005/2011, de autoria do deputado Jailson Lima e outros, que altera a redação do § 2º do art. 90 da Constituição do Estado de Santa Catarina (Justiça Militar).

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade a admissibilidade da PEC.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0005/2011, que dispõe veto total ao Projeto de Lei n. 0165/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que autoriza o Poder Executivo a regulamentar e consolidar a implantação de prontuário eletrônico do paciente nos serviços de saúde públicos e privados no estado de Santa Catarina e estabelece diretrizes para a sua implementação.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 23 deputados.

Temos 12 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0012/2011, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0380/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que cria o Protocolo de Intenções Anual para o estabelecimento do calendário escolar catarinense.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sabemos que são inúmeras as reclamações de pais e até mesmo da sociedade civil sobre a organização de diferentes inícios e terminos do ano escolar, que causam dificuldade na organização familiar. Somos um estado turístico, mas temos várias datas para o início do calendário escolar.

Então, como a rede pública estadual tem um calendário, a rede privada tem outro, a rede municipal tem outro, a rede federal tem outro, esse protocolo de intenções unificaria o início e o término das aulas em todas as regiões do estado de Santa Catarina. Essa lei é que determinará ao Conselho Estadual de Educação que faça a unificação do calendário escolar.

Por isso, peço a derrubada do veto, votando "não", deputado Elizeu Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação e v.exa. precisa votar, deputada Ana Paula Lima.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada à votação.

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0013/2011, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0382/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes nos estabelecimentos hospitalares da rede pública, credenciada e/ou conveniada do Sistema Único de Saúde no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam-no.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputada Ana Paula Lima, para ganharmos tempo, já está aberto o painel, v.exa. pode encaminhar, sem nenhum problema.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, serei rápida, antes que o deputado Elizeu Mattos se manifeste e espero que ele se manifeste a favor da derrubada do veto.

Sabemos que já existe uma lei neste estado, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que dá à parturiente o direito de ter um acompanhante no hospital quando for dar a luz.

Contudo, verificamos que várias unidades hospitalares no estado de Santa Catarina não permitem que o acompanhante fique junto à parturiente, descumprindo a lei.

Então, queremos que seja obrigatória a fixação de cartazes nos estabelecimentos hospitalares da rede pública, credenciada ou não ao Sistema Único de Saúde, orientando todas as mulheres que elas têm direito ao acompanhante na hora do parto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o meu encaminhamento é pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em votação e a deputada Ana Paula Lima precisa votar.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em primeiro turno da Mensagem n. 0016/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0135/2010, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que autoriza a criação da Política de Atenção ao Portador de Diabetes Mellitus no estado de Santa Catarina e adota outras providências

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, outro problema enfrentado não somente no estado de Santa Catarina, mas em todo o Brasil, é a questão da diabetes, pois o número de portadores está aumentando cada vez mais.

Temos observado que há pessoas que chegam a ter que amputar os membros inferiores pela gravidade da doença. Então, nosso projeto, ao instituir a política de atenção ao portador de *diabetes mellitus* no estado de Santa Catarina, visa garantir aos pacientes sapatos especiais, palmilhas ortopédicas, evitando, assim, que aconteça a amputação.

Por isso, pedimos a derrubada do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu sei fazer conta, mas agora estou-me perdendo aqui. De qualquer forma, o meu encaminhamento é pelo voto "sim", mantendo o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Elizeu Mattos, o voto é secreto. Exatamente para não haver contas é que o voto é secreto.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 12 votos "sim" e 16 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0018/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0233/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que dispõe sobre a aferição da qualidade do ensino fundamental das instituições de ensino da rede pública, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Encaminhamos o voto "sim", sr. presidente.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de fazer a defesa desse projeto do deputado Lício Mauro da Silveira, em decorrência dos grandes questionamentos existentes no país sobre a qualidade do ensino público.

Então, em decorrência da importância desse projeto, gostaríamos de pedir a derrubada do veto oposto ao projeto do ex-deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 13 votos "sim" e 15 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0019/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0302/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que altera o art. 12 da Lei n. 8.391, de 1991, que trata da admissão de pessoal em caráter temporário sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Estadual.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim" e dez votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0021/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0239/2009, de autoria do deputado Valmir Comin, que assegura passagem gratuita dos veículos utilizados pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros, pelo Poder Público Municipal e pelos estabelecimentos de saúde filantrópicos, nas praças de pedágio, e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o seu direito de voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 14 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0024/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0209/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, Santa Catarina tem um potencial extraordinário na agregação de valor nas pequenas unidades. As 60 mil famílias que hoje agregam valor a algum tipo de produto são uma diversidade extraordinária, muito importante para a economia e para a questão social em nosso estado.

Então, defendemos esse projeto e pedimos aos deputados que nos acompanhem nessa votação, principalmente os deputados da base, porque é na agricultura familiar que há agregação de renda importante para o estado.

Não vejo nada de inconstitucionalidade no projeto, porque não gera custos para o estado, apenas institui uma política geral para regulamentar o setor.

Sendo assim, peço aos deputados e deputadas que ajudem a derrubar esse veto em benefício de uma categoria tão importante - a agricultura familiar.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Encaminho a votação pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 16 votos "sim" e 15 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0054/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0519/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação nas empresas bancárias e financeiras com agências de atendimento no estado de Santa Catarina de sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para

encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Encaminho a votação pela manutenção do veto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Votaram 32 srs. deputados.

Foram 19 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0059/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0112/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que torna obrigatória a instalação de cabines individuais nos caixas e proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos bancários sediados no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o nosso encaminhamento é pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.844/2010, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0084/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que trata dos direitos e deveres dos estudantes e das entidades estudantis no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o nosso encaminhamento é pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim" e 14 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.866/2010, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0110/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que trata do tratamento de profilaxia primária para as pessoas de zero a 18 anos de idade.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o nosso encaminhamento é pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação secreta pelo processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 18 votos "sim" e 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Srs. deputados, temos na pauta mais uma mensagem de veto, que a Presidência deixou por último propositalmente, porque ou entramos num acordo para derrubar o veto ou retiramos a mensagem de pauta para dialogar com o governo do estado, que concorda com o mérito do projeto de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, mas afirma que há vício de origem.

Então, temos dois caminhos: ou derrubamos o veto ou retiramos a matéria de pauta para continuarmos o diálogo com o governo do estado.

Como disse, o projeto tem a autoria do deputado Onofre Santo Agostini e é extremamente meritório, posto que pretende que os filhos dos aposentados pelo estado de Santa Catarina, que estejam em situação de risco por determinadas doenças, por morte dos progenitores continuem recebendo a pensão.

Diria até que deveríamos derrubar o veto e consulto o líder do governo para saber se há possibilidade. Caso contrário, acho que devemos retirá-lo de pauta porque se trata de matéria extremamente importante e dela dependem muitas crianças e jovens.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero fazer uma manifestação pessoal, mas com a permissão do meu líder, deputado Silvio Dreveck, falo em nome da bancada também.

O deputado José Milton Scheffer não estava aqui ainda, mas os deputados Silvio Dreveck, Kennedy Nunes, Valmir Comin, Reno Caramori, inclusive o deputado Lício Mauro da Silveira, e diversos outros deputados estavam presentes quando aprovamos essa matéria.

Votamos a favor e vamos manter a nossa posição independentemente da condição de integrar ou não a base do governo, pelo mérito, pela justiça do projeto. Eu não tenho dúvidas de que se for à votação, vamos derrubar o veto, mas acho que esse não é o melhor caminho. Se eventualmente o governador Raimundo Colombo, deputado Elizeu Mattos, demonstrou sensibilidade em relação ao projeto, acredito que haja de fato o seu comprometimento.

Acho que o bom senso seria retirar essa matéria de pauta, para que, na construção, o governo encaminhe um projeto de lei com o nosso compromisso de votar, porque derrubar o veto, vamos ser honestos, não é o caminho ideal. Eu não tenho dúvida de que a Assembleia vai dar essa resposta, vai derrubar o veto se for necessário, mas não é o caminho ideal. O ideal é o governo encaminhar um novo projeto para e nós nos comprometemos a aprová-lo em tempo recorde, porque a feliz iniciativa do deputado Onofre Santo Agostini merece prosperar.

É um compromisso da Casa, e faço esse apelo ao líder do governo para que retire, com o compromisso do governo de encaminhar e construir uma solução para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, neste Parlamento há mais de um profissional médico, e ao ler o projeto vê-se que requer correção técnica. Por exemplo: imunodeficiência adquirida como consta da ementa, significa que todo o portador de HIV é um paciente imunodeficiente; se formos verificar contaminação por radiação, teremos que descrever o tipo de radiação e o tipo de comprometimento.

Então, o projeto é meritório, mas acho que precisa de uma adequação técnica em relação ao conteúdo, por exemplo, da espondiloartrose anquilosante. Atuo na especialidade de reumatologia e tenho inúmeros pacientes que a partir de um grau de limitação passam a ter um comprometimento nos movimentos, dependendo desse benefício.

Então, penso que a secretaria de Saúde, e o deputado Dado Cherem já foi secretário, deva, através de um técnico qualificado, adequar as patologias nominadas no projeto.

Portanto, sou favorável à retirada do projeto para que se possa aprová-lo mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Quero apenas dizer ao deputado Jailson Lima que o texto da lei prevê exatamente a regulamentação desses parâmetros e por decreto ouvir as áreas técnicas do governo.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Acredito, por se tratar de um projeto de lei que envolve o funcionário público, que deveria ser encaminhado à diretoria de Saúde do Servidor, da secretaria de Administração, para verificar as patologias que se enquadram nesse tipo de lei.

Também concordo com o deputado Joares Ponticelli quanto ao mérito do projeto, mas gostaríamos que o líder do governo o retirasse para que possa voltar de maneira correta, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Dado Cherem, também não tenho nenhuma dificuldade em retirar o veto de pauta, que é um dos encaminhamentos possíveis, mas quero deixar claro que essa matéria já tramitou nas comissões, onde foi aprovada, após diligências. O texto do projeto prevê que os enquadramentos, muito bem levantados pelo deputado Jailson Lima, serão feitos por decreto de um órgão técnico do governo.

Agora, entendo também o ponto de vista do deputado Joares Ponticelli, no sentido de que o melhor caminho é a retirada da matéria. Caso haja entendimento, quando o líder do governo se manifestar, será feito assim.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. presidente, para não ser deselegante, na condição de líder do governo encaminhei todos os outros projetos hoje, com os quais não havia concordância do governo, pela manutenção do veto.

Então, acho que para não ficar deselegante com relação ao encaminhamento que fizemos nas demais matérias, gostaria que esse projeto fosse retirado de pauta, para que possamos conversar com o governador. Podemos deliberar na próxima sessão de acordo com o entendimento com o próprio governo, porque não adianta, diante de um projeto desses, derrubar o veto e amanhã a Procuradoria-Geral do Estado entrar com uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade - e derrubar a lei.

Portanto, concordo com a retirada dessa mensagem de veto da pauta Ordem do Dia de hoje.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, ontem decidimos que esses vetos, que estavam todos com prazos praticamente vencidos, inclusive com a possibilidade de trancarem a pauta, seriam deliberados hoje. Essa é uma questão importante e precisa haver agilidade no encaminhamento. Vota-se hoje ou determina-se um prazo para isso.

Também quero dizer, sr. presidente, que além desse veto, já deliberamos sobre os outros, porque o governo alegou que continham vício de origem como, por exemplo, o projeto da agroindústria familiar.

Se o projeto é inconstitucional e foi-lhe oposto um veto, que o Executivo envie um novo para que esta Casa possa apreciar. Esse é o apelo que faço, porque a Assembleia precisa posicionar-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Digo sempre que o veto pressupõe o projeto aprovado na comissão de Constituição e Justiça e em plenário. Portanto, temos parâmetro para entender que eles são constitucionais porque foram aprovados na CCJ. O que existe é um entendimento do governo, que é referendado ou não pelos deputados.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero fazer uma ponderação do debate que foi feito no plenário de um tema bastante pertinente em relação a esse projeto, que é uma resolução da comissão de Constituição e Justiça que proíbe os deputados de apresentarem projetos autorizativos. Vejam, v.exas. que podemos discutir a inconstitucionalidade desse projeto que é a razão inclusive do veto governamental, mas ele foi aprovado, veio a plenário, suscitou o debate e pode ser transformado em lei.

Estou mencionando isso, sr. presidente, para que possamos fazer uma reflexão sobre a decisão da comissão de Constituição e Justiça que, parece-me, afronta e limita bastante o direito dos parlamentares de promoverem o debate.

Em minha opinião, sr. presidente, confio que podemos derrubar o veto. O governador, se achar que deve, que envie nesse meio tempo um projeto para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Consulto os srs. líderes se há concordância sobre a retirada do veto até a próxima semana.

(As lideranças aquiescem.)

Então, está retirada de pauta a Mensagem n. 0026/2011, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0343/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que voltará à pauta, deputado Elizeu Mattos, na próxima semana, tempo necessário para que v.exa. possa conversar com o governador e dirimir as dúvidas com relação à tramitação.

Esta Presidência registra a presença dos vereadores João Valdenir da Silva, Alcides Serpa, Adavilson Telles e do sr. Alexandre Domênico, todos de Campos Novos.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Quero fazer uma colocação ao que disse a deputada Angela Albino há poucos instantes.

Estava observando os 13 vetos sobre os quais deliberamos no dia de hoje e dois deles foram a projetos autorizativos. Cada vez fico mais convencido de que o enunciado da

comissão de Constituição e Justiça está correto.

Vejam bem, a comissão aprovou um projeto que sabíamos que era inconstitucional. O governo vetou, o veto veio a esta Casa e mantivemos o veto, mas a expectativa na sociedade já foi criada. A sociedade foi enganada porque achou que estávamos aprovando um projeto que tinha um cunho verdadeiro, constitucional.

Então, cada vez venço-me mais de que o Enunciado n. 0001/2011, que a comissão de Constituição e Justiça aprovou, no dia de ontem, é correto, a fim de que não mais enganemos a sociedade com projetos inconstitucionais, que sabemos que não vão a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme prevê o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0244/2011, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0245/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0246/2011 e 0253/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0247/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0248/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira; 0249/2011, 0250/2011, 0251/2011 e 0252/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0254/2011, de autoria do deputado Altair Guidi.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0478/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0479/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0481/2011, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0482/2011, 0483/2011 e 0484/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0485/2011, 0486/2011, 0488/2011, 0489/2011, 0490/2011, 491/2011 e 0492/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0493/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0500/2011, de autoria do deputado Edison Andriano.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Gostaria de esclarecer aos srs. deputados e a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital que a Indicação n. 0245/2011 pede a isenção de taxas estaduais para empreendedores individuais.

Existem inúmeras taxas estaduais de segurança e outras taxas que estão ou inviabilizando os empreendedores individuais ou trazendo-lhes muita dificuldade. Como existe a lei do empreendedor individual em nível nacional, que regula essa atividade, entendemos que é fundamental que o estado faça a sua parte e isente das taxas estaduais o microempreendedor. Por exemplo, o *motoboy* que faz serviço de rua precisa pagar as taxas de segurança pública, mas esse é um custo alto que ele não consegue pagar.

Assim, é nessa perspectiva que estamos enviando essa indicação ao governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 0480/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica à ministra da Cultura, ao presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ao superintendente do IPHAN,

pedindo a criação de uma unidade vinculada a esse órgão no município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência suspende a sessão por até dez minutos, para que o deputado Joares Ponticelli possa trazer as representantes do município de Presidente Getúlio ao plenário, pois desejam fazer um convite aos srs. deputados.

Está suspensa a sessão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero cumprimentar a rainha e as princesas da Expofeira Estadual do Leite do município de Presidente Getúlio e também os seus dirigentes, que aqui acabaram de fazer o convite para comparecermos à festa.

Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, realmente fiquei decepcionada principalmente com o veto do governador do estado a alguns projetos de minha autoria, principalmente ao projeto que trata de uma reclamação generalizada da sociedade, de pais, de alunos e inclusive de deputados desta Casa, que acham inconcebível, por exemplo, termos dentro do calendário escolar no estado de Santa Catarina a abertura do ano letivo em diferentes datas.

Por quê? Porque verificamos que isso acarreta um problema grandioso para a sociedade e para o turismo neste estado. O Conselho Estadual de Educação, através de um projeto de nossa autoria, poderia unificar o calendário escolar, dando uma solução definitiva aos proprietários e diretores de escolas, aos pais e alunos.

É uma pena que o veto oposto pelo governador e a posterior não derrubada do mesmo neste plenário, na data de hoje, prejudique toda a sociedade no próximo ano.

Também não foram derrubados os vetos a outros dois projetos de nossa autoria: um que prevê a criação da política de prevenção *diabetes mellitus* e outro mostrando às parturientes que elas têm direito a acompanhante na hora do parto.

É uma pena que esta Casa não tenha derrubado os vetos, porque os projetos eram muito benéficos para a população. Lamentavelmente, não foram entendidos pelos parlamentares, mas vamos reapresentá-los num futuro próximo.

Dirijo-me, na tarde hoje, sr. presidente, aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio AleSC Digital para anunciar uma boa nova, já que no dia 28 de abril a presidente Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional o projeto do Pronatec - Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica.

(Passa a ler.)

“Coincidindo com o Dia Nacional da Educação, comemorado no dia 28 de abril, o

envio do referido projeto de lei - em regime de urgência - demonstra claramente o esforço do governo federal em expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio. E o que merece destaque: com o Pronatec haverá a inserção de jovens do ensino médio e trabalhadores no mercado profissional, oferecendo o que há de mais importante, a qualificação profissional.

A meta é oferecer oito milhões de vagas até 2014. Essas vagas serão para as escolas técnicas profissionais estaduais e federais e para cursos no Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac). O Pronatec contará com a ampliação da linha de créditos e financiamento escolar, através do Fies, hoje somente utilizado pelos universitários inscritos no ProUni.

Até 2014, a rede federal deverá chegar a quase 600 unidades escolares administradas pelos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Até lá também serão inauguradas 200 Escolas Técnicas Federais, das quais 80 estão em construção e serão inauguradas até o começo do ano que vem, 2012.

Em síntese, o Pronatec é um programa que implica em um conjunto de ações visando ao atendimento do jovem, de um lado, e do trabalhador, de outro. Por isso, repito, a questão da qualificação profissional é de extrema importância e é quesito principal na criação desse programa.

Fica, portanto, público catarinense, esse registro pela relevância, pela importância e pelo alcance que possui. Vamos aguardar agora que o projeto de lei seja votado o mais rapidamente possível no Congresso Federal, para que os nossos jovens, os nossos trabalhadores possam ter acesso a esse programa que realmente vai qualificar a nossa mão de obra.

No último dia 26, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, na cidade de Blumenau, através do seu reitor, o professor Carlos Adalberto Koller, apresentou para toda a comunidade a sede do *campus* que irá abrigar os alunos que iniciarão o primeiro curso em agosto deste ano.

Localizado às margens da BR-470, na antiga empresa Bernauer, no bairro Badenfurt, o imóvel foi adquirido com o empenho da nossa ex-senadora Idelli Salvatti, hoje ministra da Pesca, e também dos deputados federais Cláudio Vignatti, Décio Lima e Jorge Boeira, com recursos federais da ordem de R\$ 7,9 milhões.

Mas o que realmente importa, sras. deputadas e srs. deputados, é a oportunidade que se está abrindo em Blumenau a centenas de alunas e alunos de poderem ter acesso ao ensino técnico de qualidade e gratuito. O primeiro curso a ser instalado dentro de alguns meses no Instituto Federal, em Blumenau, é o de técnico em informática. Mas a partir do ano que vem, serão implantados os bacharelados em Engenharia Mecânica e Ciências da Computação. Além disso, também estão previstos cursos técnicos para o próximo ano, como o de Gestão Ambiental e Saúde.

O foco principal dos cursos, sr. presidente, está nas áreas tecnológicas. O instituto chega para suprir a falta de mão de obra qualificada, como frisei anteriormente. Há inúmeras vagas de empregos, mas está faltando qualificação profissional. Blumenau, por exemplo, sofre com um déficit de cerca de 300 profissionais somente na área de

tecnologia da informação. Mas agora, com essa nova realidade, com a abertura dessa escola técnica às margens da BR-470, certamente teremos uma demanda suprimida e com muita qualidade, como tem ocorrido com todos os cursos técnicos do ensino profissionalizante.

Tudo isso resume o empenho e o compromisso do ex-presidente Lula com o ensino técnico, agora sob o comando da nossa presidente Dilma Rousseff. Porque somente no governo federal é que foram retomados investimentos no ensino técnico, tendo o ex-presidente quase duplicado o número de escolas técnicas em nosso país.

Até 2002, o Brasil possuía 114 instituições, terminando o ano de 2010 com 214 novas escolas técnicas. E a nossa presidente Dilma Rousseff também tem interesse que até 2014 sejam construídas mais 200 novas escolas técnicas no país.

É o Brasil que está investindo e apostando na educação pública de qualidade. Esse é o caminho! É desta forma que iremos fazer as transformações necessárias, ou seja, qualificando o jovem, o trabalhador para o pleno emprego."

Era o que tínhamos a relatar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Solicito à deputada Ana Paula Lima que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense, não poderia deixar de externar, neste Parlamento, a grande reunião promovida pelo governador hoje pela manhã, ocasião em que Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira apresentaram aos servidores públicos do estado de Santa Catarina os seus projetos, principalmente o projeto de colocar as pessoas em primeiro lugar.

Há muito tempo que não vemos um governo preocupando-se com as pessoas, apresentando, através de quatro, cinco vídeos, exemplos de humanidade; exemplos de catarinenses que passaram por situações difíceis na vida, dando prioridade àquela pessoa mais humilde, àquela pessoa pobre, àquela pessoa que não tem condições de sobrevivência, mas que tem o que outras não têm, que é solidariedade, humanidade.

Entendo que a palestra de hoje serviu para que todos tenhamos uma noção mais ampla do que acontece com as pessoas, do que acontece com os seres humanos. Temos que dar prioridade, sim, às pessoas!

Srs. deputados, ainda ontem, em viagem realizada à cidade de São Bento do Sul, estivemos presentes a uma solenidade dos bombeiros militares daquela cidade, juntamente com o deputado Silvío Dreveck. Estivemos reunidos com o prefeito Magno Bollmann, com os vereadores, com membros da comunidade, com o comandante dos bombeiros do estado de Santa Catarina, José Luiz Masnik, e com o comandante dos bombeiros de Canoinhas.

Em São Bento do Sul, o tenente Ananias, comandante da corporação, homenageou-nos. Esteve presente nessa

homenagem o ex-prefeito Fernando Mallon, que representou outros ex-prefeitos.

Srs. deputados, na ida àquela município tivemos a oportunidade de nos manifestar a respeito do secretário da Segurança Pública, dr. César Grubba, que vem realizando o seu trabalho com muita competência, e da secretária Ada De Luca, que comparecerá a uma audiência pública no mês que vem, ocasião em que discutiremos a instalação da unidade prisional de São Bento do Sul, que foi reivindicada pela Associação Comercial, pela comunidade, pelo prefeito, pelos vereadores e pelos líderes da cidade.

Temos certeza de que o governo do estado não se furtará à realização dessa obra e estarão presentes a audiência pública os deputados que representam a região: Darci de Matos, Silvío Dreveck, Antônio Aguiar e outros, juntamente com a secretária Ada De Luca e o secretário de Desenvolvimento Regional, Wellington Bieleki, para discutir essa importante obra que vai fazer com que São Bento do Sul, Campo Alegre e Rio Negrinho tenham uma unidade prisional, para que os delinquentes, os bandidos sejam realmente presos.

Há um exemplo importante na cidade de Joinville, onde, de cada dez presos, nove retornam recuperados à sociedade, enquanto a média nacional é de dez para um apenas. Portanto, temos que tornar eficaz a unidade prisional, temos que descobrir quais as organizações que se infiltram nas prisões e eliminá-las, fazendo com que esse dinheiro que gastamos em segurança pública seja utilizado em desenvolvimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, gostaria de dizer, a título de informação, que entramos hoje nesta Casa com o PL n. 0135/2011, que trata da devolução dos recursos aos municípios que perderam com o incentivo às importações, de 2007 até agora.

Então, quero fazer o registro de que vários prefeitos estão nessa caminhada e destacar o prefeito de Laguna, Célio Antônio, que tem sido um dos grandes articuladores desse projeto.

O segundo informe que desejo fazer é que o prefeito Nelson Foz da Silva, juntamente com toda a administração de São Miguel d'Oeste, esteve, no último sábado, inaugurando uma ponte denominada Ponte da Dignidade, deputado Sargento Amauri Soares! Por quê? Porque durante 47 anos duas famílias estavam do outro lado do rio e não tinham acesso ao município, mas com pouco investimento, não chegou a R\$ 10 mil, o prefeito conseguiu construir a ponte, assegurando àquelas famílias o direito de ir e vir, garantido pela própria Constituição.

Eram esses os registros que gostaria de fazer, sra. presidente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, amanhã, dia 5 de maio, a Polícia Militar estará completando 176 anos. A solenidade será realizada pela manhã, de forma que não poderemos estar na sessão, já que estaremos na formatura militar no centro de ensino da Polícia Militar.

Serão realizadas diversas promoções a oficial. E quero registrar que o sargento Edelson Rodrigues, desta Casa, será promovido a subtenente; a segundo-sargento Silvana Paes será promovida a primeiro-sargento e o soldado Matos será promovido a cabo.

Além disso, o sargento Fortuna, que era um dos excluídos da Polícia Militar, retornou por decisão judicial, e será promovido a

primeiro-sargento amanhã, numa promoção que já está dois anos atrasada. No processo daquela época ele foi um dos excluídos da Polícia Militar e ainda há vários outros. O sargento Fortuna foi excluído, mas por decisão judicial já definitiva regressou à Polícia Militar, está cumprindo suas funções de policial militar, fazendo a segurança da sociedade catarinense e amanhã será promovido a segundo-sargento.

Então, quero parabenizar todos os que serão promovidos e todos os policiais militares, pelos 176 anos da instituição.

Muito obrigado, sra. deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ficam também os nossos parabéns a todos os policiais militares pelo

excelente trabalho que vêm fazendo no estado de Santa Catarina e também pelos 176 anos da corporação.

Srs. deputados e sras. deputadas, não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em comemoração aos 25 anos do *Diário Catarinense*.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 006ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À PASSAGEM DOS 25 ANOS DO JORNAL DIÁRIO CATARINENSE

SUMÁRIO

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca o caráter inovador, em termos de conceitos e tecnologia, do jornal *Diário Catarinense*.

EDUARDO MAGNUS SMITH - Traça um histórico do *DC*, desde a sua fundação até os dias de hoje, passando pelas campanhas institucionais e inovações tecnológicas.

JAIME SIROTSKY - Agradece à Alesc e lembra as centenas de jornalistas que fazem o jornal chegar à maioria dos municípios catarinenses e mantêm o compromisso de empregar mão-de-obra local, formada no estado e aprimorada em cursos oferecidos pela empresa.

DEPUTADO GELSON MERISIO - Destaca a importância do *DC*, pela sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os srs. deputados Edison Andrino e Sílvio Dreveck para conduzirem à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la:

Senhor Marcelo Mello Rego, diretor de Divulgação, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador Raimundo Colombo;

(Palmas)

Senhor Jaime Sirotsky, presidente emérito do Grupo RBS e membro do Conselho Administrativo da empresa;

(Palmas)

Senhor Pedro Sirotsky, membro do Conselho de Administração do Grupo RBS;

Senhor Eduardo Magnus Smith, vice-presidente do Grupo RBS em Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Sérgio Sirotsky, conselheiro do Grupo RBS;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor João Henrique Blasi, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor ex-deputado Julio Garcia, conselheiro do Tribunal de Contas

de Santa Catarina, neste ato representando o TCE.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora e aprovada por unanimidade pelos 40 deputados, para homenagear o *Diário Catarinense* pelo transcurso dos seus 25 anos.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Registro, neste momento, a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor deputado Moacir Sopelsa, primeiro-vice-presidente;

Excelentíssimo deputado Nilson Gonçalves, segundo-vice-presidente;

Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima, primeiro-secretário;

Excelentíssimo senhor deputado Antônio Aguiar, terceiro-secretário;

Excelentíssima senhora deputada Ana Paula Lima, quarta-secretária;

Excelentíssimo senhor deputado Elizeu Mattos, líder do governo nesta Casa;

Excelentíssimos senhores deputados Marcos Vieira, Edison Andrino, Dirceu Dresch, Sílvio Dreveck, Dóia Guglielmi, José Milton Scheffer, Dado Cherem e Maurício Eskudlark;

Excelentíssima secretária de Justiça e Cidadania, deputada Ada De Luca;

Excelentíssimo senhor Cláudio Sartori, prefeito de Presidente Castelo Branco;

Senhor Mário Neves, diretor-geral de Mercado do Grupo RBS;

Senhor Paulo Benjamin Fragoço Gallotti, diretor Institucional e Jurídico do Grupo RBS;

Senhor Cleiton Celistre, diretor da RBS TV/SC;

Senhor Moacir Pereira, jornalista do Grupo RBS;

Senhor Cláudio Mylla, gerente comercial do *Diário Catarinense*;

Senhor Anibal Nunes, representante comercial do jornal *Diário Catarinense*;

Senhora Kelly Folster, coordenadora comercial e gráfica do jornal *Diário Catarinense*.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo institucional do *Diário Catarinense*.

(Pausa)

Normalmente o sistema tecnológico falha quando não deveria falhar. Após ser solucionado o problema, haverá a apresentação do vídeo.

Convido para fazer uso da palavra, em nome das bancadas desta Casa, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa, que sempre com muita sensibilidade assume posturas importantes, como num momento desses, ao produzir essa sessão especial em homenagem aos 25 anos do *Diário Catarinense*.

Saúdo também o ex-deputado Marcelo Mello Rego, diretor de Divulgação, neste ato representado o excelentíssimo governador Raimundo Colombo; o sr. Jaime Sirotsky, presidente emérito do Grupo RBS e membro do Conselho Administrativo; o sr. Pedro Sirotsky, membro do Conselho de Administração do Grupo RBS; o sr. Eduardo Schmidt, vice-presidente do Grupo RBS em Santa Catarina; e o sr. Sérgio Sirotsky, conselheiro do Grupo RBS.

Minha saudação ainda ao amigo e ex-deputado Julio Garcia, hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

O deputado Gelson Merisio citou há pouco que houve um problema de ordem técnica e que logo será corrigido e temos que ter em mente que o *Diário Catarinense* foi o primeiro jornal informatizado do país, estando à frente no conceito de tecnologia da inovação dos meios de comunicação. Não é à toa que se tornou, em 25 anos, líder no estado de Santa Catarina. Isso tem mérito e é consequência da postura empreendedora, da visão de futuro e, principalmente, da responsabilidade como órgão de comunicação, sempre comprometido com a informação correta, com a realidade do

estado e do país e em relação aos seus leitores.

Por isso, neste momento, em nome do PT e das bancadas com assento nesta Casa, parabênzimo o Grupo RBS e o *Diário Catarinense*, que estiveram e sempre estarão à frente de grandes campanhas e de grandes trabalhos de ordem social, a exemplo do trabalho em relação à duplicação da BR-101 e em relação ao combate ao uso de crack.

Portanto, em nome dos deputados desta Casa, queremos parabenizar o *Diário Catarinense* por sua postura e por sua ação empreendedora e precursora nos meios de comunicação.

Perguntaram a José Alencar, em determinado momento, se ele tinha medo da morte e ele respondeu que tinha medo da desonra, porque um homem sem honra era um homem morto em vida. Quero parabenizar o *Diário Catarinense* pela sua história de honradez na construção da comunicação no estado catarinense, pelas informações lícitas, corretas e comprometidas com a democracia deste país.

Deus os abençoe e espero estar aqui na comemoração dos 50 anos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agora, sim, vamos assistir ao vídeo institucional do *Diário Catarinense*.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra o sr. Eduardo Smith, vice-presidente do Grupo RBS em Santa Catarina.

O SR. EDUARDO MAGNUS SMITH - Boa-noite a todos! Inicialmente, quero saudar o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, e em seu nome cumprimento os demais membros da mesa, os deputados e as demais pessoas presentes a esta sessão especial.

Quero fazer menção aos diversos companheiros do Grupo RBS e do jornal *Diário Catarinense*, que estão acompanhando esta sessão. Especialmente, gostaria de registrar, com muita alegria, a presença de Jaime Sirotsky, de Pedro Sirotsky e de Sérgio Sirotsky que, além de acionistas e conselheiros do Grupo RBS, são pessoas que deixaram, durante a sua trajetória na empresa, uma marca muito importante no desenvolvimento do *Diário Catarinense*, nesses 25 anos de história.

(Passa a ler.)

"É com muita honra e alegria que celebramos os 25 anos do jornal *Diário Catarinense* recebendo esta homenagem de uma Casa tão importante que representa todos os catarinenses.

Hoje, o *Diário Catarinense* chega a praticamente todo o estado. Ao longo desses 25 anos o jornal se desenvolveu e chega a 262 municípios. São cerca de 600 mil leitores que têm contato frequente com o jornal. Além da edição impressa, com o *diário.com*, temos cerca de três milhões de visitas mensais e mais de nove milhões de páginas vistas todo mês. Então, usamos tanto o meio impresso, como outras plataformas para levar novidades, opinião e informação para o público catarinense.

Nesse aniversário o *Diário Catarinense* completa um grande marco na sua história.

No dia 5 de maio de 1986, quando foi lançado o primeiro exemplar do *Diário Catarinense*, tínhamos o objetivo de tornar o jornal um canal de expressão dos anseios e reivindicações de toda a comunidade catarinense, documentando o seu cotidiano e levando informação a todos os públicos.

Hoje, não só comemoramos a conquista desse objetivo como também celebramos o papel do *Diário Catarinense* em relevantes causas sociais, como o nosso deputado Jailson Lima já mencionou, por meios de importantes campanhas institucionais, como a duplicação da BR-101 e pelo combate às drogas, na campanha *Crack, Nem Pensar*.

Foi conferido ao *Diário Catarinense* mais do que a missão de informar, um instrumento de utilidade pública para o estado de Santa Catarina. Por isso, companheiros que trabalham no *Diário Catarinense*, temos orgulho de representar esse jornal que, com seu desenvolvimento da sociedade catarinense.

A inovação é uma marca presente desde o lançamento do *Diário Catarinense*, como já foi mencionado, desde o seu início, pois foi o primeiro jornal informatizado do Brasil. Também foi o primeiro jornal com a redação *on-line*, o *diário.com*. Nesse mundo de transformação, na indústria de comunicação a inovação não para por aí. Todos os anos o *Diário Catarinense* repensa seu produto, o seu desenho gráfico, os seus cadernos.

Neste ano, na comemoração dos 25 anos, não vai ser diferente. Estamos lançando diversos produtos, novos cadernos e estendendo o jornal para novas plataformas, como *iPad*, que é a plataforma mais badalada do momento.

Hoje cerca de 700 profissionais fazem esse jornal no dia a dia. Desses profissionais temos a felicidade de ter um grupo de pessoas que estão trabalhando desde o início da história do *Diário Catarinense*, o que nos orgulha muito. A todos esses profissionais, muito obrigado! São repórteres, fotógrafos, editores, diagramadores, enfim, diversos profissionais ligados à área de redação que formam o coração do jornal. Mas não é apenas da redação que é feito o jornal, ele é composto por companheiros na área comercial, na área do *call center*, na área de distribuição e na área de impressão. Enfim, são 700 companheiros que trabalham diariamente para levar um produto de alta qualidade a todo o estado de Santa Catarina.

Então, nesse momento de comemoração não somente celebramos as conquistas dos 25 anos que estamos completando, como também gostaria de reafirmar o nosso compromisso de continuidade, de luta pelas causas importantes do estado de Santa Catarina."

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para discorrer sobre o homenageado.

Em 5 de maio de 1986 o primeiro exemplar do *Diário Catarinense* chegava às bancas. O jornal foi o último sonho em vida do fundador do Grupo RBS, Maurício Sirotsky Sobrinho. Com a posição de líder no mercado, o *DC* é lido por mais de 800 mil pessoas em 262 cidades do estado. Participou de importantes campanhas institucionais, como a duplicação da BR-101/sul e Crack, *Nem Pensar*. Levantou

bandeiras que influenciaram o rumo de nossa história, tornando o jornal um instrumento de utilidade pública. Foi o primeiro jornal informatizado do Brasil, reafirmando o papel social e o compromisso com os leitores.

Neste momento, o Poder Legislativo de Santa Catarina presta uma homenagem ao *Diário Catarinense* pelo transcurso dos seus 25 anos.

Convido o sr. presidente, deputado Gelson Merisio, acompanhado dos srs. deputados Antônio Aguiar, Silvio Dreveck, Nilson Gonçalves, Moacir Sopelsa, Elizeu Mattos, Jailson Lima, Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, Valmir Comin, José Milton Scheffer, Dóia Guglielmi, Maurício Eskudlark, Marcos Vieira, Edison Andriano, Dado Cherem, Mauro de Nadal e Ada De Luca para fazerem a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, aos srs. Jaime Sirotsky, Pedro Sirotsky, Sérgio Sirotsky e Eduardo Smith, neste ato representando o *Diário Catarinense*.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o coral da Assembleia Legislativa homenageia todos os presentes com a música *Terra das Aroeiras*, de Nelson Russi Wagner e arranjo de Moacir Portes, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva, acompanhado no teclado por André da Silveira Almeida.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Registramos a presença prezado amigo Renato Hendges, presidente da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina.

Fará uso da palavra agora o sr. Jaime Sirotsky, representando o Grupo RBS.

O SR. JAIME SIROTSKY - Sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e em seu nome saúdo os demais srs. deputados, representantes do povo nesta Casa.

Não posso deixar de agradecer, inicialmente, ao deputado Jailson Lima que, falando em nome dos seus colegas, fez referências elogiosas a um veículo de comunicação que muito amamos e que nos orgulha.

Obviamente, não posso deixar de registrar a presença dos meus companheiros, dos meus colegas de RBS, que aqui estão: Eduardo Smith, nosso vice-presidente em Santa Catarina; Walter Bier, diretor de Operações; Eduardo Gerchman, diretor de Marketing; Mário Neves, diretor de Mercado; e Paulo Galloti, diretor Institucional.

Entre os jornalistas vou destacar a presença do nosso Claiton Selistr, em especial; de Nilson Vargas, editor-chefe do *Diário Catarinense*, e de Moacir Pereira, tão conhecido desta Casa, às vezes pelo lado bom, às vezes pelo lado mau.

Mas também não posso deixar de fazer uma menção carinhosa aos meus queridos familiares, hoje catarinenses: Pedro Sirotsky, Sérgio Sirotsky, com meus netos e sobrinhos-netos, que dão uma demonstração da dificuldade que temos na RBS em designar companheiros para virem para Santa Catarina. Pedimos para que venham para cá e eles não querem voltar! Ficam por aqui, fazem aqui suas famílias, constituem as suas vidas nesta cidade e neste estado, que é tão encantador.

Temos que ter muito cuidado, e a expectativa é de que se consiga mantê-los vindo, mas que alguns deles sigam voltando.

Hoje, também na figura do Nilson e do Moacir, desejo homenagear centenas de jornalistas que fazem os nossos jornais, as nossas emissoras de televisão e rádio em Santa Catarina e que, como disse o Eduardo, somam 700 companheiros no jornal e 1.650 funcionários ao todo na RBS, que começaram em 1979, quando aqui implantamos a RBS TV com a colaboração de apenas 100 pessoas.

Vejam o que significou essa multiplicação, o que significou o nosso comprometimento com o estado, transformando-nos num empregador de razoável porte em Santa Catarina. A grande maioria dos nossos companheiros são profissionais catarinenses, formados aqui e polidos por cursos oferecidos internamente pela RBS ou através de outros convênios que temos com faculdades e até no exterior.

Uma coincidência que não quero deixar de registrar é o fato de que hoje, dia em que comemoramos 25 anos do *Diário Catarinense*, é também um dia muito próximo ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, comemorado ontem. Portanto, dia 3 de maio é o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que nasceu numa conferência, numa cidade africana chamada Windhoek, que tive o prazer e a honra de conhecer. Esse dia deve ser reverenciado, mas, infelizmente, o mapa-múndi da liberdade de imprensa ainda está cheio de pontos pretos, são as sociedades que não têm, como tem a nossa afortunadamente, a satisfação e a recompensa de viver um ambiente de democracia e de liberdade.

Gostaria também de dizer aos senhores que o presidente da nossa empresa, Nelson Sirotsky, e o vice-presidente-executivo, Eduardo Sirotsky Melzer, somente não estão aqui hoje pela total impossibilidade, pois passaram o dia em São Paulo com atividades que são inerentes à nossa empresa, entre as quais destaco como extremamente importante a apresentação de um novo panorama da RBS, toda uma rediscussão dos nossos valores que foram atualizados e que estão conjugados hoje dentro de um mote que fala do nosso jeito de ser e o do nosso jeito de fazer. Além das culturas e valores da RBS que estão sendo apresentados a todos os 6.700 companheiros da RBS, entre os quais os 400 nossos que foram alcançados pelo Duda e pelo Nelson Sirotsky hoje, em São Paulo, está sendo apresentado o projeto estratégico da RBS, que mostra a nossa janela para o futuro, de um lado os valores e a cultura reverenciando aquilo que temos de forte no passado; de outro, a nossa decisão estratégica, mostrando o que queremos ser nos próximos cinco anos, segundo o planejamento da nossa equipe, não apenas de uma pessoa ou de uma imposição, mas de uma grande equipe de companheiros nossos e da RBS.

Então, diria que este é um momento especial, sobretudo para mim, um homem de imprensa que passou grande de sua vida lutando pela liberdade de expressão. Afinal, estamos numa Casa que simboliza a democracia por abrigar exatamente o poder mais identificado com o cidadão. O Parlamento, por definição, é a própria voz do povo e os representantes do povo que aqui estão reunidos, para nosso prazer, para homenagear o aniversário de um jornal que continua sendo o símbolo da imprensa, por mais que a comunicação tenha-se diversificado em mil plataformas diferentes.

Há, portanto, nesta homenagem uma conjugação de visões, pois todos os que estão aqui amam e respeitam a liberdade. E recorro ao poeta inglês William Blake para melhor expressar essa filosofia do meu ofício. "Quando a imprensa não fala, o povo é que não fala. Não se cala a imprensa. Cala-se o povo."

Nós, da imprensa, e vocês, do Parlamento, temos muito em comum. Ao contrário do que muita gente pensa, não nos compete falar em nome do povo. Compete-nos, isto sim, oferecer ao povo espaços e instrumentos para que ele fale através de nós. A liberdade de imprensa, meus queridos amigos, não deve ser vista como valor supremo, mas como uma condição para que possamos servir melhor ao público.

Os avanços tecnológicos referidos pelo deputado Jailson Lima estão mudando paradigmas, especialmente na atividade de comunicação. Deram poderes aos indivíduos. Possibilitaram a qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, fazer-se ouvida. Permitem a comunicação instantânea e a disseminação de qualquer tipo de informação ou opinião. Para o bem e para o mal.

Apenas por curiosidade. Há dois dias a primeira informação sobre o ataque à fortaleza de Bin Laden foi dada por um "twittero", que não sabia o que se estava passando, mas ouviu o barulho dos helicópteros, foi para o telefone e deu lá um *twitter* e aquilo se disseminou pelo mundo. O poder da informação transferido para a mão dos indivíduos.

Vamos ao lado bom: diminuí o espaço para a censura e para o controle da informação. Basta observar o que está ocorrendo atualmente no mundo árabe, onde ditadores e tiranos têm sido destronados por revoltas populares movidas à comunicação. A informação está livrando povos de séculos de opressão.

O lado ruim: nem sempre as novas ferramentas são usadas com responsabilidade e no sentido de promover o bem comum. O anonimato e as facilidades do mundo *on-line* também fazem emergir o pior do ser humano. Mas esse é também um dos preços da liberdade. O que precisamos entender é que as pessoas conquistaram um protagonismo inédito na história da humanidade e cada um se expressa como pode, como sabe ou de acordo com a sua formação e o seu caráter.

Há poucas semanas, em San Diego, na Califórnia, numa apresentação que preparei para a assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa, procurei sintetizar assim a minha visão das transformações pelas quais a imprensa está passando.

"As pessoas querem ser protagonistas.

Portanto, não há mais futuro para o jornalismo que não contemple essa possibilidade, que não abra espaços para o público, que continue arrogantemente achando que suas verdades, suas opiniões e apenas as visões de seus editores devam prevalecer sempre.

As pessoas querem transparência.

Portanto, perderá credibilidade o veículo de informação que não informar claramente sua visão de mundo, suas preferências políticas e seus interesses na sociedade, de forma visível e permanente.

As pessoas querem diversidade.

Portanto, o exercício do pluralismo tem que ser constante e amplo, não apenas

com visões antagônicas, com ponto e contraponto, mas também com a multiplicidade de ideias e interesses que o próprio público haverá de selecionar.

E, finalmente, as pessoas querem sentido.

O jornalismo precisa fazer sentido para os cidadãos, precisa ser útil, precisa ajudá-los a fazer escolhas, tem que ter o sentido do bem público, da justiça social e da promoção do desenvolvimento."

O *Diário Catarinense* é um produto desse pensamento que cultuamos na RBS. Ao longo desses 54 anos fomos aprimorando esse conceito de responsabilidade que temos como operadores de meio de comunicação. Todo o ferramental interno e de relação com as comunidades às quais servimos foi sendo desenvolvido por sua identificação com os catarinenses, por seu compromisso com os princípios da democracia, por sua obsessão pela verdade, pela ética e pela qualidade. Assim, o *Diário Catarinense* conquistou um lugar de honra no coração do povo deste estado. Como registra o nosso editorial de hoje do *DC* e como disse o Eduardo, o nosso jornal é lido todos os dias por mais centenas e milhares de pessoas em todo o estado.

A edição *on-line* é uma coisa nova. Há poucos anos quem falava em *on-line*? O jornalismo *on-line* recebe três milhões de visitas mensais e registra mais de nove milhões de páginas acessadas. O que isso significa? Significa que estamos comprometidos também com o futuro. Estamos de portas abertas, de mentes abertas para entender como serão essas novas plataformas pelas quais as notícias serão coletadas, editadas e distribuídas.

Em breve teremos o conteúdo do *Diário Catarinense* no *iPad*, uma dessas plataformas novas, tão nova que se falássemos em *iPad* há um ano, perguntariam que bicho é esse. Mas hoje o *iPad* é uma plataforma com 45 milhões de unidades, num curto espaço de tempo, mostrando o quanto essas novas tecnologias podem disseminar-se através de um mundo sem fronteiras.

Minhas senhoras e meus senhores, estimados deputados, presidente Gelson Merisio, encerro agradecendo-lhes pela homenagem e pela atenção. E quero concluir com um pensamento que me parece apropriado para este momento especial: a liberdade que nós tanto prezamos não pode ser separada da sua irmã siamesa, chamada responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Prezados senhores que junto comigo compõem a mesa, em especial o amigo que tem uma história dentro da imprensa mundial, não é nem catarinense, tampouco brasileira, Jaime Sirotsky, prezados amigos Pedro e Sérgio Sirotsky, nosso colorado Eduardo Smith, é uma alegria para a Assembleia Legislativa, em nome dos seus 40 deputados estaduais, homenagear o *Diário Catarinense*.

Quando se fala em 40 deputados estaduais, devemos sempre ter em mente que cada um deles representa 40 mil, 50 mil, 60 mil pessoas de toda Santa Catarina. Por isso, a homenagem que prestamos hoje, não é apenas do Poder Legislativo, é uma homenagem do povo de Santa Catarina ao veículo que, com senso crítico e com espírito público, faz do nosso um estado

diferenciado; ao veículo que contribui de forma significativa para que dos debates dos grandes temas nasçam ideias que solucionem os problemas que entravam o desenvolvimento deste estado que já é pujante, que contribui com o Brasil com bons exemplos, com uma visão crítica do cotidiano nacional, mas que deseja mais.

Assim como o *Diário Catarinense* esmera-se diuturnamente na qualificação dos seus colaboradores, na aquisição de equipamentos modernos, a nossa sociedade também se esforça, trabalha e imprime muito vigor para que possamos sempre fazer do nosso estado um estado diferenciado no contexto do Brasil.

Tenho muito orgulho de receber nossos vizinhos gaúchos, pois temos uma

cultura muito próxima. Especialmente nós, que somos do oeste, temos muito orgulho em recebê-los e podermos comemorar o nosso Sul e a nossa Santa Catarina como terras diferenciadas, em função do trabalho da imprensa catarinense, com destaque para o Grupo RBS e para o *Diário Catarinense*.

Quero agradecer a todos pela presença, pois sei da dificuldade do Jaime, do Pedro e do Sérgio Sirotsky de estarem aqui conosco, mas foi uma alegria para o Parlamento catarinense ter a sua presença para juntos comemorarmos uma data tão importante: os 25 anos do *Diário Catarinense*!

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu compareci-

mento, convidando-os para coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento, convido todos para, de pé, acompanharmos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições CONSTITUI Fórum Parlamentar, integrado pelos Senhores Deputados Luciane Carminatti, Mauro de Nadal, Reno Caramori, Maurício Eskudlark, Dado Cherem, Darci de Matos, Sargento Amauri Soares,

Narcizo Parisotto, Angela Albino e Altair Guidi, objetivando acompanhar o estado de conservação, a sinalização, os pedágios, os postos de fiscalização e policiamento, os postos de pesagem veicular, e os programas de obras das rodovias estaduais e federais em Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 05 de maio de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2011

OBJETO: Locação de copiadora/impressora digital colorida (4 cores).

DATA: 16/05/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 16 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 04 de maio de 2011.

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1968/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 008/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E INSUMOS, EXCETO CILINDROS, TONERS, GRAMPOS

E PAPÉIS, PARA EXECUTAR MANUTENÇÃO EM 04 (QUATRO) IMPRESSORAS KONICA, MODELO 7022; 01 (UMA) IMPRESSORA KONICA, MODELO 7145; 01 (UMA) IMPRESSORA KONICA, MODELO 7255 E 01 (UMA) IMPRESSORA RISO, MODELO RP 3700.

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.

Valor total anual último lance: R\$ 57.230,16

Florianópolis, 05 de maio de 2011

BERNADETE ALBANI LEIRIA

PREGOEIRA

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 8ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 03 DE MAIO DE 2011.

Às nove horas do dia quatro de maio do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Elizeu Mattos, Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, Joares Ponticelli, Volnei Morastoni, Luiz Eduardo Cherem, José Nei Alberton Ascari, Joares Ponticelli, ausente o Deputado Dirceu Dresch, que apresentou justificativa através do Ofício nº 71/2011. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 7ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Maurício Eskudlark** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0016.4/2008 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado Luiz Eduardo**

Cherem relatou o Projeto de Lei nº 0112.8/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado José Nel Ascari** relatou o Projeto de Resolução de nº 003.4/2011 exarou parecer favorável, o Relator acata a diligência à Mesa referente ao voto vista do Deputado Dirceu Dresch, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei nº 0020.5/2011 exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; o Projeto de Lei nº 0108.1/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0071.5/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Joares Ponticelli** relatou o Projeto de Resolução de nº 003.4/2008, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. **O Deputado Volnei Morastoni** relatou o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0005.3/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de lei de nº 0082.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei de nº 0120.8/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0121.9/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Enunciado de nº 001/2011 de procedência da Comissão de Constituição e Justiça, com a ementa "Projeto de Lei de autoria do Deputado, autorizando o Poder Executivo a tomar providência de sua competência exclusiva, sendo inconstitucional, devendo ser transformado em Indicação". O Presidente colocou em discussão e votação o referido Enunciado que foi aprovado por maioria, voto contrário do Deputado Volnei Morastoni. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Roberio de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2011.

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia quatro de maio de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Darci de Matos**, substituindo o Deputado Gilmar Knaesel, que se encontra em atividades parlamentares na região Oeste de Santa Catarina, reuniram-se os Deputados Membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Luciane Carminatti, Amauri Soares e Neodi Saretta. Aberto os trabalhos, o Deputado Darci de Matos colocou em discussão a Ata da 8ª reunião ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Presidente passou a palavra aos Deputados Membros presentes, solicitando que os mesmos relatassem seus Projetos. Tendo em vista que os Deputados Membros não possuíam nenhum Projeto a relatar, o Deputado Presidente Darci de Matos prosseguiu com a reunião, informando que no dia três de maio realizou pronunciamento no Plenário sobre o Enunciado nº 001/2011 da Comissão de Constituição e Justiça. Em seqüência ao seu relato, o Deputado Presidente informou que o Deputado Dirceu Dresch está elaborando um requerimento para a discussão deste assunto, por ser de suma importância para todos os Deputados. O **Deputado Amauri Soares**, solicitou a palavra e informou, que sua posição como membro da Comissão de Constituição e Justiça é contrária ao referido Enunciado, informou também que na reunião da apresentação da proposta, sua posição foi que o assunto fosse debatido em Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, quatro maio de dois mil e onze.

Deputado DARCI DE MATOS

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

em Exercício

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 131/11

ABADA - Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos

Blumenau, 04 de abril de 2011.

À Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina - ALESC
A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual.

A entidade Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.371.803/0001-02, com sede na Rua Max Hering nº 123, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau, CEP 89012-510, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente - **JOSÉ SILVIO PERES**, brasileiro, divorciado, garçom, CPF nº 803.058.819-49, RG 2.617863 SSP SC, residente à Rua Carlos Sthiller nº 702, CEP 89025-190, Bairro Glória Blumenau/SC, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, de 19/01/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2011, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

JOSÉ SILVIO PERES

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 132/11

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Santo Amaro da Imperatriz

Of. nº 055/11 Santo Amaro da Imperatriz, 27 de abril de 2011.

Ilmo Sr.

Presidente da Assembleia Legislativa

Deputado GELSON MERISIO

Florianópolis - Santa Catarina

Sr. Deputado,

A APAE de Santo Amaro da Imperatriz, vem através deste encaminhar para devidas apreciações Prestação de Contas da Utilidade Pública referente ao ano de 2010, para a manutenção do título de **Utilidade Pública Estadual**.

Conforme legislação vigente, lei 14182 art. 2º e 3º, segue em anexo todas as documentações necessárias.

Atenciosamente.

Maria Aparecida Coelho Silva

Presidente

Helena Maria Broering Martins

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 133/11

ESCOLA ESPECIAL PROFª SALETE PEROZIN TREMEA
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Ofício nº 009/11 Ipumirim/SC, 27 de abril de 2011.
 Excelentíssimo Senhor.

GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina
 Florianópolis/SC
 Senhor Presidente,

Na qualidade de representante legal da instituição abaixo qualificada, venho respeitosamente encaminhar o relatório circunstanciado de atividades do ano de 2010, em atenção a lei nº 15.125 de 19/01/10, objetivando: **a Manutenção do título de Utilidade Pública Estadual (Prestação de Contas Anual) da APAE de Ipumirim/SC.**

Atenciosamente.

Gilmar Biffi

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 134/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Of. nº 014/2010 Balneário Piçarras, 20 de abril de 2011

EXMO SR. DEPUTADO GELSON MERISIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assunto: Prestação de contas 2010

Prezado Senhor,

Conforme disposto na LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010 e, visando à manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, através do presente, estamos encaminhando anexa, cópia do relatório das atividades desenvolvidas no exercício de 2010, pela **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**, bem como cópia do relatório contábil, também do mesmo exercício, e demais documentos solicitados no art. 3º da referida Lei.

Atenciosamente,

Eliane K. Costim

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 135/11

ASSOCIAÇÃO PASSOS DE INTEGRAÇÃO DE ITAJAÍ

OF./0135.0/2011

Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Passoa da Integração, referente ao exercício de 2010.

Racieli Gonçalves Junior

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 136/11

REDE REGIONAL DE COMBATE AO CÂNCER DE CANOINHAS
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DESEMPENHADAS/2010

Ana Rita de Oliveira Dreweck

Presidente

Lourival José Dreweck

Técnico Contábil

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 137/11

INSTITUTO AUXILIADORA

Campos Novos, 25 de abril de 2011.

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O Instituto Auxiliadora, Entidade sem fins lucrativos, sediado à Rua Tancredo Neves, 351, em Campos Novos, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 83.157.826/0001-96, neste ato representado por sua Presidente, Maria Floriani, declara que permanece cumprindo os requisitos exigidos para concessão da declaração de utilidade pública.

Outrossim, vem apresentar o Relatório de Atividades do ano 2010.

Atenciosamente,

Maria Floriani - Presidente

CPF 263.313.140-91

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 138/2011

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU

Blumenau, 28 de abril de 2011.

Ilmo. Sr.

Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado

de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Na qualidade de presidente no exercício da Presidência da Rede Feminina de Combater ao Câncer de Blumenau, a fim de fazer cumprir a determinação normativa das Leis nº 10.436/97 e 13.663/2005, que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual, apresentamos o Relatório de Atividades da entidade, relativo ao ano de 2010.

Sem mais para o momento, subcrevemo-nos

Cordialmente,

Aglâê Nazário de Oliveira

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/2011

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 139/11

AFISVALE - Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí

Blumenau, 04 de abril de 2011.

À Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina - ALESC

A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual.

A entidade AFISVALE - Associação dos Fissurados do Vale do Itajaí, pessoa jurídica de direito sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 01.675.498/0001-55, com sede na Rua 2 de Setembro, nº 1330 Salas 22/23, no Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, CEP 89052-000, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente **LUIZ CARLOS CENZI REBELLATO**, inscrito no CPF 393.495.000-00, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, de 19/01/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2011, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS CENZI REBELLATO

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 140/11

ACEVALI - Associação dos Cegos do Vale do Itajaí
Blumenau, 04 de abril de 2011.

À Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina - ALESC
A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual.

A entidade ACEVALI - Associação dos Cegos do Vale do Itajaí, pessoa jurídica de direito sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.363.77/0001-26, com sede na Rua Londrina, nº 30, no Bairro Velha, na cidade de Blumenau, CEP 89036-610, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente **ADEMAR SEVERINO HAUSMANN**, brasileiro, divorciado, nascido em 27/08/1947, aposentado, residente e domiciliado na Rua Otto Schuhradt nº 108, Bairro Fortaleza, CEP 89057-240, na cidade de Blumenau/SC, portador da cédula de identidade nº 3R/191.111 e CPF 030.316.599-53, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, de 19/01/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2011, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

- 1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- 4 - balancete contábil

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento

Atenciosamente,

ADEMAR SEVERINO HAUSMANN

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 141/11

EDUCANDÁRIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

CNPJ 82.986.910/0001-50

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2010

Pe. Pedro Schlichting

Reitor

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 142/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Mantenedora do: Centro de Desenvolvimento Humano São Miguel - CDH
Of. Nº 085/2011 São Miguel do Oeste, 26 de abril de 2011.

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis-SC

Prezado(a) Senhor(a)

A Associação de Paie e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Miguel do Oeste, vem por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria cópia do Relatório Circunstanciado, referente ao ano de 2010, para manutenção da Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para momento.

Atenciosamente,

Darcisio A. Klein

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 143/11

DESAFIO JOVEM - CANOINHAS - SC

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2010
Canoinhas, 25 de abril de 2011

João Ricardo Cruz dos Santos

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 144/11

Instituição Espírita Casa da Fraternidade

Araranguá, 18 de Abril de 2011.

À

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Caros Senhores,

Nós, da **Instituição Espírita Casa da Fraternidade, reconhecida de Utilidade Pública Estadual desde 1988, sob o nº 7489/88**, vimos através desta, em cumprimento a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, artigo 3º, que diz respeito à manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, encaminhar nosso Relatório (Exercício 2010) das Atividades Sociais e culturais com matérias em jornais dos trabalhos executados em nossa entidade, o Atestado de Funcionamento atualizado, a Certidão atualizada da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e Balancete Contábil referente ao ano 2010, com objetivo de solicitar a Renovação do Certificado do Título de Utilidade Pública para 2011.

Maiores informações sobre nosso trabalho podem ser obtidas através do site www.projetojuventude.com.br.

Sem mais para o momento aguardamos respostas.

Atenciosamente

Cátia S. G. Hahn

Presidente

Instituição Espírita Casa da Fraternidade

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 145/11

CIA TEATRAL BOCARELA DAS PALAVRADAS

Araranguá, 18 de abril de 2011.

A

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Caros Senhores,

Nós da **CIA TEATRAL BOCARELA DAS PALAVRADAS, reconhecida de Utilidade Pública Estadual, sob o nº 14.684 de 05 de maio de 2009**, vimos através desta, em cumprimento a Lei nº 15.125, de 19 de Janeiro de 2010, artigo 3º, que diz respeito à manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, encaminhar nosso Relatório (Exercício 2010) das Atividades Sociais e culturais com matérias em jornais dos trabalhos executados em nossa entidade, o Atestado de Funcionamento atualizado, a Certidão atualizada da entidade no Cartório de Registro de Pessoa Jurídicas e Balancete Contábil referente ao ano 2010, com o objetivo de solicitar a Renovação do Certificado do Título de Utilidade Pública para 2011.

Maiores informações sobre nosso trabalho podem ser obtidas através do site www.bocarela.com.

Sem mais para o momento aguardamos respostas.

Atenciosamente

Alexssandro Gomes Teixeira

Diretor/Presidente

Cia Teatral Bocarela das Palavras

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 146/11

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes - APAE
Ofício nº 012/2011 Navegantes, 27 de abril de 2011.

EXMO. SR.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos através deste, solicitar a vossa excelência a manutenção Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de navegantes - APAE, na forma da Lei.

Seguem anexos documentos necessários para a renovação:

- Relatório Anual de Atividades;
- Balancete Contábil;
- Ata da Posse Nova Diretoria da Apae - Gestão 2011/2013;
- Declaração
- Atestado de funcionamento atualizado
- Certidão Atualizada de Registro da Entidade no cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar-lhes votos de apreço e consideração.

Atenciosamente

DINAMAR SIMAS SEIDE

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 147/11
SOCIESC - EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA
 Joinville - SC, 27 de abril de 2011 C.E Dir. Geral 035/2011

Ao
PRESIDENTE da
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis - SC

Ref. Utilidade Pública Estadual
Prezados Senhores:

SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 84.684.182/0001-57 vem respeitosamente apresentar o Relatório e balanços relativos às atividades do exercício de 2010 e Declaração face a sua condição de entidade Declarada de utilidade pública estadual através da lei nº 342, de 20 de maio de 1958 alterada pela Lei 14.629 de 07 de janeiro de 2009, para fins de cumprimento aos ditames do Art. 3º da Lei Estadual 14.182/2007.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

ANEXOS:

- Relatório anual de atividades de 2010;
 - Balanço Geral e DEMonstrativo de Resultado do Exercício

(DRE) 2010.

- Declaração do Presidente
 - Certidão de Personalidade Jurídica
 - Atestado de funcionamento

Marcus Schlosser- Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 148/11

FBET - FUNDAÇÃO BLUENAUENSE DE ESTUDOS TEXTEIS
 Blumenau, 04 de abril de 2011.

À Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina - ALESC
 A/C Setor de análise de Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual.

A entidade FBET - FUNDAÇÃO BLUENAUENSE DE ESTUDOS TEXTEIS, pessoa jurídica de direito sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.668.039/0001-46, situada à Rua Amo Barth nº 84, Bairro Badenfurt, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89070-040, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente **CARLOS UDELSON ZAGOLIN**, inscrito no CPF 003.997.848-61, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, de 19/01/2010, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2011, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao Art. 3º da referida lei apresenta:

1 - relatório anual de atividades do exercício anterior;
 2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
 3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 4 - balancete contábil

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento
 Atenciosamente,

CARLOS UDELSON ZAGOLIN
 Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 149/2011

AMORABI - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO
ITINGA

OF. 013/2011

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Joinville, 29 abril de 2011

Senhores:

Apresentamos o Relatório de Atividades de 2010, circunstanciado dos serviços que foram prestados a coletividade, ata de posse da atual diretoria, bem como o relatório financeiro, atestando o pleno funcionamento da AMORABI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga.

Atenciosamente

Renato Tomelin

Presidente da Amorabi

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 150/11
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL EVANGELICA

Brusque -SC, 26 de abril de 2011

of. nº 10/11

À Assembléia Legislativa

Florianópolis - SC

PRESIDENTE da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis - SC

Ref. Utilidade Pública Estadual

A Fundação Educacional Evangélica, sediada na Av. Monte Castelo, 81 - Brusque - SC, CNPJ nº 82.984.725/0001-26 vem respeitosamente apresentar o Relatório e balanços relativos às atividades do exercício de 2010 e Declaração face a sua condição de entidade Declarada de utilidade pública estadual através da lei nº 342, de 20 de maio de 1958 alterada pela Lei 14.629 de 07 de janeiro de 2009, para fins de cumprimento aos ditames do Art. 3º da Lei Estadual 14.182/2007.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos, reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

ANEXOS:

- Relatório anual de atividades de 2010;

- Balanço Geral e DEMonstrativo de Resultado do Exercício

(DRE) 2010.

- Declaração do Presidente

- Certidão de Personalidade Jurídica

- Atestado de funcionamento

Marcus Schlosser- Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 151/11

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO NEGRINHO

Relatório das Atividades desenvolvidas pela Câmara de Dirigentes

Lojistas de Rio Negrinho em 2010

Prestação de Contas Utilidade Pública

LEI Nº 14.160 de 07 de janeiro de 2009

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 152/11

Corpo De Bombeiros Voluntários De Pomerode

Brusque -SC, 29 de abril de 2011

of. nº 18/2011

Exmo Sr.

Deputado GELSON MERÍSIO

À Assembléia Legislativa

DD PRESIDENTE da Alesc

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-vos cordialmente, vimos mui respeitosamente solicitar a V. Sª, a renovação do nosso Título de Utilidade Pública Estadual. Para tal anexamos a presente os documentos abaixo relacionados, de acordo com a Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, art.3º.

1. Relatório Anual de Atividades ref ao exercício de 2010;

2. Atestado de funcionamento atualizado

3. Certidão Atualizada de Registro da Entidade no cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

4. Balancete Contabil - 2010.

Sendo o que se apresentava para o momento, subscrevemo-

nos

Atenciosamente,

MANFRED ACHTERBERG

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 153/2011**ASR - Casa da Amizade das Famílias de Rotarianos de Joinville****Ofício nº 009/2011**

Joinville, 28 de março de 2011.

Ref. Manutenção do Título de Utilidade Pública EstadualExmo Sr Pres. da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Gelson Merisio

O presente tem a finalidade de reiterar o pedido de manutenção do título de utilidade pública estadual da Casa da Amizade das Famílias Rotarianas de Joinville, haja vista que a mesma está em pleno desempenho de suas atividades.

Em anexo segue a documentação necessária para esta comprovação.

Assim como, estamos requerendo a certidão de regularidade expedida por este Órgão.

Atenciosamente

Ana Neri Mendes Veiga

Presidente - gestão 2011

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 154/2011**Instituição Evangélica Filantrópica "O Bom Samaritano"**

Joinville, 13 de abril de 2011

OFÍCIO**Exmo. Sr. Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Estamos encaminhando os documentos de renovação de Utilidade Pública Estadual da Instituição Evangélica Filantrópica O Bom Samaritano. Estabelecida a Rua: Werner Nessler, s/n Bairro: Vila Nova Cep: 89219670, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 02-710-348/0001-06.

Jaqueline Correa da Silva

(Presidente)

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 155/11**AJAICE - Associação Joinvilense de Apoio à Inclusão de Crianças Especiais**

Joinville, 28 de abril de 2011.

A/C Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Deputado Estadual Gelson Merisio

Vimos por meio deste solicitar junto ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Deputado Estadual Gelson Merisio a renovação da Utilidade Pública Estadual, encaminhamos em anexo a documentação necessária.

Atenciosamente,

Gilmar Kuerten

Presidente AJAICE

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 156/11**UNIÃO JOINVILLENSE DA TERCEIRA IDADE - UJETI**

Encaminha o Relatório de Atividades da União Joinvilense da Terceira Idade - UJETI, de Joinville, referente ao exercício de 2010.

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 157/11**GRUPO DE APOIO À VIDA - GAVI**

Joinville, 25 de março de 2011

A**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC**
Rua Jorge Fontes nº 310 - Palácio Barriga Verde
88020-900- Florianópolis - SC**Prezados Senhores:**

Ref. Relatório anual das atividades do exercício de 2010 - inciso ix - art. 2º - lei 10436

Juntamos em anexo a documentação abaixo especificada, na condição de entidade filantrópica, que inclui a renovação da declaração utilidade pública estadual, conforme lei estadual nº 11.636, de 13.12.2000:

1. Declaração que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública.

2. Declaração de Utilidade Pública Municipal

3. Cópia do cartão CNPJ no endereço da sede supra, emitido pela SRF em 25.03.2011

4. Cópia comum do estatuto.

5. Cópia autenticada da última AGO

6. Balanço contábil ano 2010.

7. Relatório de atividades, plano de Ação 2010.

Limitamos ao exposto, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Maria Beatriz Souza- Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 04/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 158/2011**ASSOCIAÇÃO ESCOTEIRA "RONALDO DUTRA"****ASSOCIAÇÃO ESCOTEIRA BADEN POWELL**

Ofício nº 002/2011

Joinville(SC), 3 de março de 2011

Ilmo. Senhor **Deputado GELSON MERISIO**

Presidente da Assembleia de Santa Catarina

Prezado Senhor:

Cumprimentando-se cordialmente, encaminhamos em anexo a documentação para efeitos de manutenção de nossa condição de entidade de utilidade pública estadual, em concordância com a Lei 15.125/2010.

1. Relatório de atividades no ano de 2010;

2. Balanço patrimonial do exercício de 2010;

3. Declaração de autoridade municipal relativo ao nosso pleno funcionamento;

4. Certidão atualizada de registro de nosso estatuto em cartório.

Sendo o que tínhamos para o momento, deixamos desde já nossos agradecimentos e permanecemos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Sempre Alerta!

Rafael Bernardo Silveira

Diretor Presidente

Tel. Celular (47) 8404-3030

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/11*

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 159/2011**SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL DEUS PROVERA****Ofício nº 002/2011**

Joinville, 25 de Março de 2011.

À**Assembléia legislativa****Utilidade Pública Estadual****A/C Sr. Gelson Merisio****Presidente**

Cumprimento nossas obrigações de entidade reconhecida de Utilidade Pública, estamos encaminhando os seguintes documentos:

● Relatório de Atividade 2010

● Relatório Financeiro 2010

● Plano de Ação 2011

● Ata da nova diretoria

● Atestado de funcionamento

Outras informações que se fizerem necessárias sobre a entidade podem ser obtidas no site www.sasedep.org.br ou no fone: 3433-4374/3466-0058.

Atenciosamente,

Claiton Ivan Pommerening**Presidente***Lido no Expediente**Sessão de 05/05/11*

*** X X X ***

OFICIO Nº 160/2011**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Ofício nº 027/2011

Rio do Campo, 30 de abril de 2011.

Ilmo Sr.

Gelson Merisio

Presidente da Assembléia Legislativa de SC.

Florianópolis-SC

Prezado Presidente,

Estamos encaminhando a esta Assembléia Legislativa a Documentação para Prestação de Contas da Utilidade Pública Estadual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Campo inscrito sob o CNPJ nº 79.356.333/0001-08, referente ao exercício de 2010. Seguem em anexo os documentos;

- Relatório das Atividades de Funcionamento;

- Certidão de Registro em Cartório;

- Atestado de Funcionamento;

- Balancete Contábil;

Sendo o que apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para convidá-lo para conhecer nossa Escola bem como os trabalhos realizados.

Atenciosamente,

Darci Weber

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/11*

*** X X X ***

OFICIO Nº 161/2011**Associação Hospitalar e Maternidade SÃO SEBASTIÃO**

Ofício nº 021/2011

Papanduva-SC, 27 de Abril de 2011.

Exmo. Senhor:

Deputado GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Florianópolis-SC

Prezado Senhor:

Vimos pro meio deste, apresentar o Relatório Circunstanciado dos Serviços Prestados referente ao ano 2010, tendo em vista a Utilidade Pública Estadual. Aproveitando o ensejo, apresentamos projetos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Roseni Torette Teixeira Lisboa

Diretoria Administrativa

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/11*

*** X X X ***

OFICIO Nº 162/2011**CRECHE SANTA RITA DE CÁSSIA**

Ofício nº 013/2011

Orleans, 29 de Abril de 2011

Ilmo Sr.

Jean Kuhlmann

Presidente da comissão de trabalho,

Administração e serviços Públicos

Prezado Senhor:

Estamos enviando o Relatório das Atividades Desenvolvidas no ano 2010 conforme solicitação desta Assembléia Legislativa.

Sendo o que tínhamos para o momento, teiteramos os votos de elevada estima e consideração.

OBS: SENHOR DEPUTADO NOSSA INSTITUIÇÃO SOBREVIVE DESDE SUA FUNDAÇÃO ATRAVES DE DOAÇÃO E PROMOÇÕES, QUE O SENHOR E SEUS COMPANHEIROS TENHAM A SENSIBILIDADE DE NOS REPASSAR CONFORME AS APAES, O FUNDO SOCIAL.

Atenciosamente

Maria Helena Durante Croceta

Presidente

"Dizem que sou futuro, não me desampare no presente"

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/11*

*** X X X ***

OFICIO Nº 163/2011**APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Jaraguá do Sul, 29 de abril de 2011

Ofício 060/2011

AO

Exmo Sr. DEPUTADO GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembléia Legislativa

Prezado Senhor:

Através deste estamos encaminhando a prestação de contas da Utilidade Pública Estadual conforme Lei 15.125.

Ficamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Mônica Schmidt Menegotti Schunke

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/2011*

*** X X X ***

OFICIO Nº 164/2011

Blumenau, 04 de abril de 2011

À Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC**A/C Setor de análise de contas de Prestação de Contas de Utilidade Pública Estadual.**

A entidade ABLUDEF - Associação Blumenauense de Deficientes Físicos, pessoa de direito privado sem fins lucrativos, constituída no estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 79.366.035/0001-07, com sede na Rua Bertha Odebrecht nº 63, Bairro Garci, na cidade de Blumenau, CEP 89020-430, que presta serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, ora representada pelo seu Presidente - **MARIA HELENA MABBA**, brasileira, solteira digitadora, residente e domiciliada a Rua João Deschamps nº 47, Bairro Glória, CEP 89025-380, na cidade de Blumenau/SC, portadora da cédula de identidade nº 3/C 1.117.436 SSP/SC e CPF nº 014.936.579-92, vem perante Vossa Excelência, nos termos da Lei Estadual nº 15.125/2010, 19/01/2011, requerer manutenção do título de **Lei Utilidade Pública Estadual** desta Entidade para o ano de 2011, perante a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC.

Em cumprimento ao art. 3º da referida lei apresenta:

1 - relatório anual de atividades do exercício anterior:

2 - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei:

3 - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

4 - balancete contábil.

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

MARIA HELENA MABBA

Presidente

*Lido no Expediente**Sessão de 05/05/11*

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2045, de 05 de maio de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VANILDO VALLE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jorge Teixeira).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2046, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANASTACIO MARTINS**, matrícula nº 6286, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Edison Andriano).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2047, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **JOSÉ FILOMENO NETO**, matrícula nº 1166, no Gabinete do Deputado Jorge Teixeira.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2048, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **IVONE DE FATIMA BONOMINI DE LUNA**, matrícula nº 1705, na CGP - Escola do Legislativo.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2049, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **VALCI ANTONOR MANOEL DIONÍSIO**, matrícula nº 1799, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Microfilmagem e Informação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **CRISTIANI LUCHI SILVEIRA**, que se encontra em fruição de Licença Prêmio por 60 (sessenta), a contar de 03 de maio de 2011 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2050, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **MAGDA BIANCHINI MATTOS**, matrícula nº 1477, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente do Centro de Memória, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **THESSALIA MAY RODRIGUES**, que se encontra em Licença Saúde por 30 (trinta), a contar de 27 de abril de 2011 (DL - CD - Gerência do Centro de Memória).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2051, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor **ELIAS AMARAL DOS SANTOS**, matrícula nº 6332, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Segurança e Administração de Rede, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **ITAMAR EFFTING**, que se encontra em Licença Saúde por trinta dias, a contar de 25 de abril de 2011 (DTI - CR - Gerência de Segurança e Administração de Rede).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2052, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **GABRIEL ANTÔNIO GOMES**, matrícula nº 6378, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2053, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GABRIEL ANTÔNIO GOMES, matrícula nº 6378, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2054, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LISSANDRA DUWE PASETTO**, matrícula nº 3001, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2055, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LISSANDRA DUWE PASETTO, matrícula nº 3001, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2056, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ARI BONATTI**, matrícula nº 4888, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2057, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ARI BONATTI, matrícula nº 4888, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2058, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALESSANDRO DEMARCHE MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Edison Andriano).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2059, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANA BERNADETE MACHADO SILVA**, matrícula nº 3417, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2060, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANA BERNADETE MACHADO SILVA, matrícula nº 3417, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Moacir Sopelsa).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2061, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 010/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1998	Bernadete Albani Leiria	
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2062, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
0775	Adriana Lauth Gualberto	18/04/06	17/04/11	0556/2011
2573	Maria Marcon Correa	14/04/06	13/04/11	0557/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2063, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0649/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **SONIA VALDIRA DE CARVALHO BERNARDES**, matrícula nº 1105, por 30 (trinta) dias, a contar de 3 de maio de 2011.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2064, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0655/11,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **JOÃO MARIA GOMES DA SILVA**, matrícula nº 0457, por 90 (noventa) dias, a contar de 17 de abril de 2011.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2065, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1153	Milton Francisco Oscar Filho	15	25/04/11	0657/11
2106	Ana Maria Baggio da Silva	07	25/04/11	0654/11
0323	Maria do Rocio Barreto da Silva	15	25/04/11	0653/11
1238	Itamar Jose Effting	30	25/04/11	0647/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2066, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
3145	Laedio Silva	90	02/05/11	0645/11
1892	Monica Machado Meyer	30	02/05/11	0646/11
1447	Alair Nazarete Pacheco	30	02/05/11	0648/11
1426	Thessalia May Rodrigues	30	27/04/11	0650/11
2137	Emilce Dias Rocha Maria	60	27/04/11	0651/11
2097	Rocler Rech	30	03/05/11	0652/11
1141	Laura Brasca	15	13/04/11	0656/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2067, de 05 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Pedro Paulo Boff Sobrinho	6715	18%	18%	20/04/11	0545/2011
Flavio da Silva Damiani	6710	21%	21%	20/04/11	0546/2011
Edison Meira	5639	03%	03%	20/04/11	0571/2011
Mariza Doraci Pereira	2980	09%	09%	16/03/11	0572/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 136/11

Declara de Utilidade Pública Entre Cães e Gatos - Associação Protetora de Cães e Gatos, de Indaial.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, Entre Cães e Gatos - Associação Protetora de Cães e Gatos, com sede e foro na cidade e Comarca de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

JUSTIFICATIVA

A Entre Cães e Gatos - Associação Protetora de Cães e Gatos, fundada em 25 de maio de 2007, é uma entidade civil, ético-sócio-cultural, sem fins lucrativos, com sede e foro na Comarca de Indaial - SC, com personalidade jurídica própria e prazo de duração indeterminado, e tem por finalidade:

- a) Promover a difusão dos princípios consagrados na Declaração Universal de Defesa do Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais, assegurando, por todos os meios, o seu respeito e observância;
- b) Manter bom relacionamento com todos os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, no intuito de colaborar e participar, pelo esclarecimento e fornecimento de subsídios informativos de toda ordem, de todas as atividades destinadas à proteção da natureza e dos animais;
- c) Difundir, por meio de publicações, na imprensa escrita, falada e televisiva, bem como, através de quaisquer outros meios de comunicação, os princípios éticos de igualdade entre os seres vivos;
- d) Comercializar camisetas, adesivos, vídeos, publicações e materiais artesanais temáticos à divulgação e informação sobre a causa do meio ambiente e dos animais, desde que o produto dessa comercialização reverta integralmente para a realização dos objetivos da Associação;
- e) Lutar contra as agressões à natureza e contra as infrações à respectiva legislação protetora, bem como, denunciar, perante as autoridades pertinentes, atos de agressão à natureza ou aos animais, a fim de promover o respectivo enquadramento dos infratores na legislação penal, contravencional e internacional vigentes;
- f) Contribuir, em caráter de parceria, com ações públicas que objetivem o controle das zoonoses, do crescimento populacional animal desordenado e que prestem assistência médico-veterinária aos animais de rua e aos das camadas carentes da população; e
- g) Estimular a parceria, o diálogo e a solidariedade entre os diversos segmentos sociais, participando, ao lado de outras entidades, de atividades que visem a interesses comuns.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Entre Cães e Gatos - Associação de Protetora de Cães e Gatos", de Indaial, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 137/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Tênis de Mesa de Rio do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Tênis de Mesa de Rio do Sul, com sede no município de Rio do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Tênis de Mesa de Rio do Sul, com sede na cidade de Rio do Sul, município do Estado de Santa Catarina.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de caráter cultural e esportivo, que tem por objetivo difundir a prática do tênis de mesa, ensinando e estimulando o aprimoramento técnico, realizando promoções de caráter esportivo com acesso aos meios de cultura, esporte e turismo.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 138/2011

Declara de utilidade pública o Instituto de Ação Cultural, Assistencial e Desportivo do Brasil - Ação Brasil.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Ação Cultural, Assistencial e Desportivo do Brasil - Ação Brasil, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões

Deputado Carlos Chiodini

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública o Instituto de Ação Cultural, Assistencial e Desportivo do Brasil - Ação Brasil, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, que tem por objetivo criar, organizar, administrar órgãos que terão por finalidade incentivar, difundir, promover, apoiar e preservar as mais diferentes manifestações culturais, desportivas, étnicas e sociais, com ênfase ao desenvolvimento sustentável e ao turismo cultural, promovendo a cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico com acesso aos meios de cultura, esporte e turismo.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo à entidade, solicito aos Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 139/11

Altera dispositivos da Lei 14.201 de 23 de novembro de 2007 que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências como se menciona.

Art. 1º O § 1º do Art. 1º da Lei 14.201 de 23 de novembro de 2007, passa a ter a seguinte redação::

“Art. 1º [...]”

§ 1º Considera-se para os efeitos desta Lei Grupo Escoteiro o órgão destinado à prática de escotismo, formado por voluntários de acordo com os paradigmas atinentes a cada Ramo de faixa etária.”

Art. 2º O Art. 3º da Lei 14.201 de 23 de novembro de 2007, alterada pela Lei nº 15.140, de 12 de abril de 2010, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Para a execução desta Lei fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e entidades dedicadas a prática do Escotismo, na forma do seu estatuto social e declaradas de utilidade pública estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Edison Andriano

Lido no Expediente

Sessão de 04/05/11

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessário a apresentação da presente alteração à Lei 14.201 para que seja excluída a linha final do § 1º do Art. 1º “observadas as regras estabelecidas por entidade autorizada à prática de escotismo no Brasil”. Tal expressão é inadequada, haja vista não

haver no Brasil um “monopólio” para a prática do escotismo, de forma que para que uma instituição seja praticante do escotismo basta fazer constar em seu estatuto social tal finalidade.

No mesmo sentido, alterar a redação do Art. 3º, excluindo a parte onde diz “e a União dos Escoteiros do Brasil.”.

Tal artigo é restritivo e exclui da possibilidade de beneficiar centenas de organizações escoteiras, pois está direcionando a celebração de convênios com somente uma destas centenas de organizações escoteiras existentes em SC. Creio que a melhor redação seja a que consta no presente Projeto de Lei, que abre a possibilidade de convênio com qualquer entidade que pratique o escotismo, na forma de seu estatuto, e seja declarada de utilidade pública estadual, garantindo assim um mínimo de qualificação técnica para os proponentes.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 141/11

Determina a inserção de mensagem nas faturas dos serviços e dá outras providências.

Art. 1º - Será inserida nas faturas de serviços de água, luz, telefone no Estado de Santa Catarina, a mensagem "DIGA NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - denuncie- ligue 180".

Parágrafo único - A mensagem referida no caput será impressa de forma legível e em local de fácil visualização aos contribuintes.

Art. 2º - Esta lei poderá ser regulamentada para sua fiel execução.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/11

JUSTIFICATIVA

Considerando a violência contra a mulher uma prática que fere os direitos humanos da mulher, é uma questão de natureza pública e não privada, que os índices são alarmantes e que está prática perpassa todas as classes sociais e independe do nível de escolaridade.

Considerando que a cada 15 segundos uma mulher é espancada, totalizando 2 milhões de casos por ano e que se faz necessária e imperiosa a divulgação dos mecanismos institucionais de proteção a Mulher em situação de violência, justifica-se o presente projeto, considerando que tal medida alcançara todas as residências de Santa Catarina e possibilitará a informação e garantia de direitos, sem gerar ônus ao poder público estadual.

“Revoltamo-nos contra a violência, porque sabemos que nada que o homem fez e o torna humano nasceu da violência e sim contra ela.”.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 142/11

Altera o parágrafo § 2º e § 3º do art. 9º da Lei Nº 13.342, de 10 de março de 2005, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC - e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC - e estabelece outras providências.

Art. 1º. O parágrafo § 2º e § 3º do art. 9º da Lei Nº 13.342, de 10 de março de 2005, passa a tramitar com a seguinte redação:

“Art. 9º.....”

§ 2º O FADESC recolherá ao Tesouro do Estado, e este registrará sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, transferindo mensalmente os repasses constitucionais, o valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pela empresa beneficiária do PRODEC.

§ 3º Após cumprir as transferências constitucionais, os valores recolhidos ao FADESC poderão, por deliberação do Conselho Deliberativo, ser utilizados para investimentos de alto interesse do Estado, especialmente como contra-partida de recursos oriundos do governo federal ou repassados à SC Parcerias S.A., observado o disposto em regulamento”. (NR)

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Dirceu Dresch

Líder da Bancada/PT

Deputada Ana Paula Lima

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Jailson Lima

Deputado Volnei Morastoni

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/11

JUSTIFICATIVA

A propositura de mudança de redação da lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, pela Bancada do Partido dos Trabalhadores tem por objetivo central mudar a forma de partilha dos recursos oriundos da fruição dos incentivos fiscais concedidos à iniciativa privada através do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC - e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense - FADESC.

Hoje, os recursos que entram no caixa do FADESC são partilhados somente quando o montante do incentivo fiscal é integralmente quitado, ou seja, os municípios têm que esperar passar o prazo de carência (48 meses) mais a quitação integral das parcelas (variando de 48 a 300 meses) para começar a receber as parcelas que lhe é reservado por direito constitucional.

A mudança que a Bancada do Partido dos Trabalhadores esta propondo é para que na medida em que a empresa começa a amortizar o valor do incentivo fiscal recebido, via PRODEC, os recursos que vão para o caixa do tesouro estadual (Fonte 100) sejam mensalmente partilhados com os municípios, bem como cumprindo as transferências constitucionais estabelecidos no art. 167 e art. 50 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Neste sentido, pedimos o apoio dos pares para que a propositura possa ser aprovada beneficiando assim o conjunto dos municípios catarinenses.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 143/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 103**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Revoga dispositivos da Lei nº 13.992, de 2007, que institui o Programa PRÓ-EMPREGO".

Florianópolis, 03 de maio de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/11

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 32/11

Florianópolis, 28 de abril de 2011.

Excelentíssimo Senhor
João Raimundo Colombo
Governador do Estado
Florianópolis / SC
Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de projeto de lei, que altera a Lei n. 13.992, de 15 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o Programa Pró-Emprego.

2. Pela proposta ficam revogadas os seguintes dispositivos do Programa: arts, 8º, 17, 20, 17 e 28; e e inciso II do art. 15.

3. A medida tem por objetivo o aperfeiçoamento da norma diante do sistema tributário nacional.

Respeitosamente,

Almir José Gorges

Secretário da Fazenda, em exercício

PROJETO DE LEI Nº 143.4/2011

Revoga dispositivos da Lei nº 13.992, de 2007, que institui o Programa PRÓ-EMPREGO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os arts. 8º, 17, 20, 27 e 28 e o inciso II do art. 15 da Lei nº 13.992, de 15 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 144/11

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio, com sede no município de Sombrio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei n. 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 05/05/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação de Aposentados e Pensionistas de Sombrio, com sede no município de Sombrio.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo zelar pelos direitos de aposentados, pensionistas e demais membros da comunidade sombriense, promovendo estudos para aperfeiçoamento da legislação previdenciária, e propiciando maior integração da classe que congrega, oferecendo apoio moral e material, mantendo orientação legal e assistência social, médica, odontológica e farmacêutica.

Neste contexto, para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 010**

REQUERIMENTO RQS/0501.6/2011

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no artigo 40 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUEREM** A Constituição do Fórum Permanente da Agricultura Agroecológica e Sustentável, para discutir com a sociedade organizada ações locais integradas dos diferentes níveis de ação do poder público, e também da iniciativa privada, focadas no desenvolvimento rural sustentável da agricultura orgânica baseada na produção agroecológica.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Aldo Schneider

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Antonio Aguiar

Deputada Angela Albino

Deputado Kennedy Nunes

Deputada Ana Paula

Deputado Sargento Amauri Soares

Aprovado em Sessão de 05/05/11

*** X X X ***